

**DAS LUZES DO NORTE E DA CULTURA PARA A PAZ –  
- UM OLHAR PROSPECTIVO SOBRE A NORUEGA DO SÉCULO XXI**

**Sónia Margarida Lourenço de Jesus Rosa**

**Dissertação de Mestrado  
em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Março, 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de  
Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Professora  
Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues e pelo Professor Doutor José Manuel  
Freire Nogueira

*“The great thing in human life is not so much where we stand  
as in what direction we are moving.”*

Fridtjof Nansen

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues e ao Professor Doutor José Manuel Freire Nogueira, pela sábia orientação e pronta disponibilidade durante a realização desta dissertação e pelo que tal empreendimento significa no desenvolvimento do meu percurso académico e pessoal.

Ao Vítor, ao Tomé e à Mãe Lourdes, que, com inefável compreensão e estóica convicção, estiveram inabalavelmente presentes ao meu lado e aguardaram pacientemente por este momento.

A Deus, pela Luz e pela Graça de me ter criado exactamente assim.

***DAS LUZES DO NORTE E DA CULTURA PARA A PAZ –  
- UM OLHAR PROSPECTIVO SOBRE A NORUEGA DO SÉCULO XXI***

**Sónia Margarida Lourenço de Jesus Rosa**

## RESUMO

A presente dissertação visa lançar um olhar analítico e prospectivo sobre a posição geoestratégica da Noruega e a forma como esta terá influído na sua geopolítica, a partir, não só, das forças profundas que têm vindo a modelar a sua essência, mas também de condicionalismos subseqüentemente aportados por factores exógenos à sua forma de estar e de agir no mundo, num momento em que a peculiaridade da posição deste país é acentuada pela proximidade à abundância dos recursos do Ártico face à escassez dos mesmos a nível mundial.

Tal olhar deverá surgir enquadrado no contexto da consecução de uma estratégia nacional que também contempla a projecção do país como promotor da cultura da paz no mundo, bandeira que a Noruega agita na defesa dos seus interesses próprios e na consolidação do seu *soft power* no sistema internacional, ao ser, hoje, um Estado que se afirma enquanto promotor da resolução de conflitos pela via pacífica, que tem no Modelo Norueguês a aplicação prática da abordagem metodológica multidisciplinar dos estudos para a paz e um dos principais pilares da sua política externa. A metodologia proposta pelos estudos para a paz para a resolução de conflitos, consubstanciada na abordagem TRANSCEND, postulada por Galtung, surge como um processo holístico e dinâmico que visa alcançar a paz através da transformação pacífica do conflito, com o fim último de construir uma nova realidade, na qual os contendores se relacionem transcendendo os seus objectivos próprios. Esta abordagem surge com particular interesse na actual configuração do sistema internacional, pós-Guerra Fria, em que actores não-tradicionais têm vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, facto a que não é alheia a influência dos processos de globalização. A título de estudo de caso, o presente trabalho aborda a questão da mediação do conflito étnico-político entre o governo do Sri Lanka e a organização separatista *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE) através da metodologia desenvolvida pelos estudos para a paz e, em concreto, o contributo dado pela Noruega para este processo.

A estratégia norueguesa em apreço inclui, ainda, a implementação de políticas públicas no domínio, por exemplo, da imigração e do acolhimento de refugiados, que poderiam ser percepcionadas como uma extensão da abordagem à difusão da cultura da paz e da aceitação do Outro, numa lógica de exploração de sinergias, denotando, simultaneamente, uma articulação e a convergência da Noruega com a União Europeia neste âmbito. No presente documento, procura-se, simultaneamente, averiguar de eventuais impactes produzidos pela implementação das políticas em referência no domínio da segurança interna e da política externa de promoção da paz, a partir do palco de debate no qual diversos actores têm vindo a participar e de como se perspectiva a Noruega do Século XXI inserida num mundo globalizado e de desafios marcados pela paulatina escassez de recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica, Geoestratégia, Estudos para a Paz, Noruega, Ártico, Sri Lanka

## **ABSTRACT**

The present dissertation aims at analytically and prospectively looking at Norway's geostrategy and the way it might have influenced its geopolitics. This regard sets off from the deep forces that have been modelling its essence, as well as from the exogenous constraints to Norway's fashion of being and acting in the world, which gains particular relevance in a time of scarce resources, given the fact that the country's proximity to those of the Arctic leave Norway in a peculiar position.

This perspective is framed by the consecution of a national strategy that encompasses two main aspects: on one hand, the country's projection as a peace culture promoter that fosters peaceful conflict resolution as a means to defend its own interests and to consolidate its *soft power* within the international system, having the Norwegian Model as the practical application of its methodological multidisciplinary approach of Peace Studies and one of the main pillars of its external politics. Consubstantiated in the TRANSCEND approach, postulated by Galtung, the conflict resolution methodology proposed by Peace Studies appears as a holistic, dynamic process aimed at reaching peace by peaceful conflict transformation through the construction of a new reality, where contenders can relate beyond their own goals. This approach is seen as a particularly interesting one when framed by the configuration of the present, post-Cold War international system, in which non-traditional actors have been taking an increasingly prominent role, also due to the influence of globalization. The mediation of the ethnic political conflict between the government of Sri Lanka and the separatist organization *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE) and the Norwegian contribution to this process is addressed as a case-study, once it involved the methodology developed by Peace Studies.

The Norwegian strategy mentioned above includes, as well, the implementation of public policies within the frame of immigration and refugee hosting, where synergies are explored and perceived as extensions of the peace culture promotion and the acceptance of the Other, denoting, simultaneously, an articulation and the convergence of Norway with the European Union in this domain. The present document addresses, concurrently, Norwegian immigration and refugees public policies in parallel with potential impacts on its foreign policy of peace promotion and on the realm of the Norwegian internal security and foreign policy, as seen from the debate that several actors have been staging.

**KEYWORDS:** Geopolitics, Geostrategy, Peace Studies, Norway, Arctic, Sri Lanka

*DAS LUZES DO NORTE E DA CULTURA PARA A PAZ –  
- UM OLHAR PROSPECTIVO SOBRE A NORUEGA DO SÉCULO XXI*

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: A Noruega - Hoje, como Sempre.....	6
I. 1. Da Terra e do Mar, das Gentes e do Ser.....	6
I. 2. Da Geopolítica e da Geoestratégia Norueguesas.....	22
I. 3. Na Senda de Novas Oportunidades.....	27
Capítulo II: <i>Soft Power</i> - Do que se Fala Quando se Fala do Poder Norueguês	31
II. 1. Dos Estudos para a Paz.....	31
II. 1. 1. Contexto de Emergência.....	32
II. 1. 2. Metodologia.....	35
II. 1. 3. Virtudes e Vicissitudes.....	36
II. 2. Da Noruega na Resolução de Conflitos.....	37
II. 2. 1. A Abordagem Norueguesa.....	38
II. 2. 2. No Papel de Terceira Parte.....	40
II. 2. 2. 1. Do Processo de Paz no Sri Lanka.....	43
II. 2. 2. 1. 1. O Conflito.....	43
II. 2. 2. 1. 2. O Envolvimento da Noruega.....	45
II. 2. 2. 1. 3. Balanços e Porquês.....	46
II. 3. As Políticas Públicas de Imigração e de Refugiados na Noruega....	48
II. 3. 1. Princípios Orientadores das Políticas de Imigração e de Refugiados na Noruega.....	48
II. 3. 1. 1. Breve Caracterização da Imigração Recente para a Noruega.....	43



II. 3. 2. Refugiados: Casos Singulares nas Políticas de Imigração?	51
II. 3. 3. Discurso Político, Opinião Pública e Segurança Interna ....	56
Capítulo III: A Noruega e a Geopolítica dos Recursos do Ártico.....	62
III. 1. O Conselho do Ártico .....	67
III. 2. A Política e a Estratégia Norueguesas do Alto Norte .....	68
III. 3. Um Imperativo de Diplomacia ou de Globalização? .....	72
Capítulo IV: Um Olhar Sobre o Futuro .....	88
IV. 1. Globalizado e Inconstante: Um Mundo de Desafios .....	88
IV. 2. Alinhamentos e Divergências.....	96
IV. 3. Análise Prospectiva sobre a Noruega do Século XXI .....	109
Considerações Finais.....	118
Bibliografia .....	121
Índice de Figuras .....	138
Anexo 1: Descrição Sumária do Modelo de Hofstede e Hall .....	i

## INTRODUÇÃO

No Norte. No Ártico. Onde o céu nocturno se acende de verde. Onde a magia dos gnomos e das fadas se confunde com a do campo magnético do planeta agindo sobre partículas electricamente carregadas, oriundas dos ventos solares, que, colidindo com partículas de gás da atmosfera terrestre, produzem um dos mais pungentes espectáculos da Natureza. É aqui que se localiza a Noruega, o país que, desde há vários anos, consecutivamente, ocupa o primeiro lugar na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Terra de Vikings exploradores, que nos remete quase de imediato para um imaginário de violência e destemor, a Noruega é hoje um Estado que se afirma enquanto promotor da resolução de conflitos pela via pacífica, encontrando no Modelo Norueguês a forma através da qual consubstancia a aplicação prática da abordagem metodológica multidisciplinar dos estudos para a paz e um dos principais pilares da sua política externa.

O presente trabalho visa lançar um olhar analítico sobre a posição geoestratégica da Noruega e a forma como tal terá influído na sua geopolítica, a partir, por um lado, das forças profundas que têm vindo a modelar a sua essência mais pura. A este propósito, importa sublinhar que, ampliando o pensamento de Pierre Renouvin (1991), Freire Nogueira (2011) considera como "Forças Profundas" aquelas linhas de força que, actuando à escala do tempo longo, e mantendo-se quase inalteradas, tornam as sociedades mais ou menos propensas a determinados comportamentos. O autor considera como tais a História, a Língua, a Religião, os Valores Culturais de Longa Duração, as Estruturas Sociais infra-nacionais, além, evidentemente, da Geografia como palco de toda a acção humana. Ao olhar analítico em apreço importa ainda considerar, por outro lado, os condicionalismos que factores exógenos vieram, subsequentemente, aportar à forma de estar e de agir da Noruega no mundo. Tal olhar será, posteriormente, enquadrado no actual contexto da consecução de uma estratégia nacional que contempla a projecção do país como promotor da cultura da paz no mundo, bandeira que a Noruega agita na defesa dos seus interesses próprios e na consolidação do seu *soft power* no sistema internacional, num contexto desafiador como o do século XXI.

No sentido de conferir uma maior clareza e rigor científico ao presente estudo, considera-se pertinente, desde já e ainda que de forma não exaustiva, a apresentação de alguns conceitos de relativa complexidade cuja utilização se lhe encontram subjacentes, a saber:

**Geopolítica** – Método alargado com o qual se visa analisar factores históricos, sociológicos, económicos, estratégicos e da Ciência Política, sopesando os factores relevantes da conjuntura com um quadro estrutural obtido a partir da articulação da geografia, tida como uma força profunda, com outras forças não geográficas<sup>1</sup>.

**Geoestratégia** – Estudo das relações entre as questões estratégicas e os factores geográficos, à escala das grandes regiões ou mesmo à escala mundial, procurando deduzir a influência dos factos geográficos nas situações estratégicas, bem como as possíveis consequências, nesses factos geográficos, da aplicação das manobras estratégicas e da consecução dos respectivos objectivos<sup>2</sup>.

**Globalização** – Processo ou conjunto de processos expressos numa transformação da organização espacial de transacções e relações sociais, gerando fluxos e redes de actividade, de interacção e de poder inter-regionais e transcontinentais<sup>3</sup>.

**Mediação de Conflito** – Processo de gestão de contenda relacionado com – porém, distinto de – as próprias negociações das partes conflituantes, no qual estes procuram assistência ou aceitam oferta de ajuda de uma parte externa ao conflito para alterar a sua percepção ou comportamento sem recorrer à força física ou invocar a autoridade da lei<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Baseada na definição apresentada por Nogueira (2011, p. 131).

<sup>2</sup> Tal como definida por Mendes *et al* (2008).

<sup>3</sup> Baseada na definição de *globalização* apresentada por Held (1999).

<sup>4</sup> Tradução livre da definição apresentada por Bercovitch (2007, p. 165).

**Paz Positiva** – [*Estado que se atinge pela*] eliminação de restrições ao potencial humano decorrente das estruturas económicas e políticas<sup>5</sup>.

**Paz Negativa** – [*Estado que se atinge pela*] eliminação da violência directa<sup>6</sup>.

**População Imigrante** – Porção de população de um país composta por pessoas nele imigradas nascidas no estrangeiro de pais estrangeiros, bem como por pessoas já nascidas no país de acolhimento de progenitores ambos naturais de um país terceiro - ou seja, pelos imigrantes de primeira geração<sup>7</sup>.

**Refugiado** – Requerente de asilo cujo requerimento já foi aprovado pelo governo do país de acolhimento ao qual se dirigiu.

**Requerente de Asilo** – Pessoa que requer protecção ao abrigo da Convenção de Refugiados de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, com base na percepção bem fundamentada de que é alvo de perseguição associada a motivos raciais, religiosos, de nacionalidade, convicção política ou pertença a um grupo social particular. O requerimento é, habitualmente, dirigido a um país do qual o indivíduo não é nacional e onde chegou, muitas vezes, em consequência de fluxos migratórios com origem em países afectados por um conflito, em resultado dos efeitos por aquele produzidos<sup>8</sup>.

**Segurança Interna** – Actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento

---

<sup>5</sup> Tradução livre do termo definido por Galtung (1969), tal como citado por Alger (2007, p. 299).

<sup>6</sup> Tradução livre do termo definido por Galtung (1969), tal como citado por Alger (2007, p. 299). Subentende-se, porém, a presença de violência estrutural.

<sup>7</sup> Definição da Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway (2015).

<sup>8</sup> Adaptação da definição apresentada pela Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway, que não aplica a designação de refugiado às crianças já nascidas na Noruega de pais ali refugiados.

das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática<sup>9</sup>.

**Soft Power** – Capacidade de atingir objectivos através da atracção, ao invés de através de coerção ou de pagamentos. Deriva da atractividade da cultura, ideais políticos e políticas de um país, sendo tanto maior quanto mais forem percebidas como legítimas pelo Outro<sup>10</sup>.

**Terrorismo** – Prática ou ameaça da prática de violência levada a cabo através de acções com cuja realização o seu autor visa atingir fins políticos, designadamente ao: intimidar gravemente uma população; constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ou determinado acto; ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país ou de uma organização internacional<sup>11</sup>.

Tendo em vista a consecução dos objectivos propostos, o presente estudo parte, num primeiro momento, da ponderação dos principais aspectos geopolíticos e geoestratégicos que caracterizam a Noruega e dos factores relevantes da conjuntura com um quadro estrutural obtido a partir da articulação da sua geografia, tida como uma força profunda, com outras forças profundas, não geográficas, que modelam o povo nas suas mais variadas dimensões e o país desde o passado até à actualidade, tendo como pano de fundo os interesses noruegueses.

O tempo tem revelado, porém, que a Noruega tem pugnado pela assumpção de uma atitude não confrontacional, não belicosa, na defesa dos seus interesses, acentuando, concomitantemente, a afirmação de um *soft power* cada vez mais sólido no palco mundial. Nesta medida, assume particular importância o desenvolvimento

---

<sup>9</sup> Definição patente na Lei n.º 59/2014, de 24 de Junho, que altera a Lei 53/2008, de 29 de Agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo.

<sup>10</sup> Tradução livre do termo, tal como definido por Nye (2004).

<sup>11</sup> Adaptada a partir da definição de *infracção terrorista* da União Europeia, tal como vertida na Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002 (2002/475/JAI), relativa à luta contra o terrorismo.

dos estudos para a paz por este país, pelo que, no segundo capítulo, se procede à análise do trabalho realizado pela Noruega neste domínio e ao enquadramento do *soft power* norueguês na resolução do conflito que opôs a organização separatista *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE) ao governo do Sri Lanka durante décadas, integrando esta abordagem num quadro de análise crítica face aos interesses da Noruega e, numa perspectiva mais geral, num conceito particular de altruísmo em que este se sobrepõe, em modo mais ou menos variável, à assumpção do papel de juiz em causa própria ou como a moral resulta, tal como refere Alberoni (1988), do encontro entre o altruísmo e a razão. Em face do exposto, considera-se pertinente averiguar, ainda neste capítulo, de uma eventual correlação entre o altruísmo da Noruega e a defesa dos seus interesses próprios, bem como da forma como tal potencialmente se reflecte – ou não - no desenho de políticas públicas de imigração e de acolhimento de refugiados oriundos de palcos de conflito nos quais a Noruega esteve implicada como facilitador da sua resolução por via pacífica, designadamente do do Sri Lanka,. O discurso político, a opinião pública e questões associadas à segurança interna são, neste contexto, tidos como relevantes, pelo que a discussão destes factores será modelada por estes aspectos.

Os sinais de rápidas mudanças climáticas que se registam no presente e as suas consequências no ambiente geopolítico conferem ao Ártico um papel cimeiro nos pontos da agenda internacional e certamete na da Noruega. Pelo seu posicionamento físico, político e estratégico no amplo quadro de interesses que rege os recursos do Alto Norte, a Noruega é um dos principais actores, pelo que o terceiro capítulo se centrará na discussão destas questões. Revestindo-se de um elevado potencial geopolítico e geoestratégico para diversos Estados, os recursos do Ártico apresentam e representam desafios no presente e para o futuro, a gerir num equilíbrio que se mantém em modo de oscilação entre os imperativos da diplomacia e os da globalização, sendo nesta moldura que será discutido todo o potencial em apreço.

Por fim, e atentos os alinhamentos e as divergências deste país no tabuleiro do xadrez internacional e os constrangimentos próprios de um mundo caracterizado pela impermanência e pela inconstância, procede-se, no quarto e último capítulo, a uma análise prospectiva da Noruega no século XXI, no sentido de desenhar uma visão de futuro possível para este país.

## **CAPÍTULO I: A NORUEGA - HOJE, COMO SEMPRE**

A interacção permanente de factores de índole estrutural com outros de natureza conjuntural desenham o rosto e modelam a alma de cada país, em cada momento, contribuindo as linhas do passado para a forma das que os descrevem no presente. Segue-se uma breve perspectiva possível das da Noruega.

### **I.1. DA TERRA E DO MAR, DAS GENTES E DO SER**

Situada no hemisfério Norte, na extremidade ocidental da Península Escandinava, que compartilha com a Suécia e com o Norte da Finlândia, a Noruega estende-se por uma superfície alongada na direcção dos meridianos Norte-Sul, cuja largura atinge, no seu máximo, os 432 quilómetros, sendo que, no seu mínimo, é registada uma extensão de dois quilómetros. O país compreende uma área de cerca de 385 mil quilómetros quadrados, dos quais, aproximadamente, 323 mil integram a porção continental do país, enquanto a área remanescente compõe as cerca de 50 mil ilhas do território, incluindo a Ilha Bouvet, a Ilha Jan Mayen, bem como o arquipélago de Svalbard (Figura 1).



**Figura 1 - Mapa de relevo da Noruega**  
(Fonte: University of Texas Libraries, 2015)

A desvantagem conferida pela fragmentação que a caracteriza, decorrente da existência do elevado número de ilhas que também a compõem, terá sido

contrabalançada pela curta distância entre estas e a porção continental, o que, aliado à importância do sentido de união grupal que terá orientado os povos que ocuparam aqueles territórios, enquanto factor-chave na ultrapassagem de obstáculos como, por exemplo, condições climáticas muito rigorosas naquelas latitudes, terá, pois, contribuído para gerar a evidência da vantagem da união sobre a cisão. É possível, assim, que tal possa ter potenciado a redução das probabilidades de tendências separatistas, reduzindo, simultaneamente, a desvantagem conferida pela forma alongada em apreço, à partida favorável à desarmonia no que se refere à antropologia cultural e propícia, também, à criação de dificuldades administrativas e, também, de defesa.

A fronteira terrestre de 2542 quilómetros da Noruega com a Suécia, a Finlândia e a Rússia<sup>12</sup> surge naturalmente reforçada pelas Montanhas Escandinavas, no Leste do país, que se estendem ao longo de quase toda a extremidade oriental da península.

Com acesso directo ao mar através de uma linha de costa que atinge os 25148 quilómetros<sup>13</sup>, extremamente recortada e plena de reentrâncias, porquanto fortemente indentada por *fjords*, a Noruega apresenta uma das mais longas e irregulares costas do mundo, enfrentando: a Norte, o Mar de Barents; a Sul, o Estreito de Skagerrak e o Mar do Norte; e, a Oeste, o Mar da Noruega.

Território inóspito até à última Idade do Gelo. Território glacial tornado habitável apenas pelo aumento da temperatura resultante das alterações climáticas ocorridas no final daquela Era, numa variação de amplitude lenta, mas suficiente para alterar a geografia humana da região, tendo sido após 7000 a.C. que os primeiros povos chegaram ao que corresponde ao actual território norueguês. Com efeito, pese embora situar-se na mesma latitude de regiões como o Alasca, a Gronelândia e a Sibéria, a Noruega apresenta um clima mais ameno, proporcionado pela Corrente do Golfo.

---

<sup>12</sup> Somadas as extensões de fronteira que tem com a Suécia (1619 quilómetros), com a Finlândia (727 quilómetros) e com a Rússia (196 quilómetros).

<sup>13</sup> Valor que corresponde ao total da soma da extensão das porções de costa continental (2650 quilómetros), bem como da de *fjords* e pequenas ilhas (22498 quilómetros), ao que acresce um comprimento total de costa insular de 58133 quilómetros.



Temperado ao longo da linha costeira, modificado pela Corrente do Atlântico-Norte, o clima apresenta-se mais frio no interior, com uma maior taxa de precipitação e verões mais frescos; de resto, esta é uma região em que se regista precipitação todo o ano, sobretudo na costa oeste. O facto de o território norueguês se estender de Norte a Sul, leva a que o país apresente algumas variações climáticas de região para região, de acordo com a posição em que estas se situam, bem como, claro está, com a estação do ano. A Primavera é a estação do ano em que maior diferença de temperatura se regista entre o Norte e o Sul do país. O clima na Noruega é, ainda, caracterizado por Verões, de uma maneira geral, amenos e relativamente pouco húmidos, cuja temperatura pode atingir até um pouco mais de 25°C, mesmo no Norte, sendo o clima da região Sudeste, mais quente e estável, contrasta com o das regiões Oeste, centro e Norte do território, nas quais, por vezes, se registam alterações bruscas. Por outro lado, o rigor do Inverno norueguês traduz-se nas baixas temperaturas que se registam nas zonas de baixa altitude em todo o território, podendo chegar a atingir os - 40°C no interior das províncias de Finnmark e Troms, e nas regiões Centro e Leste do país, não obstante as zonas costeiras registarem temperaturas menos extremas, devido à existência de vento, chuvas e nebulosidade.

É, ainda, de extrema importância, a referência à forte influência que certas características decorrentes da posição no globo poderão exercer sobre a população que habita nas regiões mais a Norte, sobretudo acima do Círculo Polar Ártico, onde períodos de escuridão, cuja duração oscila entre cerca de trinta dias a, aproximadamente, quatro meses – conforme as zonas estejam menos ou mais próximas do Pólo Norte, respectivamente – alternam com fenómenos como o Sol da Meia-Noite. Tais efeitos poderão fazer-se sentir ao nível do temperamento que estas demonstram, já que a inexistência de exposição à luz solar pode ser tão nefasta como o seu excesso, sendo passível de conduzir a desequilíbrios mentais nos indivíduos, bem como, e por força de razão, na população daquelas regiões como um todo, traduzindo-se, por exemplo, na elevada magnitude da taxa de suicídio, mais acentuada entre os homens, colocando a Noruega no 12.º lugar segundo os dados relativos a 2012, disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde.

As condições climáticas da Noruega terão favorecido a fixação da população em áreas específicas, de características mais moderadas, registando-se uma maior taxa de ocupação do território na região oriental do país, sobretudo nas zonas urbanas a Sul. De resto, segundo dados de 2010, a população urbana representava 79% do total da população, a que não será alheio o facto de o país apresentar, segundo elementos disponíveis, apenas 2.52 % de terra arável, da qual só 0.01% se encontra ocupada com culturas permanentes. Tal pode ser interpretado à luz do facto de, da totalidade da extensão do seu território, na sua maioria glaciado, cerca de dois terços ser caracterizado por um relevo montanhoso acentuado, composto por alguns planaltos elevados e montanhas irregulares interrompidas por vales férteis e algumas planícies, pequenas e dispersas, que desde sempre colocaram desafios à produção de tudo aquilo de que necessitavam. A assumpção da agricultura como modo de subsistência em 3000 a.C. foi, de resto, um dos maiores desafios ganhos pelos povos escandinavos, inicialmente dependentes da caça de veados, focas e baleias e da pesca, não tendo, porém, nunca deixado de percepcionar o mar como um recurso de valor inestimável, como hoje, de resto, ainda é.

Na contemplação e da análise da fita do tempo, resulta que a História da Noruega não é alheia às características aqui descritas, oscilando entre as mais-valias e os desafios que a ambivalência da geografia lhe proporciona. Oscilando entre a desvantagem da partilha de um território peninsular que se reflecte na probabilidade acrescida de ocorrência de tensões com os países vizinhos, como refere Nogueira, 2011 e a vantagem geoestratégica conferida pelo reforço da delimitação da fronteira física terrestre através da fronteira natural que constituem as Montanhas Escandinavas, a Leste, sobretudo face a um cenário de invasões por parte dos países que lhe são adjacentes. Oscilando entre as perspectivas de descoberta de novos mundos geradas pela abertura ao mar, favorecedora da assimilação de influências externas e a grandes vulnerabilidades de defesa como contrapartida. É este o ponto de partida desta viagem. São estas as primeiras premissas.

Com efeito, ainda que a existência de fronteiras terrestres e marítimas permitam concluir pela natureza mista da Noruega quanto ao seu grau de continentalidade/maritimidade, o carácter marítimo do país prevalece sobre o

terrestre, traduzido num quociente de maritimidade de 0.91<sup>14</sup> - por oposição ao muito mais reduzido correspondente de continentalidade, que assume o valor de 0.09. Esta abertura ao mar terá sido potenciadora da independência dos seus movimentos face a regiões adjacentes e um dos factores que terá gerado uma predisposição natural para o mar e para a exploração dos seus recursos. Foi, particularmente, entre o final do século VIII e o século XI d.C. que povos como os *Vikings* capitalizaram a percepção desse grau de liberdade de movimentos privilegiado e das vantagens que se lhe encontravam associadas, empreendendo expedições para outras áreas geográficas, designadamente para a Islândia, Gronelândia, Escócia, a actual Irlanda e a América do Norte, bem como em direcção a França e Espanha.

A Era dos *Vikings*, uma das mais emblemáticas da História norueguesa, é uma das âncoras da nação ao seu passado mais longínquo e a violência um dos mais generalizados denominadores comuns às descrições do temperamento *Viking*, porquanto a mais brutal violência é habitualmente associada às invasões e pilhagens cujo protagonismo lhes é atribuído, amiúde extrapolado de forma abusiva para o estatuto de traço de carácter transversal à população.

No entanto, uma pesquisa pelo contraditório poderá revelar factos que suscitem o debate face à representação dominante deste aspecto do seu carácter e modo de agir, enquadrando-os, outrossim, como consequência dos circunstancialismos vigentes. Na verdade, existem, no seio da comunidade académica, vozes como a de Anders Winroth, da Universidade de Yale, que advogam que o carácter [dito] violento dos *Vikings* não apresentaria diferenças significativas nem seria extraordinário face ao comum da violência dos demais povos que, nessa altura, desenvolveriam o mesmo tipo de actividades exploratórias noutras regiões geográficas, em busca de novas e melhores oportunidades.

Em defesa deste ponto de vista, Winroth (Universidade de Yale, 2013; Hirst e Winroth, 2013) começa por referir que os *Vikings* não corresponderiam ao *mainstream* da sociedade da época, sendo antes oriundos de franjas sociais cuja ausência de

---

<sup>14</sup> Entende-se por quociente de maritimidade a relação entre a extensão de fronteira marítima e a soma da extensão da fronteira marítima com a da fronteira terrestre, tal como definido por Nogueira (2011). O quociente de continentalidade é apurado nos mesmos termos, salvo a correspondência do numerador, neste caso, à extensão da fronteira terrestre (Nogueira, 2011).

recursos materiais poderá ter estado na base da escolha daqueles indivíduos em engajar-se neste tipo de actividades. Winroth vai mais longe na sua assumpção, chegando mesmo a avançar que poderiam tratar-se, essencialmente, de descendentes [filhos] mais novos a quem não teria cabido parte de terras em herança e que, nada tendo que lhes garantisse a subsistência naquele território, nada teriam a perder, optando, por isso, por embarcar em viagens nas quais os perigos colocados à vida eram numerosos e extremamente elevado o risco de que se viessem a concretizar.

Nesta sequência, importa referir que, em entrevista a Tom Ashbrook (Hirst e Winroth, 2013), Hirst acrescenta, ainda, um novo elemento que também concorre para desmistificar a natureza violenta imputada aos *Vikings*, enquadrando-a como evidência decorrente da necessidade táctica de perder o mínimo de homens possível durante uma expedição. Com efeito, das pesquisas que efectuou tendo em vista a realização da série *Vikings*<sup>15</sup>, Hirst reteve a informação de que, por vezes, algumas das expedições eram levadas a cabo com dois barcos, tripulados por cerca de trinta elementos. Ora, em face deste dado, será fácil equacionar que, na contingência da selecção de candidatos a tripulantes e guerreiros, e numa lógica de boa gestão de recursos humanos limitados, fossem privilegiados os critérios da força e da aptidão físicas, colocando em melhor posição os indivíduos que seriam, naturalmente, mais capazes de perpetrar actos mais violentos sem que, concomitantemente, tal aumentasse o risco de perderem a vida. Para além disso, entre os *Vikings* encontravam-se não apenas mercenários, mas também mercadores de sucesso.

Importa, também, frisar que muito da propalada violência atribuída aos *Vikings* foi também modelada pela narrativa construída – e transmitida ao longo dos séculos – a partir de relatos dos povos de matriz religiosa cristã que viram invadidos os seus territórios no decurso dos empreendimentos *Viking* além-mar. Não é, pois, surpreendente, que povos crentes assim descrevam, enquanto bárbaros, invasores que profanavam mosteiros e locais de culto, subtraindo-lhes os tesouros que albergavam – segundo a sua percepção, fria e odiosamente. Sublinhe-se, de resto, que muitos académicos consideram que os ataques *Vikings* a igrejas cristãs não assentaram

---

<sup>15</sup> Inicialmente transmitida no Canal História já em 2013, na qual Michael Hirst procurou relatar a História do ponto de vista dos *Vikings*, ao contrário da grande maioria de produtos audiovisuais existentes acerca desta temática.

em motivações religiosas, tendo-se antes devido à fragilidade que os seus sistemas de defesa apresentavam que, deficitários, se tornavam alvos fáceis e, por isso, facilmente pilháveis as riquezas que continham (Williams, 2011).

Com efeito, os povos do Norte, descendentes de tribos germânicas que habitavam a região escandinava, eram pagãos. Ainda que pouco se conheça das tradições do paganismo nórdico - uma vez que o registo escrito teve início apenas a partir da cristianização e muito do que se sabe derive da transmissão oral -, este terá funcionado como um elemento unificador, designadamente durante a Era *Viking*<sup>16</sup>, conferindo continuidade cultural entre os povos daquela região, bem como com os indivíduos entre si, os quais, podendo ter funções e hierarquias diferentes no grupo, receberiam o mesmo tipo de conhecimentos. Uma espécie de linguagem comum.

Ora, ainda que a esmagadora maioria da população escandinava fosse pagã no início da Era *Viking*, não surgia como provável que os *Vikings* percepcionassem com desdém a aceitação de um deus cristão, a juntar a outros já seus (Williams, 2011). Efectivamente, o tempo viria a revelar que o Cristianismo acabaria mesmo por exercer uma influência não despreciable na Escandinávia, já que se tornou um veículo e um instrumento de profunda alteração religiosa neste território.

Na verdade, os *Vikings* encontravam-se sujeitos a pressões de natureza diversa para que assimilassem outras religiões que não a sua, designadamente o Cristianismo, quer no seu próprio território, quer fora dele. As primeiras tentativas de conversão da Escandinávia ao Cristianismo tiveram lugar mesmo antes da Era *Viking*<sup>17</sup>, tendo ambas conhecido pouco sucesso. No que se refere à Noruega, em particular, as provas arqueológicas sugerem que o Cristianismo foi adoptado gradualmente, sendo que, numa fase inicial, a conversão das comunidades na globalidade dependia da do seu chefe local. No entanto, momentos houve na História em que um processo mais alargado e mais rápido terá sido pretendido, como quando, em meados do século X, o Rei Hakon da Noruega, criado em Inglaterra, usou a sua autoridade para estabelecer o

---

<sup>16</sup> Tendo continuado a ser praticado já depois do seu *terminus*, em 994, quando o Rei Olav Tryggvason adoptou o Cristianismo e durante o período de cristianização propriamente dito.

<sup>17</sup> Cerca do ano de 725, com uma missão do anglo-saxão São Willibrord à Dinamarca e, numa segunda onda de actividade missionária, a partir do ano de 820, pelo franco São Ansgar, dirigida à Dinamarca e à Suécia.

Cristianismo no seu reino. Tal investida não avançou sobremaneira, porém, na medida em que a perda de apoio dos chefes pagãos tornou clara a desvantagem da mesma, tendo resultado no regresso dos bispos anglo-saxónicos de Hakon a Inglaterra. Ainda que, no final do século X, novas tentativas de conversão levadas a cabo por missionários anglo-saxónicos tivessem redundado na conversão do Rei Olaf Tryggvasson<sup>18</sup>, esta teve um impacto limitado na população como um todo. Foi apenas no século XI, já durante o reinado de Olaf Haraldsson<sup>19</sup>, de origem *Viking*, que a conversão norueguesa terá conhecido sucesso, tendo conduzido, embora paulatinamente, à presença duradoura do Cristianismo na quase totalidade do território da actual Noruega em meados daquele século<sup>20</sup>.

Não obstante o exposto, pode até ser considerada relativamente rápida a adopção do Cristianismo por parte dos *Vikings* aquando do seu estabelecimento em territórios habitados por populações cristãs<sup>21</sup>, caso do ocorrido na Normandia e nas Ilhas Britânicas<sup>22</sup> (Williams, 2011). Relewa neste contexto, e a título de exemplo, o que seria uma espécie de convenção que, ainda que não exigisse o baptismo ou uma conversão completa, condicionava a realização de trocas comerciais a uma primeira aceitação da fé cristã por parte dos comerciantes escandinavos, no sentido de contornar a impossibilidade de cristãos comerciarem com pagãos (Williams, 2011). Ainda segundo Williams (2011), e pese embora a falta de consenso entre os académicos quanto à força da presença do carácter escandinavo das comunidades *Vikings* instaladas junto a comunidades cristãs que habitavam as Ilhas Britânicas, a miscigenação entre povos terá resultado no nascimento de crianças que já seriam criadas em lares parcialmente cristãos e, eventualmente, educadas enquanto tal. Uma crescente taxa de casamentos mistos, aliada à influência da Igreja, terá tido como resultado uma maior abrangência do processo de conversão ao Cristianismo.

---

<sup>18</sup> Ou Olaf I, cujo reinado se estendeu no período compreendido entre 995 e 1000 d.C.

<sup>19</sup> Ou Olaf II, também conhecido por Olaf, o Santo, padroeiro da Noruega. Esteve a serviço do rei exilado Ethelred II de Inglaterra, tendo regressado à Noruega em 1015, onde, por ser descendente do Rei Harold I, foi aceite com facilidade, tendo reinado até 1028.

<sup>20</sup> A Suécia, porém, enfrentou uma reacção pagã em meados do século XI, não tendo sido antes do século XII que o Cristianismo se estabeleceu firmemente.

<sup>21</sup> Achados arqueológicos como sepulturas revelam esta alteração, na medida em que os povos pagãos enterravam os seus mortos com bens e oferendas, ao passo que os povos cristãos não o faziam (Williams, 2011).

<sup>22</sup> Compreendendo as Ilhas Britânicas os territórios da Grã-Bretanha, da Irlanda e de mais 6000 outras pequenas ilhas que constituem o arquipélago.

Um dos testemunhos da influência de cristãos sobre pagãos e da sua co-existência pacífica é o processo de cunhagem de moedas *Vikings*, também patente nos motivos cunhados nalgumas delas. No início da saga *Viking*, o valor das moedas era garantido pelo seu peso em ouro e prata e pelo grau de pureza destes metais, os quais circulavam a par de outras formas de metais preciosos e constituíam, *de per si*, símbolo de riqueza e de poder que importava ostentar<sup>23</sup>. O fim do fluxo de *dirhams* de prata oriundos do Oriente no final do século X viria a inverter esta tendência e a motivar, a partir do ano 980, uma nova onda de explorações *Vikings* em direcção ao Ocidente, mormente em direcção à abastada Inglaterra, governada pelo Rei Ethelred II. A política prosseguida pelo Rei Ethelred II de pagamento aos invasores a troco da sua retirada e de concomitante ausência de investimento na criação e capacitação de exército que os combatessem teve por consequência a conquista de Inglaterra por Sveinn Tjúguskegg<sup>24</sup> e pelo seu filho, Knútr Inn Ríki<sup>25</sup>.

Ainda que as explorações *Vikings* do século IX lhes tivessem permitido o contacto com povos - como os árabes - que já operavam numa economia monetária e proporcionado alguma familiaridade com a ideia de uma economia assente no conceito de moeda, é apenas no final do século X, já em Inglaterra, que os *Vikings* iniciam a cunhagem de moeda própria, movidos por factores de índole política e cultural. As moedas eram, na sua maioria, imitações de moedas já existentes, quer de regiões vizinhas como a de Wessex, quer de moedas bizantinas e francas, sinal do amplo espectro geográfico alcançado pelos *Vikings*. A emissão de moeda como direito no âmbito do domínio cristão na Europa no início da Idade Média<sup>26</sup> conduz a uma eventual associação da emissão de moeda própria à conversão dos *Vikings* ao

---

<sup>23</sup> A título de exemplo, Williams (2011) refere que a prata, o metal mais comum à época, circulava sob a forma de lingotes, bem como de peças ornamentais e de joalharia que, por um lado, eram ostentadas para afirmar um estatuto, mas, por outro, eram frequentemente quebradas em peças mais pequenas, de modo a perfazer o peso exacto requerido numa determinada troca comercial. Moedas e fragmentos de moedas importados eram quebrados, montados de forma a constituírem criações joalheiras ou então derretidos, visando a obtenção de matéria-prima para o fabrico de outras peças de joalharia. O facto de os comerciantes trazerem consigo pequenas balanças, capazes de medir com grande precisão, permitia, assim, a existência de um sistema de comércio e de troca muito preciso, mesmo na ausência de um processo de cunhagem de moedas regular.

<sup>24</sup> Rei da Dinamarca de 986 a 1014, de partes da Noruega, de 986 a 995, e de Inglaterra, de 1013 a 1014.

<sup>25</sup> Knut, o Grande. Rei da Dinamarca, de Inglaterra, da Noruega e de partes da Suécia, por vezes denominado Império Anglo-Escandinavo ou Império do Mar do Norte.

<sup>26</sup> De resto, os povos anglo-saxónicos adoptaram a cunhagem de moeda logo após a sua conversão ao Cristianismo.

Cristianismo. Esta ligação é sugerida, por exemplo, em moedas cunhadas nas Ilhas Britânicas sob domínio de governadores *Vikings*: emitidas em nome de um rei e não de um *jarl*<sup>27</sup>, ostentando, algumas delas, muitos símbolos cristãos como a cruz ou inscrições cristãs como *Dominus Deus Rex*<sup>28</sup> ou *Mirabilia Fecit*<sup>29</sup>, misturados com motivos que denotam tolerância religiosa<sup>30</sup>. As inscrições em Norueguês antigo<sup>31</sup> eram, porém, uma afirmação muito clara da identidade escandinava.

O fluxo de moedas de prata em direcção à Escandinávia, simultâneo ao de novas ideias como as de Cristianismo e de reinado adoptadas pelos colonizadores *Vikings* em Inglaterra, coincidiu com a unificação gradual dos reinos hoje correspondentes à Dinamarca, Noruega e Suécia<sup>32</sup>, onde a implementação de processos de cunhagem de moeda real conheceu desenvolvimentos entre 1047 e 1066. Na Noruega, o processo inicialmente tímido adquiriu *momentum* no reinado de Harald Sigurdsson, *i.e.*, Harald Hardrada. Já a cunhagem sueca, marcada por um forte começo, colapsou nos anos 1030, aquando da fragmentação do novo reino sueco e do relapso em direcção ao paganismo, sublinhando uma relação de paridade entre a religião e trocas económicas.

Ante o exposto, surge clara a importância que assume a dialéctica entre a religião, a sua simbologia e o desenvolvimento de processos políticos, económicos e estratégicos, denotando a grande capacidade de resiliência dos grupos em apreço. Este terá sido um factor fundamental, a par da percepção - cedo aguçado o engenho

---

<sup>27</sup> Indivíduos de estrato económico-social elevado na Escandinávia, proprietários de terras e guerreiros de elite.

<sup>28</sup> Tradução livre: *Senhor Deus e Rei*.

<sup>29</sup> Tradução livre: *Ele fez maravilhas*.

<sup>30</sup> A atestar isto mesmo está o facto, por exemplo, de alguns dos *pennies* de São Pedro ostentarem o martelo do deus Thor ao lado do nome de São Pedro em vez do nome do líder *Viking* ou de, em muitas das moedas, a letra 'I' de 'PETRI' [Pedro] tomar a forma do martelo de Thor e apresentando a figura de um martelo no verso. Outro caso é o de uma moeda atribuída a Olaf Guthfrithsson de York (de origem nórdica, tornou-se rei de Dublin em de 934 a 941), na qual se vê uma ave frequentemente identificada como um dos corvos de Odin, deus da guerra, que pode ser igualmente interpretada como sendo uma águia, símbolo de S. João Evangelista; a ambivalência da interpretação poderá significar que a escolha deliberada da imagem para agradar igualmente a cristãos e a pagãos.

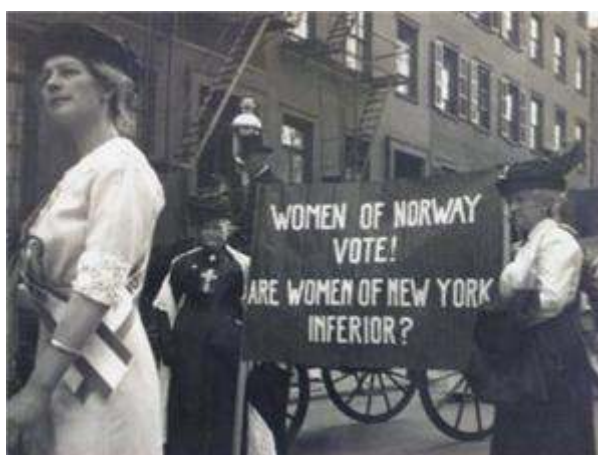
<sup>31</sup> Ao contrário do que acontecia com a maioria das moedas anglo-escandinavas, que exibiam inscrições em Latim, à semelhança das das moedas francas e anglo-saxónicas.

<sup>32</sup> Foi implementada a cunhagem monetária real nos três reinos, no final dos anos 990. Svein Forkbeard da Dinamarca, Olaf Tryggvasson da Noruega e Olaf Tribute da Suécia emitiram moedas com os seus nomes e títulos, imitando as do Rei Ethelred II.



humano pelo frio nórdico -, de que a sobrevivência individual é mais provável através da criação e da exploração de sinergias grupais, capazes de potenciar o desenvolvimento de um modo de estar e de um espírito cooperativos, ainda hoje patentes na pequena distância ao poder que caracteriza a Noruega.

Com efeito, vivências associadas ao carácter cooperativo e democrático, e, muitas vezes, mesmo progressivo, atribuído às comunidades *Vikings*, consubstanciado, tanto quanto se sabe, por exemplo, na discussão conjunta dos rumos a seguir ou até na possibilidade conferida às mulheres de se separarem dos seus companheiros, radicará, talvez da inevitabilidade da vantagem da união grupal já mencionada. No entanto, Winroth atribui esta acepção aos próprios escandinavos e ao orgulho que sentem na crença de que estarão na origem das tradições democráticas, já que, segundo aquele académico, as sociedades da Idade Média na Europa eram, de uma maneira geral, mais democráticas do que o foram posteriormente, sendo o mesmo extensível à Escandinávia, em concreto. Subjacente a este modo de agir estará, eventualmente, um conceito de igualdade de género que, não só os *Vikings* já promoviam, ao permitirem às mulheres que combatessem lado a lado com os homens no campo de batalha, como, ao longo dos tempos exemplos vários demonstraram que a Noruega ainda hoje se empenha em promover. A este propósito refira-se, por exemplo, a celebração, a 11 de Junho de 2013, do primeiro centenário sobre a conquista do direito de voto pelas mulheres na Noruega (Figura 2) e desde que a Noruega se tornou numa verdadeira democracia, na qual homens e mulheres possuem os mesmos direitos democráticos, o que, à data e a título ilustrativo, não era uma realidade, por exemplo, nos Estados Unidos da América.



**Figura 2 – Protestos nos Estados Unidos exigindo o direito de voto para as mulheres, em 1913**  
(Fonte: Real Embaixada da Noruega no Reino Unido, 2015)

Longo foi, porém, o caminho da Noruega até alcançar este ponto. Em 1363, o casamento do Rei Haakon VI da Noruega com Margaret, filha do rei Valdemar IV da Dinamarca, constituiu o ponto de partida para o que viria a tornar-se a União de Kalmar, da qual faziam parte os três reinos escandinavos - Noruega, Dinamarca e Suécia. A morte de Haakon VI, em 1397, conduziu, porém, a um conflito entre estes três reinos que viria a redundar na vitória da Noruega e da Dinamarca sobre a Suécia e à hegemonia dinamarquesa sobre a União, sob o reinado de Margaret I. Não chegaria aos nossos dias, porém. Não só remonta a 1523 a separação da Suécia da União de Kalmar, como é em 1814 que a própria Noruega acaba por ceder e subjugar-se à coroa sueca, reinos juntos através da união pessoal, sob o reinado de um mesmo monarca.

Convém lembrar, a este propósito, o historial de relações do tipo invadido-invasor entre a Noruega e a Suécia, respectivamente, decorrente, em parte, de uma vulnerabilidade de defesa da primeira perante a segunda: a localização de massas de água como lagos, formados pela erosão de glaciares, até *ffjords* interiores, precisamente no seio da fronteira sueco-norueguesa, que nem a aparente vantagem conferida à Noruega pela presença das montanhas escandinavas como reforço natural da sua fronteira terrestre parece colmatar.

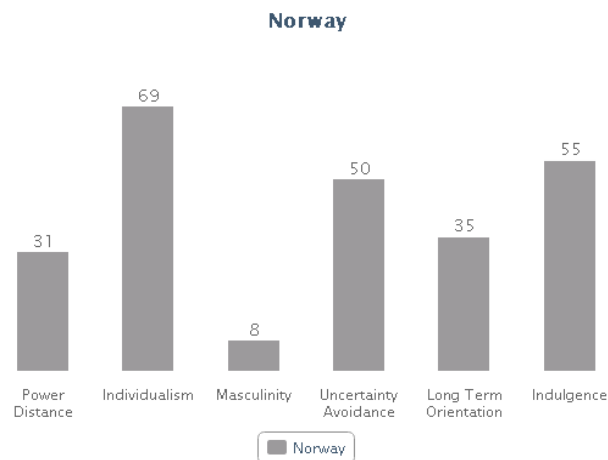
Foi só em 1814 que o povo norueguês resistiu à cedência do seu país à Suécia, tendo adoptado uma nova constituição, após o que o território norueguês foi invadido pelos Suecos que, não obstante, acordaram em que a Noruega mantivesse a sua própria constituição, a troco de aceitar a união dos dois países sob o domínio do Rei sueco. Esta situação viu o seu termo em 1905, quando, após um século de renascimento de um sentimento nacionalista no seio da população norueguesa, a realização de um referendo garantiu à Noruega a independência, sendo hoje uma monarquia constitucional, com um sistema de governo democrático parlamentar onde, até Maio de 2012, a Igreja Evangélica Luterana da Noruega foi a religião oficial do Estado, agora laico. Apesar de o paganismo não encontrar paralelo nas religiões actualmente praticadas na Noruega e de cerca de 77% da população pertencer à Igreja Evangélica Luterana da Noruega, a verdade é que, enquanto força profunda, a religião (Nogueira, 2011), em sentido lato, terá, por certo, continuado a exercer uma influência que pode, porém, ter transmutado o objecto da crença e transferido para outro campo

o sentimento gerado a partir da comunhão dessa crença comum, ao ter, eventualmente, assumido outros contornos, de uma natureza diversa, questão que abordaremos mais à frente nesta reflexão. Acresce que a religião assume um papel importante na construção da paz (Sampson, 2007), o que poderia levar-nos a considerar que a religião, em sentido lato, poderá, pelo exposto, ter influído, a par de outros factores culturais determinantes do temperamento colectivo, no que viria a tornar-se um veio a explorar ao longo do tempo, com efeitos mais visíveis nas últimas décadas no contributo para o desenvolvimento dos estudos para a paz e, depois, na sua aplicação prática.

A paz e a inclusão inerentes à atitude do povo norueguês perante o Outro parece também estar espelhada, de resto, no esforço de integração de minorias étnicas como, por exemplo o povo Sami, com tradições e um modo de vida próprio, e da língua Sami (Lapão), que é oficial em nove municípios do Norte do país. Apesar de a questão das minorias étnicas se encontrar na agenda política de há cerca de 12 anos a esta parte, a diferença não surge como susceptível de produzir efeitos fracturantes no seio da sociedade norueguesa, existindo um clima de aceitação e de amigável co-existência relativamente a esta parte da população; o mesmo parece ser aplicável à existência de duas versões da língua norueguesa – Bokmål e Nynorsk, ambas em utilização corrente. Na verdade, ao invés de fracturante, a língua aparenta ter sido, desde a Era dos *Vikings*, um factor que, ainda hoje, subjaz como unificador, alcançado esse efeito, ainda que de forma subtil e pouco conhecida, até uma extensão que extravasa a do território norueguês. De facto, a língua nórdica perpetua-se, através de numerosas palavras comuns que ainda existem na Língua Inglesa, facto decorrente do estabelecimento de comunidades de *Vikings* nas Ilhas Britânicas e na Escócia. A sua influência chega, com efeito, a todo o mundo, se tivermos em conta que o Inglês é a língua mais falada em todo o planeta – global, portanto.

Outra das forças profundas – as que persistem para além das contingências e que, por vezes, escapam à racionalidade –, a qual se crê ser incontornável nesta análise, é o temperamento ou carácter nacional do povo, que encontrará as suas raízes em factores culturais que, segundo os contributos da Psicologia Social e da Antropologia

trazidos por Hofstede e Hall para a Geopolítica (2015, Anexo 1), exercem uma influência dificilmente refutável no comportamento colectivo.



**Figura 3 – Gráfico das seis dimensões culturais do Modelo de Hofstede para o temperamento norueguês (Fonte: Hofstede Center, 2015)**

De acordo com as seis dimensões consagradas no modelo de Hofstede e Hall, o povo norueguês é caracterizado por uma curta distância ao poder, que se encontra descentralizado (Figura 3). Este factor associa-se a um modo de estar independente, em que cidadãos partilham direitos iguais. A existência de uma hierarquia é aceite pela simples razão da mera conveniência, assentando a forma gerir numa comunicação directa, participativa e orientada para o consenso, numa postura informal. A gestão decorre da adopção de uma abordagem de facilitação e de capacitação dos membros de uma equipa, com cuja experiência se conta e que contam, por ela, ser consultados pela hierarquia.

Também o individualismo é uma vertente fortemente presente na sociedade norueguesa, que valoriza a individualidade própria, a expressão das opiniões pessoais individuais e o respeito do direito à privacidade. Esta característica reflecte-se, ainda, numa elevada mobilidade profissional, em que o enquadramento contratual rege a relação empregador-funcionário e o nepotismo não é encorajado.

A Noruega apresenta uma forte vertente de feminilidade, associada à valorização e ao encorajamento de aspectos culturais mais suaves e harmoniosos como a procura da obtenção de consensos, formas de afirmação pessoal que não colidam de modo flagrante com a igualdade societal que se procura, em que tentar ser melhor que os outros não significa a exibição de um estatuto, já que tal não é social

nem materialmente recompensador, e em que se estimula a simpatia pelos menos favorecidos. Esta vertente de feminilidade encontra-se, ainda, reflectida na valorização da existência de incentivos ao tempo livre, à flexibilidade e à valorização da interacção através de diálogo, considerado base desejável para processos de desenvolvimento e crescimento pessoal. De resto, e em contexto profissional, dever-se-á à feminilidade norueguesa o facto de o processo de tomada de decisão ser um processo alcançado através do envolvimento de todas as partes interessadas, assumindo o gestor um papel de suporte.

No que se refere à necessidade de controlo da incerteza, poder-se-á dizer que a Noruega não é particularmente vincada, indiciando que a sociedade norueguesa não percepciona como angustiante a incerteza do desconhecido, que integra com relativa tolerância e facilidade eventuais desvios à mediania, o que se espelha numa moldura legal pouco profusa e reguladora, mas cujo grau de exigência pelo seu cumprimento rigoroso é, em contrapartido, muito elevado.

No que diz respeito à organização do tempo [*long term orientation*, na Figura 3], a Noruega tende a caracterizar-se pelo monocronismo, assumindo, no domínio empresarial, um cariz mais normativo no que se refere quer ao modo de pensar, de planear, que assume uma sequência lógica e bem definida, mantendo ligações ao passado e às tradições no desenho das alterações que a hão-de conduzir ao futuro.

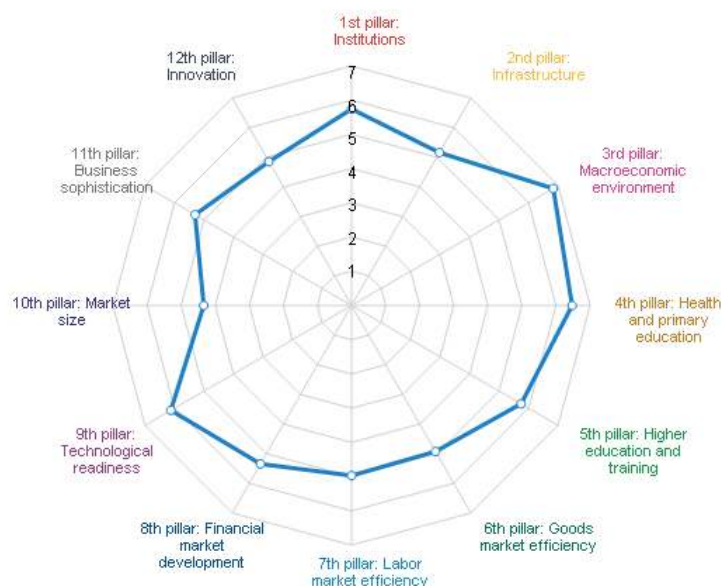
A Noruega encontra-se inserida num contexto de circulação/organização da informação [*indulgence*, na Figura 3] que não é marcadamente forte, apenas ligeiramente acima da média, sugerindo uma vida regada por normas sociais de carácter mais estrito, permitindo-se, porém, a fruição a vida através da recompensa das motivações humanas básicas e naturais com actividades recreativas.

Uma das ilustrações da integração de todas estas dimensões no caso norueguês está espelhada, por exemplo, na elevada classificação que as instituições do país continuam a obter no índice de competitividade<sup>33</sup> global elaborado pelo Fórum

---

<sup>33</sup> Envolvendo o conceito de competitividade componentes estáticos e dinâmicos e sendo definida como o conjunto de instituições, políticas e factores que determinam o nível de produtividade de um país, o qual, por seu turno, determina o nível de prosperidade que uma economia poderá alcançar e as taxas de retorno de investimentos nela realizados, directrizes fundamentais das suas taxas de crescimento (Fórum Económico Mundial, 2015).

Económico Mundial na sua mais recente edição, relativa ao biénio 2014-2015, na qual a Noruega ocupa o 11.º lugar do *ranking*. Parte integrante dos requisitos básicos necessários ao bom desempenho da economia de um país e do país em geral, as instituições são consideradas, para este efeito, o primeiro de doze pilares de análise, tendo as instituições norueguesas obtido um valor médio de 5,7 numa escala crescente de qualidade medida em valores de 1 a 7 (Figura 4).



**Figura 4 – Perspectiva global da *performance* da Noruega**  
(Fonte: Fórum Económico Mundial, 2015)

Classificadas de transparentes e demonstrando muito bom funcionamento, as instituições públicas norueguesas revelam uma média de 5,7, assente na avaliação de parâmetros como os direitos de propriedade, a ética e a corrupção, o tráfico de influências, a eficiência do governo e a segurança (Figura 5). Acresce que as entidades privadas alcançaram, também elas, elevadas classificações no que diz respeito à ética corporativa e à imputabilidade [*accountability*], ainda mais elevadas do que as instituições públicas propriamente ditas, já que alcançam um valor médio de 6,0, três décimas acima do atingido pelas instituições públicas.

Neste contexto, é ainda importante sublinhar, contudo, que, ainda que a classificação das instituições públicas tenha registado uma tendência global de subida face a avaliações anteriores, a evolução do parâmetro relativo ao tráfico de influências

registou uma ligeira subida se analisado isoladamente, ao mesmo tempo que no capítulo da segurança se registou a tendência inversa.



**Figura 5 – Avaliação das instituições públicas e privadas norueguesas**  
(Fonte: Fórum Económico Mundial, 2015)

Refira-se que, no caso norueguês se torna particularmente evidente a relação de reforço mútuo dos conceitos de imputabilidade e de transparência, sendo a última reflexo, não só, de um tipo directo de comunicação, mas também da necessidade de apuramento da verdade, o que, no conjunto, permite a criação de mecanismos de reporte da utilização de recursos estatais e a existência de consequências no caso de não serem atingidos os objectivos inicialmente traçados, atenuando eventuais preocupações potencialmente geradas pelo ligeiro aumento do tráfico de influências nas instituições públicas.

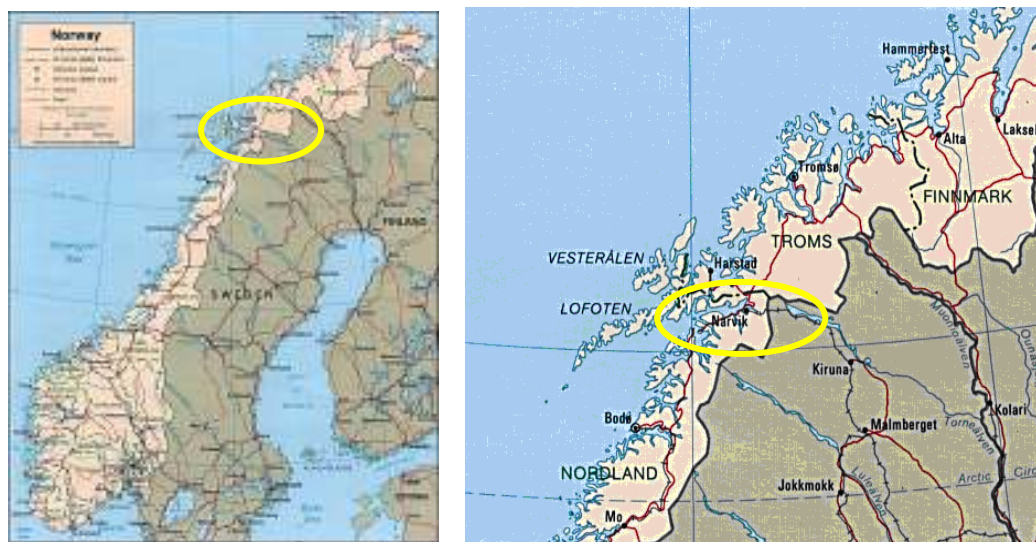
## I.2. DA GEOPOLÍTICA E DA GEOESTRATÉGIA NORUEGUESAS

Apesar de a posição de neutralidade da Noruega ter sido uma constante na I Guerra Mundial, o país não foi, no entanto, poupado a graves perdas na sua frota marítima. E apesar de ter declarado a sua neutralidade no início da II Guerra Mundial, a Noruega não deixou de ser invadida pela Alemanha, pelas 04h15 locais do dia 09 de Abril de 1940, na sequência do lançamento da Operação Weserübung<sup>34</sup> pelo III Reich. Ainda que a protecção da Dinamarca e da Noruega face a um potencial ataque por

<sup>34</sup> Em Português, o nome da operação é “Exercício no Weber”, sendo Weber o nome de um rio que flui no território alemão.

parte de França e de Inglaterra fosse o alegado móbil para o lançamento desta operação, certo é que outras motivações lhes estariam subjacentes, de natureza geoestratégica, vantajosas não só para a Alemanha invasora, mas também para os Aliados.

O interesse geoestratégico da Alemanha de Hitler na Noruega radica, por um lado, no facto de o controlo da extensa linha de costa norueguesa se revestir de um carácter potencialmente determinante – vantajoso, entenda-se - na luta pelo controlo do Mar do Norte, ao permitir a passagem de navios alemães e de submarinos para o Oceano Atlântico. Por outro, esse mesmo interesse radica, de igual modo, na cidade de Narvik, situada na província de Nordland, no norte do território norueguês (Figuras 6 e 7) e, em particular, no seu porto marítimo.



**Figura 6 - Mapa político da Noruega e pormenor destacado da localização da cidade de Narvik**  
(Fonte: University of Texas Libraries, 2015)

fossem exportadas grandes quantidades de minério de ferro oriundo das minas de Kiruna, na região lapónia da Suécia, e de que a Alemanha dependia à data. A este propósito, importa referir que, dos 10 milhões de toneladas de minério de ferro que a Alemanha importou da Suécia no início da II Guerra Mundial, nove foram expedidas através de uma rota oriental que, partindo do porto de Luleå, no Norte do país, cruza o Golfo de Bothnia em direcção aos portos alemães de Lübeck, Swinemünde e Stettin (os dois últimos na Polónia), banhados pelo Mar Báltico. No entanto, a actividade portuária em Luleå é exequível apenas de Maio a Novembro, não sendo possível nos



meses de Inverno, na medida em que, nessa altura do ano, se assiste ao congelamento de uma parte significativa do Golfo de Bothnia.

Uma outra alternativa para os Alemães seria recorrer à importação de minério de ferro obtido das minas de Bergslagen, a partir do porto sueco de Oxelösund, sito a Sul de Estocolmo. Esta opção não era, porém, uma alternativa viável, dado que não só era insuficiente a quantidade de minério de ferro obtido nas minas de Bergslagen face às necessidades de ferro da Alemanha naquela época, como também, de Janeiro a Março de cada ano, o Golfo de Bothnia não era navegável nesta região.

Por outro lado, a região em torno da cidade de Narvik, situada acima do Círculo Polar Ártico, beneficiava dos efeitos da Corrente do Golfo, reflectidos, não só, na contradição das expectativas de inabitabilidade da área, potencialmente fundamentadas na proximidade ao Pólo Norte, mas sobretudo nas boas condições de navegabilidade naquela estação do ano, tornavam o transporte marítimo com origem no porto de Narvik uma alternativa viável, permitindo que fosse levado a cabo através de uma rota livre de gelo. Em face destas contingências, Narvik tornou-se um alvo de especial importância geoestratégica para a Alemanha, particularmente no período de Inverno, e sobretudo nos primeiros meses desta estação. Na verdade, garantir o fácil acesso ao e o controlo do porto de Narvik era, consequentemente, garantia do fornecimento daquele minério ao país, tão necessário à prossecução do esforço de guerra alemão, ainda que, para tal, as forças navais alemãs tivessem de enfrentar uma viagem muito mais longa com passagem por uma costa fortemente identada.

Sublinhe-se, ainda, que a inexistência de sistemas de defesa costeira sólidos terá acrescido às desvantagens da já de si vulnerável, porquanto extensa, costa norueguesa e, assim, facilitado o acesso das forças navais alemãs ao porto em apreço, tendo, deste modo, aligeirada a tarefa de se impor às dos Aliados e, em particular, ao poder naval britânico. De resto, e para além do porto de Narvik, seriam os portos de Bergen e de Trondheim outros dois pontos de importância estratégica naquela região, na medida em que controlá-los representaria, para os Aliados, o bloqueio do Mar Báltico à Alemanha, e, para a Alemanha, o que já antes se referiu.



uma característica estrutural do país e dos Noruegueses, radicada numa atitude de perseverança grupal perante a contingência de sobreviver em condições de especial adversidade do meio, faceta já referida aquando da abordagem ao temperamento do povo norueguês.

No entanto, terá sido a ocupação da Noruega pela Alemanha Nazi entre 1940 a 1945 um dos motivos que terá impelido o país a decidir pelo abandono da sua posição neutral e a tornar-se um país-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), em 1949.

A descoberta de jazidas de petróleo e de gás natural no Mar da Noruega, em plena Plataforma Continental Norueguesa, no final de década de 1960 do século XX, terá sido determinante para a valorização da posição geoestratégica do país, que, com oito reservas localizadas no Mar do Norte<sup>35</sup> e duas no Mar da Noruega<sup>36</sup>, se tornou o maior produtor de petróleo na Europa e o sétimo maior exportador a nível mundial. Efectivamente, desde logo porque a existência destes recursos naturais na proximidade de corredores marítimos e a rotas aéreas do Atlântico Norte junto aos quais o país se situa acentuam a sua vantagem competitiva. A tal acresce que a exploração destes recursos veio impulsionar a fortuna norueguesa e proporcionar ao país uma forma de rendimento que lhe tem permitido, nas últimas décadas, dispor de

---

<sup>35</sup> Os campos de petróleo de: Ekofisk, o maior campo de petróleo da Noruega, a 300 quilómetros a sudoeste de Stavanger, comporta nove plataformas e espera-se que se mantenha em actividade até 2050; Snorre, o segundo maior campo de petróleo do país, deverá manter a produção até 2040; de Valhall, o terceiro maior campo de petróleo da Noruega, espera-se que se mantenha em actividade até 2050; Eldfisk, situado a cerca de 16 quilómetros a Sul de Ekofisk, para onde o petróleo é transportado para armazenamento e exportação, tem actualmente em curso um projecto, designado Eldfisk II, que comporta a instalação de uma nova plataforma integrada e a modernização da infraestrutura existente, de modo a permitir a extensão da exploração do campo até 2050; Grande, a cerca de 185 quilómetros de Haugesund, foi o primeiro campo norueguês a produzir crude pesado, encontrando-se ligado ao terminal de Sture, junto a Bergen, onde é armazenado e a partir de onde é exportado; Oseberg, inclui quatro plataformas, uma das quais de processamento de gás e as três restantes de petróleo cuja produção também é dirigida ao terminal de Sture; Alvheim, a Oeste de Heimdal, encontra-se estruturado nas três áreas de Kamelon, Boa e Kneler, sendo o petróleo aqui produzido carregado em flutuadores para os petroleiros e devendo operar até 2032; e Oseberg Sør, a Sul de Oseberg, desenvolvido numa instalação integrada de alojamento, perfuração e separação de gás e de petróleo, sendo este último enviado para o Centro do campo de Oseberg, para processamento final.

<sup>36</sup> Os campos de petróleo de: Heidrun, a 190 quilómetros da costa ocidental norueguesa, na região de Haltenbanken, no mar da Noruega, cuja produção se dirige ao terminal de Mongstad da Statoil, empresa petrolífera pública norueguesa, perto de Bergen, bem como a Tetney, no Reino unido, sendo esperado que permaneça em actividade até 2045; e Åsgard, localizado a 50 quilómetros a Sul de Heidrun.

*superavits* orçamentais. Em referendos ocorridos em 1972 e 1994, a Noruega rejeitou aderir à União Europeia (UE).

As relações entre a Noruega e a Suécia mantêm-se hoje pautadas por um outro tom, encontrando-se a Suécia entre os principais parceiros comerciais da Noruega, o que não deixa de ser relevante se tivermos em linha de conta que, por vezes e sobretudo nos dias de hoje, a Economia é, muitas vezes, o campo de batalha onde se faz a guerra.

No que se refere às fronteiras com a Finlândia e com a Rússia, o relevo menos acidentado permite um melhor acesso de território a território, tendo constituído como que um canal de passagem que viria a ser explorado pelos *Vikings* no seu avanço em direcção ao Oriente, para território russo, com o propósito de, aí, fazerem dinheiro vendendo peles. Por outro lado, em termos de defesa, esta mesma suavidade do relevo surge como uma vulnerabilidade, facto comprovado pelas disputas fronteiriças, designadamente com a Rússia. Os diferendos fronteiriços com a Rússia atingem, ainda, o domínio do mar, que conheceram um final feliz: disputas velhas de 40 anos viram o seu fim a 15 de Setembro de 2010, em Murmansk, ao cabo de tantos outros de negociações, firmado com a assinatura do Tratado de Delimitação Marítima e de Cooperação, um vasto acordo que estabelece as fronteiras marítimas entre a Noruega e a Rússia, com Jens Stoltenberg e Dmitry Medvedev como chefes de governo. Com a Rússia, a Noruega tem, ainda, outra questão a resolver: reclama para si a Queen Maud Land e a sua plataforma continental, na Antárctida, tendo já submetido, a par da Dinamarca (Gronelândia), um pedido relativo à definição dos Limites da Plataforma Continental. A Rússia encontra-se a recolher informação adicional no sentido de aumentar o pedido que apresentou em 2001.

### **I.3. NA SENDA DE NOVAS OPORTUNIDADES**

Com abundantes recursos hídricos, a Noruega pode ser considerado um Estado quase energeticamente independente face ao exterior, já que 95% da sua produção de energia tem origem hidroelétrica, 4% provém de fontes termais convencionais e 1% com origem em fontes renováveis como o vento e a biomassa.

Produtora de cevada, trigo, batata, carne de suíno e de bovino, leite e peixe, e com um sector industrial desenvolvido na área dos recursos energéticos – petróleo e gás natural –, da construção naval, das pescas, dos produtos químicos e da madeira, para citar apenas alguns dos exemplos mais significativos, a Noruega é possuidora de uma economia mista, composta por um sector privado dinâmico e um sector público amplo, a economia norueguesa faz parte integrante do grupo das 35 economias mundiais orientadas pela inovação, alcançando este ano o 16.º lugar no *ranking*<sup>37</sup>, segundo os dados do Relatório de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, relativo ao período de 2011-2012. O mesmo estudo refere que a Noruega atinge o 19.º lugar no *ranking* dos factores de inovação e de sofisticação do negócio, apresentando um índice de competitividade sustentável. A aposta na inovação como um dos pilares a explorar não será, de resto, uma coincidência. Poder-se-ia, mesmo, dizer que o desenvolvimento de técnicas avançadas e a sua aplicação no empreendimento da concretização de novos desígnios remontando já à Era *Viking* – a este propósito, note-se a excelente técnica desenvolvida na construção de embarcações, bem como o uso da vela que, apesar de, à data, já ter sido usada pelos Romanos, constituía uma inovação para a navegação escandinava (Hirst e Winroth, 2013). Neste documento, o registo de um incremento da produtividade devido a um elevado nível de incorporação de novas tecnologias granjeou à Noruega a 7.ª posição no *ranking* do índice de prontidão [*readiness*] tecnológica. Parece, assim, claro que o país vê na inovação e no desenvolvimento tecnológico uma das melhores vias para se afirmar e para avançar para uma posição privilegiada, continuando o legado *Viking* da aposta na aplicação do conhecimento no domínio da construção naval para chegar mais longe.

O mar continua a ser, para a Noruega, uma fonte inestimável de recursos naturais, quer pesqueiros, quer minerais<sup>38</sup>, mas também de potenciais problemas – alguns já tornados reais no passado - se analisados numa perspectiva geoestratégica. A título de exemplo, refira-se a necessidade de acesso a um porto marítimo livre de gelo

---

<sup>37</sup> Tendo descido dois lugares, mas tendo, ainda assim, obtido uma melhor classificação.

<sup>38</sup> Designadamente de ferro, cobre, chumbo, zinco, titânio, pirites e níquel.

para a exportação de ferro destinado à construção da linha ferroviária de Ofotbanen, que permitiria então o desenvolvimento da moderna cidade de Narvik.

Falar do mar da Noruega implica, ainda, falar de petróleo, recurso fundamental à sustentação do país no modelo económico em que temos vindo a conhecê-lo nas décadas mais recentes. Com efeito, a descoberta de jazidas de petróleo em águas adjacentes, junto à sua costa, no final da década de 60 do século XX, terá granjeado à Noruega a possibilidade de se tornar o maior produtor de petróleo da Europa, o segundo exportador de gás natural a nível mundial e um importante fornecedor destes recursos a outros países europeus. Aliando a sua capacidade de inovação à indústria petrolífera e à navegação, no futuro que hoje se desenrola, conseguiu exponenciar a sua riqueza. Com efeito, é ao sector do petróleo, vital e sob controlo governamental através de políticas de regulação abrangentes e de grandes empresas sobre as quais o Estado detém o controlo, que a Noruega tem conseguido manter uma vasta rede de apoio social num país que apresenta uma tendência de envelhecimento demográfico. De resto, os lucros obtidos neste sector – cerca de 20% dos lucros estatais - terão contribuído para que, a par de uma gestão fiscal prudente, a Noruega tenha atingido o 4.º lugar do ranking de melhor ambiente macroeconómico.

A 19.ª posição que a Noruega ocupa num *ranking* de 156 países relativo à dimensão da marinha mercante não poderá ser alheia a esta actividade, já que, de entre os 585 navios que compõem a marinha mercante norueguesa, mais de 1/6 está adstrito a actividades associadas à indústria petrolífera<sup>39</sup>. Note-se que terá sido fundamental para o desenvolvimento da marinha mercante a vantagem geoestratégica conferida pela posição geográfica que o país ocupa junto a rotas marítimas do Atlântico Norte, contrabalançando o carácter de país periférico relativamente à restante Europa. No entanto, será importante não esquecer que a dependência norueguesa da indústria petrolífera para a criação de riqueza poderá constituir uma vulnerabilidade.

A proximidade a rotas aéreas do Atlântico Norte é uma outra vantagem estratégica que o país capitalizou, contando hoje com 98 aeroportos, dois terços dos

---

<sup>39</sup> Para transporte de petróleo e de gás liquefeito, por exemplo.

quais pavimentados, colmatando, assim, algumas falhas de redes rodoviária e ferroviária menos extensas, devido ao relevo acidentado do território.

## **CAPÍTULO II: *SOFT POWER* - DO QUE SE FALA QUANDO SE FALA DO PODER NORUEGUÊS**

No presente, alguns dos desafios da Noruega são os de um país que, à semelhança da restante Europa, é um país em processo de envelhecimento que luta para manter o seu vasto sistema de segurança social, ao mesmo tempo que trabalha para preservar a sua competitividade económica. Procura fazê-lo, contudo, de forma inteligente, astuta e pacífica, nunca perdendo de vista os seus interesses, maiores ou menores.

Nye (2004) definiu *soft power* como *a capacidade de se alcançar o que se quer através da atracção, em vez de através da coerção ou de pagamentos; surge da atractividade da cultura de um país, assim como das suas políticas e dos seus ideais políticos. Quando as nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, o nosso soft power é potenciado*<sup>40</sup>. Esta definição parece traduzir bem as orientações políticas que terão estado subjacentes à acção norueguesa, quer no plano interno, quer no externo, e que parecem reflectir de forma clara algumas das características da identidade do seu povo.

### **II.1. DOS ESTUDOS PARA A PAZ**

Os estudos para a paz lançaram uma nova perspectiva sobre a resolução de conflitos ao desenvolverem toda uma base teórica e metodológica para a construção de uma abordagem multidisciplinar distinta da das tradicionalmente consideradas no campo das relações internacionais. Pouco consensual, alvo de críticas – internas e externas – diversas, a abordagem dos estudos para a paz tem vindo, não obstante, a consolidar a sua validade em palcos dispersos por várias regiões geográficas.

O empenho da Noruega no desenvolvimento dos estudos para a paz tem-lhe granjeado paulatino destaque a nível global enquanto um dos principais actores na transformação de conflitos pela via pacífica e em processos de paz diversos em todo o mundo<sup>41</sup>. A intervenção norueguesa neste domínio assumiu-se como um dos pilares da

---

<sup>40</sup> Tradução livre da definição de Nye, em Inglês.

<sup>41</sup> Destaque-se, de entre estes, o conflito israelo-palestiniano ou os conflitos registados no Sri Lanka, na Guatemala, nas Filipinas ou no Sudão.



agenda política institucional e da política externa norueguesas e acentuou-se, particularmente, a partir da década de 90 do século XX, consolidando-se através de um discurso distinto construído, sobretudo, desde 1993, no rescaldo do sucesso dos Acordos de Oslo (Skånland, 2010), tendo passado a fazer parte integrante da imagem que a Noruega pretende projectar para o exterior<sup>42</sup>.

### **II.1.1. Contexto de Emergência**

Remontam ao início do século XX os eventos espoletadores do que se viria a tornar as bases dos estudos para a paz e da resolução de conflitos da actualidade. Como refere Kriesberg (2007), acontecimentos como a I Guerra Mundial, a Grande Depressão de 1929, a ascensão de regimes fascistas na Europa e a devastação provocada pela II Guerra Mundial vieram, por um lado, fomentar a descrença quanto à possibilidade de criação de uma paz duradoura. Por outro, e segundo o mesmo autor, terão sido estes os eventos precursores do desenvolvimento de esforços que viriam a redundar na criação de novas perspectivas e de novas áreas de acção que são hoje conhecidas no campo da resolução de conflitos. A título de exemplo do legado de métodos e de questões de partida deixado aos académicos da resolução de conflitos, Kriesberg (2007) indica estudos elaborados, na década de 30, sobre as causas não-rationais subjacentes ao surgimento de conflitos intensos, sobre formas de os gerir e de evitar a espiral destrutiva e análises de processos grupais e sócio-psicológicos em conflitos de natureza étnica, industrial ou mesmo familiar.

Enquadra-se, assim, o contexto de emergência dos estudos para a paz no período compreendido entre o final da II Guerra Mundial e o final da década de 60 viria a testemunhar um novo ímpeto no desenvolvimento do campo da resolução de conflitos (Kriesberg, 2007), constituindo o que é hoje conhecido como a primeira vaga de estudos para a paz (Stephenson, 2010). Com efeito, a investigação levada a cabo no

---

<sup>42</sup> Como diz Cravo (2005), à data, a Noruega doava cerca de 1% do seu produto interno bruto em ajuda externa destinada, nomeadamente, ao desenvolvimento de programas de apoio à construção da paz, sendo que, de acordo com declarações do ministro conselheiro Espen Gullikstad, proferidas a 29 de Novembro de 2012, em sede de reunião do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas, o contributo da Noruega ascendeu, em 2012, só para este fundo, ao montante de 5 milhões de dólares. A este propósito, refira-se o trabalho desenvolvido por diversas organizações não-governamentais norueguesas, incluindo as actividades levadas a cabo pelo *Norwegian Refugee Council*.

âmbito de disciplinas académicas relevantes neste domínio, a par do início da divulgação de publicações como o *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, pela Universidade do Michigan<sup>43</sup>, e da fundação, em 1959, do *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), viriam a revelar-se uma das partes fundamentais ao estabelecimento de uma base sólida sobre a qual viria a assentar o rápido desenvolvimento do campo da resolução de conflitos (Kriesberg, 2007). Paralelamente, factos históricos como as lutas nacionais pela libertação de colónias de países europeus em África e na Ásia ou as lutas pelos Direitos Humanos nos Estados Unidos, modeladores do contexto social e internacional à data, viriam a condicionar a sua análise e o foco desta, agora centrado em questões como a justiça, a autonomia ou a equidade, em detrimento da reconstrução da economia e do crescimento, que dominavam as preocupações dos Estados até então (Kriesberg, 2007).

Outros factores contribuíram, ainda, para o desenvolvimento do campo da resolução de conflitos. Por um lado, factores de índole académica, que incluem o estudo da aplicação da análise matricial da Teoria dos Jogos a conflitos internacionais, o crescente interesse na influência de elementos subjectivos e não-rationais no processo de tomada de decisão em política externa, acicatado pelo espectro da ameaça nuclear em plena Guerra Fria, a análise de acções não-violentas e o contributo da investigação para a paz, que sublinha as idiosincrasias culturais e sociais na geração e desenvolvimento de conflitos. A tais variáveis, somam-se factores de natureza mais prática, como a crescente relevância da diplomacia não-oficial em matéria de relações internacionais, para o que relevaram, por exemplo, uma série de encontros informais de físicos nucleares para analisar a possibilidade de uso de armas nucleares por parte dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e da União Soviética, e simultaneamente comprometidos em encontrar formas de reduzir a probabilidade de concretização de tal cenário (Kriesberg, 2007).

A par do debate suscitado em torno da violência estrutural na década de 60, a definição do conceito de paz positiva, por oposição ao de paz negativa, por Johan Galtung, em 1969, surge como um dos factos marcantes do percurso de alguns

---

<sup>43</sup> Onde também foi estabelecido, em 1959, o *Center for Research on Conflict Resolution*, segundo Kriesberg (2007, p. 27), citando Harty and Modell (1991).

cientistas políticos neste período (Alger, 2007), e talvez senão mesmo como um dos pontos vitais no subsequente desenvolvimento dos estudos para a paz.

Novos desenvolvimentos viriam a registar-se num segundo momento, entre 1970 e 1985, assinalado pela expansão dos estudos para a paz para programas de educação para a paz em todo o mundo, o que, sobretudo na Europa, ocorre em simultâneo com um foco colocado na investigação (Kriesberg, 2007; Stephenson, 2010). A teorização sobre movimentos sociais e a realização de *workshops* visando o desenvolvimento de competências tendentes à resolução de conflitos terão fornecido um contributo importante nesta fase (Kriesberg, 2007).

Kriesberg (2007) constata, ainda, a existência de um terceiro momento, que se estende de 1986 até ao presente e que é dominado pela diferenciação e pela institucionalização dos estudos para a paz, apontando o fim da Guerra Fria como elemento transformador do sistema internacional e, simultaneamente, modificador dos conflitos intra-estatais. Com efeito, e segundo o mesmo autor, o fim da era bipolar passa a evidenciar conflitos cuja tónica incide, por exemplo, na etnia ou na religião e já não tanto na ideologia. Tal, em articulação com a crescente integração económica e com os avanços tecnológicos decorrentes da intensificação dos processos de globalização, traduz-se num aumento da probabilidade de uma intervenção externa e na mobilização transnacional de pessoas associadas a organizações não-governamentais (ONGs), designadamente através do recurso a meios cibernéticos, efectiva a transformação dos conflitos.

O que refere Kriesberg (2007) parece ir ao encontro do desvio tectónico nas relações internacionais do século XXI preconizado por Haass (2008) face à bipolaridade do passado, o qual deriva da actual dispersão do poder por numerosos actores, nem todos Estados-Nação, que se constituem como inúmeros centros de poder e que o exercem de forma própria – uma nova ordem mundial, uma nova era que Haass (2008) designou como sendo a da não-polaridade. Nesta medida, e ainda segundo Haass (2008), na actualidade, os Estados-Nação perderam o seu monopólio de poder, inclusive nalguns sectores em que, tradicionalmente, eram dominantes, sendo agora desafiados por outros intervenientes, entretanto emergidos em resultado da própria globalização, *i.e.*, da evolução dos fluxos e das redes de actividade, de interacção e de

poder inter-regionais e transcontinentais gerados a partir das transformações da organização espacial de transacções e de relações sociais operadas ao longo dos anos.

### **II.1.2. Metodologia**

A metodologia em apreço, reflectida no modelo TRANSCEND, proposto por Galtung (2007), visa alcançar a paz mediante a transformação do conflito pela via pacífica, através da integração de três vectores: o conflito, a violência e a paz.

Segundo Galtung (2007), a novidade deste modelo reside em cinco pontos essenciais: o foco na paz e na relação entre os contendores e não na segurança, que, implicitamente, atribui a um deles o estatuto de ameaça a eliminar; a dependência da paz da transformação pacífica da relação conflituosa entre os contendores; o imperativo da transcendência na criação de uma nova realidade que exista para além dos objectivos de cada um dos contendores; o desenvolvimento prévio de um diálogo longo e profundo com cada uma das partes, num espírito de busca conjunta dessa nova realidade, ao que só depois se segue a abordagem clássica da mediação de conflitos, na qual os contendores se reúnem com um facilitador, com o propósito de negociar e alcançar um patamar de consenso; e o carácter holístico e dinâmico deste modelo que relaciona conflito e paz.

Equiparando este modelo a uma abordagem médica em que paz e violência são analogamente comparadas a saúde e doença, respectivamente, Galtung (2007) preconiza a necessidade de proceder: a um diagnóstico que consistirá na análise do tipo de doença e das causas que lhe subjazem, assente no conhecimento do passado; a um prognóstico, no qual se deverá explorar o desenvolvimento natural da doença em função das causas que estão na sua origem, para o que será fundamental uma visão do futuro, uma exigência que também assiste ao terceiro ponto deste processo – o delinear de uma terapia, que, desejavelmente, enumerará as intervenções necessárias e suficientes à prevenção da ocorrência de consequências inaceitáveis como a morte de qualquer dos pacientes. Neste modelo, Galtung defende que o papel dos académicos e investigadores no domínio dos estudos para a paz deve corresponder ao

de construtores de novas formas de terapia a partir da análise de informação recolhida e não apenas ao de meros coleccionadores de dados.

### **II.1.3. Virtudes e Vicissitudes**

Transdisciplinar, a abordagem dos estudos para a paz encerra virtudes e vicissitudes e surge impregnada de uma essência holística na qual se conjugam, não só, parâmetros objectivos, mas também subjectivos. Com efeito, ao partir em busca das causas mais profundas dos conflitos e ao integrar inúmeras variáveis, de natureza diversa, na procura de um plano visando a sua resolução, esta abordagem holística e dinâmica contempla o imperativo da reestruturação social, interna ou internacionalmente (Pureza, 2000), surgindo quase como promessa de um mundo harmonioso, porquanto não proscree nenhuma das partes envolvidas, já que considera a multiplicidade de dimensões que as compõem. Galtung devolve, assim, a humanidade aos contendores, integrando as dimensões física, mental, comportamental, emocional e espiritual na discussão da resolução dos conflitos, apaziguadoras de polarizações resultantes de sentimentos de frustração e de vingança e que, muito frequentemente, redundam no agravamento do conflito ou na geração de outros (Galtung, 2007).

Por outro lado, a afirmação de Webel (2007) que refere a paz como uma condição de fundo para a percepção de tudo o resto, como se de um fenómeno físico que afecta todos os seres conscientes e sensíveis se tratasse e cuja intangibilidade torna a sua presença ou ausência melhor aferida ao ser considerada num contínuo ou espectro, traduz, de forma muito clara, um dos pontos que se destaca, a um só tempo, como a maior virtude e a maior vicissitude dos estudos para a paz – a subjectividade. Este ponto, aliado à amplitude de variáveis que o conceito abarca, como Galtung viria, em 1996, a definir como correspondendo à fórmula “Paz = paz directa + paz estrutural + paz cultural” (Pureza, 2000), tem-se constituído como factor que lhe tem permitido granjear tantos elogios como críticas, as últimas sobretudo por parte de propostas teóricas para a resolução de conflitos cuja abordagem assenta em aspectos mais objectivos.

Ainda neste sentido, e apesar de a intenção de Galtung ao definir paz positiva ter sido a de encontrar uma definição de paz mais clara e plena, o estabelecimento do potencial humano como seu fulcro conceptual e directriz para uma organização da sociedade poderá desvirtuá-la, chegando mesmo a ser apontada como possível raiz de conflitos e de violência (Bousquet, 2010). De facto, encontramos nas palavras de Alger (2007) um argumento também passível de suportar aquela tese, uma vez que, segundo este autor, o conceito de paz se torna variável ao depender do que se considera ser um impedimento à realização desse potencial humano, o que, por sua vez, depende de factores subjectivos na sua origem, porquanto associados a contextos sócio-culturais, na interdependência de uma miríade de outras variáveis, também elas subjectivas e idiossincráticas, histórica, societal e individualmente.

Importa, contudo, ressaltar que a auto-crítica dos estudos para a paz alerta para o benefício do eventual uso de alguma violência como estímulo do reforço de mecanismos de prevenção da própria violência e da reparação dos danos, à semelhança da acção que antigénios inoculados no organismo através de vacinas têm na prevenção das doenças que nele provocam. A este propósito, poder-se-ia retomar uma ideia de Ghandi, citado por Webel (2007), na qual defende que, sob determinadas circunstâncias, é preferível agir violentamente em nome de uma causa justa do que não agir de todo, usando a capa da não-violência para encobrir a impotência, já que a esperança de se tornar não-violento existe para um homem violento, mas não para um homem impotente.

## **II.2. DA NORUEGA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

A Noruega surge como exemplo acabado da afirmação de Ghandi relativa à esperança de um actor violento se tornar não-violento aplicado à escala internacional, na medida em que, como indica Webel (2007), à semelhança de outros países escandinavos, anteriormente tendentes à guerra e ao conflito, a Noruega acabou por se tornar um país fomentador da paz quando viu colmatadas as suas necessidades de recursos e de segurança - real e percebida - e os seus exércitos permanentes dramaticamente reduzidos ou retirados.

A ausência de recursos associados ao exercício de *hard power*, como o são os recursos militares significativos, são indicados por Behringer, citado por Foster (2011, p. 24), como um dos motivos que levam a que Estados de reduzida dimensão se envolvam em relações internacionais que exigem o desenvolvimento de esforços em equipa. Esta ideia vai, de resto, ao encontro das palavras de Haass (2008) que apontam o multilateralismo como factor-chave num mundo não-polar e o sucesso do multilateralismo como dependente do seu relançamento através da inclusão de outros actores que não apenas as grandes potências, já que, nesta nova ordem, poder e influência se encontram cada vez menos ligados.

Ora, tal como anteriormente referido, o fim da era bipolar veio abrir caminho a uma nova configuração do sistema internacional, que, de acordo com Zartman *et al.*, citado por Foster (2011, p. 24), se traduziu na remoção de uma motivação geo-estratégica substancial para o interesse das grandes potências na promoção da paz. Segundo o mesmo autor (Foster, 2011), este novo enquadramento, articulado com as políticas internas e os valores noruegueses, que assumem as preocupações humanitárias como linha orientadora para a acção da sua diplomacia, criaram as condições necessárias a que a Noruega se tornasse, como afirma Cravo (2005), especialista em processos de transformação pacífica de conflitos, sobretudo desde o início da década de 90. Tal, aliado à percepção de neutralidade pela maior parte dos actores internacionais, permitiram à Noruega ganhar credibilidade como facilitador nos processos em apreço, o que veio acentuar, em crescendo, a sua proeminência enquanto promotor da paz no plano internacional. Tanto assim é que a Noruega tornou esta especialidade numa das prioridades da sua política externa (Cravo, 2005), tendo apostado na prática de uma “diplomacia de nicho” (Behringer, citado por Foster, 2011, p. 24), factor que reforça o *soft power* deste país, anfitrião do prémio Nobel da Paz, ao constituir-se como uma via para a projecção da sua imagem enquanto exemplo e, logo, da sua influência a nível internacional.

## **II. 2. 1. A Abordagem Norueguesa**

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês (Hanssen-Bauer, 2005), a abordagem norueguesa para a resolução de conflitos assenta em seis pilares

fundamentais: o alargado consenso político na Noruega no que concerne à política de promoção da paz e da reconciliação, conferindo consistência ao processo de facilitação e transmitindo aos contendores um perfil de facilitador paciente<sup>44</sup>; o amplo apoio político interno à alocação de recursos destinados a processos desta natureza; estabelecimento de mecanismos de cooperação com ONGs norueguesas e internacionais, repositório vivo de informação crucial quanto a inúmeros aspectos da vida em países afectados por conflitos em todo o mundo, adquirida ao longo dos anos, através das actividades que estabelecem *in loco*; a interacção estabelecida entre a assistência diplomática e a humanitária, bem como entre o governo e actores não-estatais; a percepção da imparcialidade da Noruega, decorrente da ausência de um passado colonial e da percepção da ausência de agendas económicas ou políticas ocultas, bem como de uma longa tradição enquanto facilitadores da paz, numa lógica de simples apoio, capazes de devolver aos contendores a responsabilidade pela paz a alcançar; e as relações próximas que a Noruega estabelece com todos os que também possam assumir o papel de mediador, ao mesmo tempo que detêm força e influência quer global, quer regionalmente. No documento *Pawns of Peace – Evaluation of Norwegian Peace Efforts in Sri Lanka, 1997-2009* (2011), onde se procede à avaliação dos esforços da Noruega para a paz no Sri Lanka, ade-se, ainda, aos factores mencionados, o secretismo, a flexibilidade e a informalidade pelas quais pugnam a atitude e a acção norueguesas.

O exposto remete-nos para a conclusão de que a abordagem do Estado norueguês se encontra em linha com o modelo TRANSCEND, postulado por Galtung (2007), exibindo pontos de contacto com alguns dos principais pontos que este advoga como essenciais na transformação pacífica dos conflitos, decorrente da implementação de uma abordagem para a paz, em detrimento da de uma abordagem securitária. A título ilustrativo poder-se-ia aludir ao empenho da Noruega em estabelecer relações próximas com ONGs com um profundo conhecimento do terreno,

---

<sup>44</sup> Este consenso político alargado traduz-se, por exemplo, no facto de quatro ministros, de quatro partidos políticos diferentes, terem assumido a pasta dos Negócios Estrangeiros terem assumido durante os 12 anos do envolvimento da Noruega no processo de paz no Sri Lanka sem que tal tivesse alterado a política norueguesa neste aspecto particular.



tendo em vista compreender as sociedades locais e criar empatias. Este mesmo ponto releva, conforme Foster (2011) refere, para construir confiança pessoal, fulcral na abordagem norueguesa, que se desenrola envolvendo no processo diferentes níveis da hierarquia e da rede político-social e indivíduos cujas relações pessoais possam constituir mais-valias para o avanço da resolução do conflito. Ainda nesta senda, a devolução, aos contendores, da responsabilidade pela criação da paz e os sinais que a Noruega manifesta de permanecer envolvida no processo de paz, independentemente da duração que este possa vir a assumir, representam uma demonstração tácita do respeito pela dimensão emocional dos contendores, encaixando-se numa lógica de conciliação, mais do que de mediação, em linha com o entendimento de Galtung (2007).

#### **II.2.2. No Papel de Terceira Parte**

O prestígio que a Noruega tem vindo a granjear no seio da comunidade internacional no domínio da resolução de conflitos advém do sucesso dos esforços que desenvolveu no âmbito de conflitos vários, de entre os quais se poderiam salientar o conflito israelo-palestiniano ou os conflitos na Guatemala, no Mali ou no Sudão.

A acção da Noruega na transformação pacífica de conflitos pauta-se, porém, não só pela sua intervenção enquanto facilitador, mas também enquanto fornecedor de recursos financeiros e económicos dirigidos aos países afectados, vertente indissociável da sua cultura de paz e integrante da projecção da sua imagem para o exterior. Como diz Cravo (2005), à data, a Noruega doava cerca de 1% do seu produto interno bruto em ajuda externa destinada, nomeadamente, ao desenvolvimento de programas de apoio à construção da paz, sendo que, de acordo com declarações do ministro conselheiro Espen Gullikstad, proferidas a 29 de Novembro de 2012, em sede de reunião do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas, o contributo da Noruega ascendeu, em 2012, só para este fundo, ao montante de 5 milhões de dólares.

O envolvimento norueguês pauta-se, ainda, pelo seu papel enquanto doador de recursos destinados quer ao desenvolvimento de projectos de ajuda humanitária visando o suprimento de necessidades básicas imediatas das populações nas áreas

mais atingidas, quer ao de projectos que têm por objectivo o apoio legal e o aconselhamento a refugiados ou retornados ou o desenvolvimento económico-social sustentado desses países, de um modo geral. Esta é, de resto, uma vertente que se tem vindo a afirmar como parte cada vez mais indissociável da cultura de paz norueguesa, que reúne, de uma maneira geral, um alargado consenso político. A acção deste país neste campo rege-se pelo designado Modelo Norueguês, que assenta, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês (Hanssen-Bauer, 2005), em seis pilares fundamentais: o já referido alargado consenso político na Noruega no que concerne à política de promoção da paz e da reconciliação, conferindo consistência ao processo de facilitação e transmitindo aos contendores um perfil de facilitador paciente<sup>45</sup>; o amplo apoio político interno à alocação de recursos destinados a processos desta natureza; o estabelecimento de mecanismos de cooperação com organizações não-governamentais (ONGs) norueguesas e internacionais, repositório vivo de informação crucial quanto a inúmeros aspectos da vida em países afectados por conflitos em todo o mundo, adquirida ao longo dos anos, através das actividades que estabelecem *in loco*; a interacção estabelecida entre a assistência diplomática e a humanitária, bem como entre o governo e actores não-estatais; a percepção da imparcialidade da Noruega, decorrente da ausência de um passado colonial e da percepção da ausência de agendas económicas ou políticas ocultas, bem como de uma longa tradição enquanto facilitadores da paz, numa lógica de simples apoio, capazes de devolver aos contendores a responsabilidade pela paz a alcançar; e as relações próximas que a Noruega estabelece com todos os que também possam assumir o papel de mediador, ao mesmo tempo que detêm força e influência quer global, quer regionalmente. Sublinhe-se que, no documento *Pawns of Peace – Evaluation of Norwegian Peace Efforts in Sri Lanka, 1997-2009* (2011), onde se procede à avaliação dos esforços da Noruega para a paz no Sri Lanka, ade-se, ainda, aos factores mencionados, o secretismo, a flexibilidade e a informalidade pelas quais pugnam a atitude e a acção norueguesas.

---

<sup>45</sup> Este consenso político alargado traduz-se, por exemplo, no facto de a rotação de quatro ministros, de quatro partidos políticos diferentes, que tomaram a pasta dos Negócios Estrangeiros durante os 12 anos do envolvimento da Noruega no processo de paz no Sri Lanka, não ter alterado a política norueguesa neste aspecto particular (Hanssen-Bauer, 2005).

O exposto remete-nos para a conclusão de que a abordagem do Estado norueguês se encontra em linha com o modelo TRANSCEND, postulado por Galtung (2007), exibindo pontos de contacto com alguns dos principais pontos que este advoga como essenciais na transformação pacífica dos conflitos, decorrente da implementação de uma abordagem para a paz, em detrimento da de uma abordagem securitária.

A vontade de compreender as sociedades locais e de criar empatias releva, conforme Foster (2011) refere, para construir confiança pessoal, fulcral na abordagem norueguesa, que se desenrola envolvendo no processo diferentes níveis da hierarquia e da rede político-social e indivíduos cujas relações pessoais possam constituir mais-valias para o avanço da resolução do conflito. Presente aqui, mais uma vez, o aspecto da reduzida distância ao poder que caracteriza o povo norueguês e o individualismo, bem como, e muito fortemente, a feminilidade.

Ainda nesta senda, a devolução, aos contendores, da responsabilidade pela criação da paz e os sinais que a Noruega manifesta de permanecer envolvida no processo de paz, independentemente da duração que este possa vir a assumir, representam uma demonstração tácita do respeito pela dimensão emocional dos contendores, encaixando-se numa lógica de facilitação e de conciliação, mais do que de mediação, em linha com o entendimento de Galtung (2007). Tudo isto nos remete, mais uma vez, para o que parece ser coerente com essa força profunda que modela o comportamento de um povo e que é o seu carácter nacional e acentua o seu *soft power*, numa relação simbiótica entre a Noruega e os países em conflito. De facto, para além de aumentar o seu conhecimento sobre a realidade nos mais diversos palcos geográficos, potenciando o seu manancial de informação, vital à formulação das suas políticas e à definição de uma estratégia nacional sólida e consistente nos vários domínios – desde a política externa a políticas públicas no plano interno –, os receptores de ajuda, para além do benefício material óbvio, atribuirão à Noruega o seu reconhecimento pela sua boa vontade, o que, num futuro cujas contingências não são conhecidas, poderá ser de extrema importância, porquanto constitui como que um vínculo moral tácito, o qual a Noruega poderá utilizar – calcula-se que da mesma forma

suave com que tem agido - no que diz respeito ao estabelecimento de eventuais alinhamentos políticos e estratégicos.

#### **II.2.2.1. Do Processo de Paz no Sri Lanka**

O conflito que opôs o LTTE – *Liberation Tigers of Tamil Eelam* ao governo do Sri Lanka e que grassou naquele país durante décadas conta-se entre os diversos processos de paz nos quais a Noruega interveio, também como mediador.

##### **II.2.2.1.1. O Conflito**

Este é um conflito de raízes étnico-políticas que encontra no ano de 1944 e na exigência, de Julius Richard Jawardene<sup>46</sup>, de atribuição do estatuto de língua oficial à língua cingalesa a tônica que viria a abalar a tensão entre as etnias cingalesa e tamil, relativamente reduzida até então, numa sociedade colonial em que a coexistência era relativamente pacífica e onde a minoria tamil era a mais bem integrada. Outros actos, como a instituição do budismo como a religião do Estado e a nacionalização das escolas tamil, em 1948, aquando da independência do então Ceilão do Reino Unido, vêm contribuir para a escalada de ressentimento junto da minoria tamil que, assim, vê os seus direitos desrespeitados pelos cingaleses, protegidos pela lei (Boniface, 2009). O atendimento da pretensão de Jaywardene, em 1956, através da aprovação do Acto Único Cingalês, espoleta os primeiros confrontos étnicos entre as etnias cingalesa e tamil.

Na sequência de anos de violência crescente e dos rumores das intenções da criação de um Estado tamil independente, acompanhada pela criação de grupos insurgentes no seio daquela minoria, apoiados por outros na diáspora, Velupillai Prabhakaran funda, em 1976, o LTTE, com o objectivo primário declarado de criar um Estado tamil, abrindo, em 1983, um conflito de carácter secessionista contra o governo cingalês.

---

<sup>46</sup> Associado, à data, ao Congresso Nacional Cingalês, tendo, entretanto, integrado o Conselho de Estado.



**Figura 8 - Mapa de relevo do Sri Lanka**  
(Fonte: University of Texas Libraries, 2015)

Centrado nas regiões nordestinas, onde se concentra a minoria tamil, o impacto deste conflito estende-se, porém, por toda a ilha (Figura 8) e os seus reflexos a toda a sociedade do Sri Lanka, através de uma campanha levada a cabo pelo LTTE, contemplando a perpetração de atentados suicidas, inclusivamente na capital, Colombo, bem como o bombardeamento de alvos económicos (*Pawns of Peace*, 2011), como expressão do desespero e da falta de esperança decorrentes de causas estruturais que faz reflectir na negação da vida o seu único uso e significado (Zartman, 2007). Webel refere, com pertinência, que, ainda que paz e conflito não sejam conceitos antagónicos, já a relação entre paz e terrorismo é impossível de estabelecer, pela incompatibilidade da essência de um com os meios do outro (Webel, 2007). A deserção de elementos do exército nas áreas rurais situadas no sul do país começa também a assumir contornos cada vez mais preocupantes, tornando-se um problema crescente (*Pawns of Peace*, 2011). Breves períodos de cessar-fogo e de negociações pontuam este conflito, apenas redundando em violência acrescida (*Pawns of Peace*, 2011): a tentativa de trazer a paz levada a cabo pela Índia, entre 1987 e 1990, é ilustrativa disto mesmo, já que o país acaba, ela próprio, por também se envolver no conflito. Falhará, posteriormente, a estratégia militar do Sri Lanka para debelar o LTTE,

implementada a partir de 1995, o qual, durante o ano 2000, capitalizando as potencialidades da globalização, se encontra bem organizado, motivado e financiado pela vasta diáspora tamil, conseguindo alcançar avanços significativos na península de Jaffna e acesso a uma vasta quantidade de armas e munições, capazes de combater o novo equipamento militar adquirido pelo governo cingalês com o objectivo de travar o seu avanço estratégico para Norte. É, de resto, neste contexto que, em 2003, surge a última iniciativa diplomática tendente à resolução do conflito, com o apoio da Noruega.

#### **II.2.2.1.2. O Envolvimento da Noruega**

O contributo da Noruega para a paz no Sri Lanka viria a estender-se por 12 anos, de 1997 até Maio de 2009, altura em que o exército cingalês clamou vitória sobre o LTTE. O papel norueguês não se cingiu, contudo, ao de facilitador, uma vez que este foi acumulado com o de monitor do cessar-fogo e com o de doador de ajuda externa (*Pawns of Peace*, 2011).

O relatório de avaliação dos esforços para a paz da Noruega no Sri Lanka (*Pawns of Peace*, 2011) refere, ainda, o envolvimento da Noruega na assinatura do acordo P-TOMS (*Post-Tsunami Operational Management Structure*), que estabelece um mecanismo articulado de ajuda pós-tsunami, no rescaldo da catástrofe natural que também atingiu o Sri Lanka, em 2004, e que, apesar de poder ter constituído o início de uma nova fase de conversações tendentes ao delinear de uma solução a longo prazo para o conflito, não veio a conhecer êxito, devido, sobretudo, a questões de política interna (Cravo, 2005).

Ainda que a insuficiente vontade política para continuar a trabalhar numa solução negociada pacificamente viesse a determinar a decisão de ambos os contendores pelo regresso à luta armada, em 2006, e que, por isso, também neste plano, o desfecho não pudesse ter sido alterado pela intervenção da Noruega, são de sublinhar os esforços envidados por este país, conjuntamente com os Estados Unidos da América, a ONU e a Cruz Vermelha Internacional, no sentido de mitigar, ainda que limitadamente, as consequências humanitárias do conflito, sobretudo nos últimos meses em que este se desenrolou. (*Pawns of Peace*, 2011).

### II.2.2.1.3. Balanços e Porquês

De acordo com o relatório *Pawns of Peace* (2011), não é consensual a análise do desempenho deste país, a partir da própria perspectiva norueguesa, existindo algum debate em torno do que poderia ter constituído a melhor opção para a Noruega: se uma retirada [*não concretizada*] em 2006 ou se a dispensa formal [*efectuada*] por parte do governo do Sri Lanka, em Abril de 2009. De acordo com a opinião deste autor, há quem advogue que a retirada da Noruega enquanto mediador e monitor do cessar-fogo em momento anterior a Abril de 2009 poderia ter surgido como uma consequência natural caso a Noruega tivesse adoptado linhas de acção diferentes e, assim, mitigado alguns problemas, nomeadamente através: da antecipação de muitas das dinâmicas espoletadas pelo processo de paz, se tivesse procurado um entendimento mais sólido do contexto doméstico, sobretudo quanto aos putativos efeitos simbólicos e materiais de uma intervenção externa; e do estabelecimento de parâmetros mais determinados e de condições mínimas ao envolvimento norueguês desde o início da sua intervenção como forma de blindar a Noruega contra a instrumentalização, apontada por alguns como uma vulnerabilidade do modelo norueguês baseado na atribuição da propriedade da paz aos contendores. A ausência de um roteiro estratégico ou de uma rede de actores internacionais robusta, a turbulência do ambiente de operação dos actores e o acesso a informação incompleta figuram entre os factores que terão colocado a Noruega em posição de incapacidade em contrariar ou transformar aquelas dinâmicas, condenando o processo de paz ao fracasso no que diz respeito ao objectivo último de pôr termo à guerra civil (*Pawns of Peace*, 2011).

De igual modo, o relatório em apreço refere que, ao invés de ter transformado o conflito, o processo de paz conduzido pela Noruega reproduziu obstáculos estruturais que lhe estão subjacentes, tendo falhado em induzir alterações fundamentais à disposição do Estado e das formações anti-estatais no Sri Lanka, causando, até certa medida, um extremar de posições que viria a redundar numa escalada de violência e de hostilidades abertas que culminaria na derrota do LTTE.

Entre os múltiplos factores que terão contribuído para este curso de eventos, os autores do relatório de avaliação em referência realçam, entre outros: a ausência

de desvios significativos, por parte de cada um dos contendores, na definição do que seria uma solução política para o conflito aquando do processo de paz, antes permanecendo comprometidos com a posição que defendiam perante a sua causa, o que constituía um capital de diferenças irreconciliáveis; a influência das características estruturais do Estado e da política interna do Sri Lanka como factores constrangedores dos esforços de paz, designadamente rivalidades dinásticas e inter-partidárias, políticas de patrocínio e mobilização nacionalista, que resistiram à reforma do Estado e à interferência externa; as alterações no posicionamento internacional do governo do Sri Lanka mediante o desenvolvimento de esforços levados a cabo pelo governo da *United National Front* (UNF), no sentido de internacionalizar o processo de paz, e que acabaram por redundar na construção da sua própria versão de uma rede de protecção internacional através de garantias de segurança, apoio financeiro e cobertura diplomática de potências asiáticas, bem como de reformas económicas politicamente sensíveis, o que viria a contribuir para a emergência de uma administração orientada para o nacionalismo, comprometida como uma posição de linha dura relativamente ao LTTE e mais céptica quanto ao envolvimento ocidental. Tal viria a permitir ao governo liderado por Percy Mahendra "Mahinda" Rajapaksa a prossecução de uma solução militar final de sucesso para o conflito (*Pawns of Peace*, 2011).

Por outro lado, o mesmo relatório sugere que o facto de a Noruega ter sido convidada por ambos os contendores para facilitar o processo de paz legítima que lhes seja atribuído, por inerência, a autoria do processo e, bem assim, dos seus sucessos, reflectidos, por exemplo, no estabelecimento do acordo de cessar-fogo e no elevado número de vidas salvas durante os seis anos durante os quais esteve em vigor; a reunião, em Oslo, na qual ambas as partes se comprometeram em explorar uma solução federal e a assinatura do acordo P-TOMS. Segundo aquele documento, aos contendores caberia também, assim, a autoria dos fracassos, expressos, nomeadamente, na designação do LTTE como organização terrorista por um número crescente de países, na decorrência da implementação de políticas associadas à luta contra o terrorismo, mais do que às preocupações com as especificidades do caso do Sri Lanka, o que terá minado a potencial transformação do LTTE e aumentado o



isolamento da Noruega como o único Estado com acesso à organização. Em última instância, desaires como estes viriam a contribuir para o fracasso do processo de paz em alcançar o objectivo último – o do termo da guerra civil.

### **II.3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E DE REFUGIADOS NA NORUEGA**

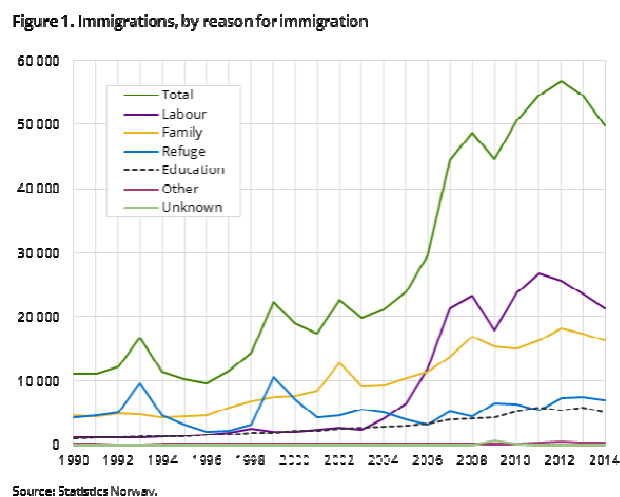
Como já mencionado, com um índice de desenvolvimento humano que supera o dos demais países, a Noruega tem sido percebida como um dos melhores destinos de imigração por um número crescente de indivíduos, seduzidos pelo nível de rendimento *per capita*, pelos níveis de educação ou pela esperança de vida à nascença, que se encontram entre os factores que sustentam esta preferência (Beckmann-Dierkes *et al*, 2011). A acrescer a estes factores sociais positivos poderíamos, ainda, mencionar a segunda posição que a Noruega ocupa num estudo realizado pelo Fórum Económico Mundial, em 2010, centrado na questão da igualdade de género (Beckmann-Dierkes *et al*, 2011) ou mesmo apontar a segurança como um factor adicional, no caso das motivações de, por exemplo, requerentes de asilo e refugiados.

Pretende-se, aqui, averiguar, por um lado, da existência de uma eventual relação de modelação daquelas políticas por conflitos no exterior - designadamente por via da implementação da política externa norueguesa da projecção da cultura para a paz -, e da forma pela qual os reflexos de tal relação poderiam ser traduzidos no plano interno, em particular no que se refere ao acolhimento de refugiados. Por outro, averiguar dos possíveis impactes produzidos pelas políticas de imigração na segurança interna e na política externa norueguesas, a partir do palco de debate no qual têm vindo a participar actores oriundos de vários quadrantes da sociedade.

#### **II.3.1. Princípios Orientadores das Políticas de Imigração e de Refugiados na Noruega**

Segundo os dados estatísticos da Statistisk Sentralbyrå, citadas pelo governo norueguês (2015, Figura 9), a imigração destinada à Noruega nas últimas décadas prende-se principalmente com fluxos migratórios associados a questões inscritas no domínio do trabalho, da família, da fuga a conflitos ou de ordem educacional. De

acordo com aqueles dados, entre 1990 e 2006, mais de 284 mil nacionais não-nórdicos imigraram para aquele país, sendo que os refugiados contam com uma percentagem de 29%.



**Figura 9 – Causas de imigração para a Noruega de 1990 a 2014**  
(Fonte: Statistisk Sentralbyrå, 2015)

### II.3.1.1. Breve Caracterização da Imigração Recente para a Noruega

A mesma fonte refere que a actual população imigrante na Noruega corresponde a cerca de 8,9% da população total e é composta por cerca de 415 mil pessoas, sendo os três grupos mais significativos oriundos do Paquistão, da Suécia e do Iraque. Acresce que, em 2006, 75% dos imigrantes era proveniente de países não-ocidentais, um número que equivale a 6,6% do total da população, parâmetro que, em 1986, assumia o valor de 1,1%.

Apesar de o acolhimento de refugiados ser um aspecto importante da política norueguesa, a articulação entre as políticas de imigração e de refugiados e a convergência da Noruega com a UE neste âmbito deixam transparecer o seu enquadramento na consecução de uma estratégia nacional, que se encontra, ainda, determinantemente vinculada, à promoção do país como promotor da cultura da paz no mundo.

A actual Lei de Imigração da Noruega entrou em vigor em Janeiro de 2010<sup>47</sup> e consiste num dos principais instrumentos legislativos da política de imigração norueguesa, a qual, segundo o *White Paper on Norwegian Refugee and Migration Policy in an European Perspective* (Governo norueguês, 2015a), divulgado pelo governo em 2010, é decidida pelas entidades políticas da Noruega, tendo por base considerações nacionais, sendo que os objectivos dos esforços do governo nos campos da imigração e dos refugiados são, em primeira e última análise, assegurar uma imigração controlada que beneficie a sociedade e uma política humana de asilo e de refugiados baseada nos princípios da solidariedade e da devida protecção processual. A preferência da qualidade sobre a quantidade vai ao encontro do exposto no *White Paper on Labour Immigration* (Governo norueguês, 2015b), apresentado pelo governo de Jens Stoltenberg<sup>48</sup> ao Parlamento em Abril de 2008, no qual, tendo por base o desenvolvimento demográfico, se declara a intenção de que a imigração na Noruega deverá visar a colmatação de futuras exigências de trabalho<sup>49</sup>.

No que se refere aos refugiados e requerentes de asilo em concreto, uma das diferenças mais significativas do actual instrumento legislativo face ao anterior reside na extensão do estatuto de refugiado a todos os requerentes de asilo a quem já foi garantida protecção, bem como a outras pessoas a quem foram atribuídas autorizações de residência por motivos humanitários. Assim, de acordo com a lei em apreço, as pessoas que já usufruem desse estatuto ao abrigo da Convenção de Genebra, bem como as protegidas do repatriamento ao abrigo de outras convenções, obterão o mesmo estatuto e usufruirão dos mesmos direitos (Norwegian Directorate of Immigration, 2013).

Para além da referência explícita às obrigações internacionais da Noruega no âmbito de instrumentos aos quais se encontra vinculada, a nova lei comporta, ainda,

---

<sup>47</sup> Tendo a proposta de lei que se encontra na sua base sido adoptada pelo Parlamento a 15 de Abril de 2008.

<sup>48</sup> Já em pleno segundo mandato, tendo tomado posse a 17 de Outubro de 2005, Soltenberg lidera, desta feita, uma coligação maioritária composta pelo Partido Trabalhista, o Partido da Esquerda Socialista e Partido de Centro.

<sup>49</sup> No relatório em apreço, o governo aponta como central para o alcance deste objectivo a mobilização de capacidade doméstica não utilizada - onde já se encontra incluída a de imigrantes que já se encontram no país -, a par de continuada imigração oriunda da região da Área Económica Europeia (*European Economic Area* - EEA), considerando, num patamar secundário, a eventual necessidade de imigração de países externos à União Europeia (UE)/EEA. Refira-se que, para além da própria Noruega, a EEA inclui os Estados-Membros da União Europeia e ainda a Islândia e o Liechtenstein.

diversas alterações conceptuais, como a substituição da palavra *asilo* pela palavra *protecção*, termo empregue na lei internacional dos refugiados (*Norwegian Directorate of Immigration*, 2013). A consonância da política norueguesa de migração e de refugiados com a lei internacional é, segundo aquele documento governamental, um outro sinal da importância que a Noruega atribui à coordenação a nível global. Ali se refere que, hoje em dia, não existe uma distinção clara entre fuga e migração, tendo vindo a acentuar-se a tendência para que a Europa seja destino de muitos dos migrantes do mundo, colocando a esta região do globo desafios crescentes no domínio da migração e dos refugiados. Acrescem a estas preocupações da Noruega as que resultam de uma percentagem desproporcionalmente elevada de requerentes de asilo que se dirigem àquele país com o intento de requerer aquele estatuto. Pelo exposto, a Noruega vê na cooperação, harmonização e coordenação mais próximas a chave para a capacitação da Europa para uma resposta eficaz a estes desafios, abrindo a porta ao aprofundamento das relações norueguesas com a UE, também no que concerne aos assuntos internos, entre outros (Governo norueguês, 2015a).

É por isso que, não obstante não ser um Estado-Membro da UE, a Noruega tende a fazer convergir as suas políticas públicas de imigração e, sobretudo, as de requerentes de asilo com as políticas comunitárias, desde logo porque alterações à legislação comunitária comportarão ajustamentos em áreas às quais a Noruega se encontra vinculada, através, designadamente, de Acordos como o de Schengen<sup>50</sup> e de Dublin<sup>51</sup> (Governo norueguês, 2015a). Um outro exemplo deste alinhamento consubstancia-se directamente na ênfase que, durante o processo de preparação da Lei de Imigração da Noruega actualmente em vigor, foi dada às normas comunitárias definidas na política de asilo da UE (Governo norueguês, 2015a).

### **II.3.2. Refugiados: Casos Singulares nas Políticas de Imigração?**

---

<sup>50</sup> A Noruega é signatária do Acordo de Schengen, o qual permite a livre circulação de pessoas entre os países signatários do mesmo acordo, também designados países Schengen.

<sup>51</sup> A Noruega é signatária do Acordo de Dublin, o qual regula as solicitações de asilo no seio dos países signatários, a nível europeu.

No que se refere aos refugiados e requerentes de asilo em concreto, uma das diferenças mais significativas do instrumento legislativo em vigor reside na extensão do estatuto de refugiado a todos os requerentes de asilo a quem já foi garantida protecção, bem como a outras pessoas a quem foram atribuídas autorizações de residência por motivos humanitários. Assim, de acordo com a lei em apreço, as pessoas que já usufruem desse estatuto ao abrigo da Convenção de Genebra, bem como as protegidas do repatriamento ao abrigo de outras convenções, obterão o mesmo estatuto e usufruirão dos mesmos direitos (*Norwegian Directorate of Immigration*, 2013).

Como já anteriormente referido, e segundo os dados da *Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway* (referidos pelo governo norueguês, 2013), ascende a 29% a percentagem de população imigrante que, entre 1990 e 2006, obteve o estatuto de refugiada na Noruega. Segundo os dados disponibilizados pelo governo norueguês, residiam na Noruega, no início de 2007, cerca de 125 mil refugiados, o que corresponde a 2,7% do total da população, na sua maioria oriundos do Iraque, da Somália e do Afeganistão. Tal corresponde a cerca do dobro do número de pessoas que se encontravam nesta situação em 1997, provindo, maioritariamente, dos Balcãs, do Vietname e do Irão. Tal facto não deixa de ser curioso – e talvez revelador de uma eventual influência da compaixão no discurso e na acção políticas (d’Allones, 2008), senão mesmo como a afirmação enquanto um dos seus princípios orientadores – quando se atenta que contingentes militares noruegueses integraram as tropas da coligação que intervieram no Iraque, bem como a ISAF – *International Security Assistance Force*, missão da NATO no Afeganistão. É, ainda, interessante sublinhar que tal aspecto é capitalizado pela oposição parlamentar norueguesa quando confronta o governo quanto à incongruência que tais participações militares oferecem quando comparadas com os fundamentos e potenciais benefícios que assistem à política de difusão de uma cultura de paz e de resolução pacífica de conflitos (Skånland, 2010).

A tendência para o aumento do número de candidatos a refugiados mantém-se, segundo os dados divulgados pelo Eurostat (Juchno *et al*, 2011), relativamente ao primeiro trimestre de 2011 e em comparação com igual período de 2010, registando a Noruega uma tendência semelhante, com nacionais afegãos, eritreus e somalis

compondo os três grupos mais numerosos. Este aumento poderá ser considerado independente da quota específica de refugiados que recebe, anualmente, em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>52</sup> e em linha com os efeitos previstos da aplicação das provisões contidas na Lei de Imigração Norueguesa de 2010, bem como pelo aumento dos fluxos migratórios em consequência da existência de conflitos nas regiões geográficas de onde emanam.

A crescente pressão com que a Europa se debate devido à migração de refugiados oriundos de palcos de conflito como a Síria e o Iraque, bem como de outros países do Médio Oriente, de África ou o Afeganistão, sobretudo desde Setembro de 2015, também se repercutiu na Noruega, agravando profundamente as tendências inicialmente previstas. Note-se que a dimensão destes fluxos migratórios reflecte a escalada de violência registada nos palcos de conflito em que radicam, acentuada, no caso da Síria e do Iraque, desde que, em Junho de 2014, o grupo terrorista Estado Islâmico proclamou a instauração de um Califado. Em resultado desta circunstância, e segundo dados oficiais preliminares, a Noruega terá acolhido cerca de 33 mil refugiados em 2015, dos quais cerca de cinco mil terão entrado no país seguindo a “rota do Ártico”, ou seja, atravessando a fronteira com a Rússia, engajados num esquema de imigração ilegal que, desde Moscovo, os conduz até Murmansk e daí até Storskog, onde chegam de bicicleta.

A constatação de que muitas destas pessoas não reúnem os requisitos necessários à qualificação para apresentação de candidatura à obtenção do estatuto de refugiado<sup>53</sup> impeliu a Noruega à criação de novas medidas, algumas de implementação imediata ou a curto-prazo, que restringissem a concessão de asilo político, porquanto a moldura legal em vigor ainda não se adequa à circunstância actual no que diz respeito à imigração, e agilisassem o respectivo processo de deportação/repatriamento. A cobertura das despesas de repatriamento e a atribuição de apoio financeiro a todos quantos os que decidam abandonar voluntariamente o país ou a quem seja negado o estatuto de refugiado é, no entanto, prova da

---

<sup>52</sup> Em 2007, esta quota correspondeu a 1200 pessoas. No entanto, uma notícia divulgada pelo *The Nordic Page – Norway*, a 14JUL12, cita Geir Jorgen Bekkevold, do Partido Democrata Cristão (KrF) na defesa do aumento desta quota de refugiados, dada a relativa descida de pedidos de asilo apresentados à Noruega.

<sup>53</sup> Já que se trata, na sua esmagadora maioria, de migrantes económicos.

ambivalência do cuidado da Noruega, por si e pelos outros, e contributo para o reforço do seu *soft power*: por um lado, o cuidado por garantir um repatriamento seguro e digno, com ajuda financeira directa aos que procuram melhores condições de vida<sup>54</sup>, como já reconheceu a Organização Internacional para as Migrações (OIM); por outro, pela manutenção da qualidade de vida dos seus próprios cidadãos, ao impedir o assoberbamento do Estado e das infra-estruturas estatais com encargos que, a longo prazo, não poderia suportar. Por outro lado, outras medidas há, tomadas pelas autoridades responsáveis pela imigração, que terão levantado alguma polémica e suscitado o debate interno, tendo consistido, por exemplo, no desenvolvimento de [bem-sucedidas] campanhas publicitárias<sup>55</sup> visando desencorajar os fluxos migratórios em direcção à Noruega ou mesmo na polémica proposta de confisco de dinheiro e bens de refugiados cujo valor estimado superasse as 10 mil coroas norueguesas (aproximadamente 1060 euros) apresentada por um ramo local do partido no poder, para garantir o acesso a benefícios sociais do Estado, no lastro de medida idêntica primeiramente tomada pela Dinamarca. O governo referiu-se à medida como não fazendo parte da política norueguesa habitual, mas a verdade é que consta das normas que regulam a atribuição do estatuto de refugiado dimanadas das autoridades de imigração norueguesas. Na prática, estas medidas têm vindo a oferecer argumentos aos que defendem a limitação da entrada de refugiados, havendo, até, notícias que referem a existência de grupos conotados com movimentos neonazis e de extrema-direita que percorrem cidades em acções que visam molestar os que, ali chegados, ainda se encontram nessa condição, o que não concorre para fomentar nem a tolerância nem o sentimento de segurança, mimetismo do ocorrido na Finlândia.

De um modo geral, interessa notar os esforços do governo norueguês de exploração de sinergias entre as políticas de imigração laboral e as de refugiados, no que surge como uma estratégia a médio-longo prazo para o país, não colocando os refugiados como casos particularmente singulares da política de imigração, tornando

---

<sup>54</sup> A título exemplificativo, o repatriamento de um casal com dois filhos contempla o pagamento das viagens e uma ajuda financeira directa que poderá alcançar o valor de cerca de 80 mil coroas norueguesas (pouco menos de 8500 euros).

<sup>55</sup> Sobretudo nas redes sociais como o Facebook ou o Twitter, mas também em órgãos de comunicação social, designadamente a imprensa escrita, dos países de origem dos migrantes. O sucesso destas campanhas mede-se, por exemplo, pelo facto de apenas terem requerido asilo 1500 dos 13 mil migrantes chegados à Noruega em Setembro de 2015, vindos da Dinamarca.

evidente que a sua estratégia de *soft power* tem mais para além da projecção da imagem do país como modelo. A título ilustrativo, veja-se a articulação entre a necessidade de recrutamento de profissionais da Saúde para a Noruega e a prioridade dada pela Direcção de Imigração deste país a requerentes de asilo com formação nesta área (Governo norueguês, 2013). Sublinhe-se, porém, que o governo norueguês não considera que o estabelecimento desta prioridade colida com o seu objectivo de evitar o recrutamento activo de pessoas de países em desenvolvimento com formação na área da Saúde, pelas quais existe uma certa competição entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na medida em que tal medida se aplica a pessoas que já tinham sido banidas do seu país natal<sup>56</sup> (Governo norueguês, 2013).

Numa análise superficial dos dados recolhidos, poder-se-ia apontar para a ausência de uma correlação directa, imediata e consistente entre o envolvimento da Noruega, enquanto facilitador, na resolução de conflitos e a origem dos grupos maioritários de refugiados que acolheu, na medida em que a origem dos grupos mais significativos até 1997 - Balcãs, Vietname e Irão – e depois até 2006-2007 - Iraque, Somália e Afeganistão - não constam do rol de países directamente envolvidos nos conflitos mediados pela Noruega. Poder-se-ia afirmar que o empenho em acolher refugiados advém, principalmente, da promoção de um nicho que a Noruega ocupou e que tem vindo a desenvolver enquanto Estado de dimensão reduzida cuja ausência de recursos associados ao exercício de *hard power*, a impele para o envolvimento em tarefas, no sistema de relações internacionais, que exigem o desenvolvimento de esforços em equipa [Behringer, citado por Foster (2011, p. 24)]<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> A Noruega tem vindo a apelar à criação de orientações internacionais que garantam o resultado dos esforços que países como a Noruega têm vindo a desenvolver no sentido de promover e implementar políticas de recrutamento laboral responsáveis, que não desprovam de recursos qualificados na área os países do Sul em vias de desenvolvimento devido a migração para países mais ricos (Governo norueguês, 2013 a).

<sup>57</sup> O desvio tectónico que Haass (2008) preconiza nas relações internacionais do século XXI face à bipolaridade do passado deriva do facto de, no mundo actual, o poder se encontrar disperso por numerosos actores, nem todos Estados-Nação, que constituem numerosos centros de poder e que o exercem de forma própria – uma nova ordem mundial que este autor designou como sendo a da não-polaridade. A ideia de Behringer vai ao encontro das palavras de Haass (2008) que apontam o multilateralismo como factor-chave num mundo não-polar e o sucesso do multilateralismo como dependente do seu relançamento através da inclusão de outros actores, que não apenas as grandes potências, já que, na nova ordem, poder e influência se encontram cada vez menos ligados.



### II.3.3. Discurso Político, Opinião Pública e Segurança Interna

O ambiente de segurança do século XXI tenderá, de forma crescente, a reflectir a influência dos efeitos decorrentes da globalização, e que factores como a segurança não-física e a diversificação das ameaças interferem na forma como os Estados têm vindo a pensar a segurança, impelindo-os a operar no espaço em que se interpenetram globalização e identidade nacional, matérias de política externa com as de índole doméstica, num espaço onde se fundem com a segurança interna<sup>58</sup> (Cha, 2000). A alteração do próprio espaço na decorrência dos processos de globalização é, de resto, uma ideia também já defendida por Scholten. As políticas de imigração e dos refugiados na Noruega não são alheias a este ponto, visto a sua implementação ter vindo a traduzir-se na alteração do mosaico de culturas da população norueguesa, percepcionada por algumas franjas daquela sociedade como uma eventual ameaça à identidade nacional e ao *modus vivendi* norueguês.

Embora, segundo o exposto no *White Paper on Norwegian Refugee and Migration Policy in an European Perspective* (Governo norueguês, 2015a), estas políticas contemplem medidas assertivas de combate à permanência ilegal no país e ao abuso do regime do estatuto de refugiado, a sua implementação não parece ter sido suficiente para transmitir a determinados sectores da população que as políticas adoptadas não têm um impacte social negativo e que não levantam questões de segurança interna. Um exemplo concreto e extremo da preocupação de alguns desses sectores encontra-se materializado nos atentados de Oslo e da Ilha de Utøya, levados a cabo por Anders Behring Breivik, a 22 de Julho de 2011.

Ainda que não tenha feito referência directa à Lei de Imigração da Noruega de 2010, Breivik terá agido motivado pela percepção de que as políticas seguidas pelo governo norueguês ao longo dos últimos anos estariam a promover, entre outros

---

<sup>58</sup> Tomada como a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática, com base na definição patente na Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna.

efeitos, a islamização da sociedade norueguesa<sup>59</sup>, a paulatina alteração da sua face e da sua essência e a insegurança. Por outro lado, os actos de Breivik tornaram-se, *de per se*, irónicos, porquanto partem de um indivíduo norueguês que, na defesa contra uma ameaça percepcionada à segurança interna, inflige danos efectivos à segurança interna do seu país natal. De facto, ainda que a representação dominante do discurso norueguês para a paz tenha sofrido alguns revezes no passado recente (Skånland, 2010), as manifestações públicas pacíficas de repúdio pelos atentados em apreço e pelas razões que lhes estiveram subjacentes puderam ser percepcionadas como demonstração da assimilação, pela própria sociedade norueguesa, do discurso promotor de cultura da paz do governo norueguês, denotando já um certo enraizamento deste aspecto na identidade nacional norueguesa. Este enraizamento poderá, pois, funcionar como uma crença comum a uma parte muito substancial de actores que compõem uma *advocacy coalition framework*, tal como proposto por Sabatier; um elemento unificador da população, de certa forma substituto, neste momento, do papel que o paganismo, em tempos idos, terá representado para os povos nórdicos.

Ainda que estas questões já se encontrassem, de certa forma, latentes na agenda política norueguesa<sup>60</sup>, tais atentados vieram recentrar a atenção na necessidade de debate dos potenciais efeitos das políticas de imigração e de refugiados prosseguidas pelo governo no passado recente. Não estavam, assim, criadas as três condições para que, como Hall defende, aqueles problemas entrassem na agenda, ao contrário do que Breivik pretendia. Este aspecto poderia, ainda, ser enquadrado, de forma adaptada, porém, ao espaço norueguês, na ideia, defendida por Scholten, de modificação cognitiva que decorre da alteração do espaço social em consequência dos processos de globalização, por via das características proporcionadas pelos meios de comunicação social actuais à difusão e assimilação das ideias. No entanto, a legitimação e naturalização da representação dominante do

---

<sup>59</sup> Ainda que, em 2009, apenas um em cada três imigrantes provinha de países predominantemente islâmicos segundo os dados estatísticos da *Norwegian Christian Intercultural Association* e da *Statistics Norway*, citados por Beckmann-Dierkes *et al*, 2011.

<sup>60</sup> O relatório da *European Migration Network* (2011) refere que, em resposta, por exemplo, ao aumento acentuado do número de pedidos de asilo em 2008 e 2009 na Noruega, terá sido implementada uma política activa de repatriamento, combinada com acordos de readmissão com países terceiros, que terá contribuído para a redução do número de pedidos em 2010 e 2011.

discurso de defesa da política externa do governo (Skånland, 2010), bem como, indirectamente, a continuação da política de imigração e de refugiados da Noruega, será, assim, suportada pela força da crença comum àquela coligação, que se une, mais uma vez perante a ocorrência de tais atentados, que surge para afirmar a cultura para a paz e para a liberdade como integrante do modo de vida e de ser norueguês, tal como o governo de Jens Stoltenberg afirmou e que mobilizou inúmeros actores, incluindo a sociedade civil no seu geral, para manifestações de apoio a essa crença. Estas demonstrações poderiam, ainda, ser tidas como o mote que serviu de pretexto à *active action* defendida por Lieberman, ao constituir-se como mais uma oportunidade para que este discurso se afirmasse perante a outra coligação que o questiona, pelas fricções geradas por questões como a integração e as políticas redistributivas e de apoio social prestado aos refugiados. Com efeito, o debate interno prossegue, galvanizado por estes pontos, tal como refere Hagelund (2005), bem como pelo combate ao racismo e à discriminação nestes domínios, para já ainda sem consequências de gravidade maior para a coesão nacional, envolvendo actores políticos, a sociedade civil, organizações não-governamentais como o *Norwegian Refugee Council*, os órgãos de comunicação social e a academia, entre outros. O trabalho, a educação e linguagem e a igualdade e participação são, ainda, alguns dos pontos que parecem agitar as opiniões<sup>61</sup> e vozes há (Hagelund, 2005) que abordam a questão da burocracia e da vantagem do controlo do “simpatiquismo” na rotina burocrática da aplicação da lei.

Não obstante alguma oposição interna, a Noruega continuou a afirmar o seu compromisso de respeito pela igualdade cultural e a pugnar pelo apelo à natureza humana das pessoas, força ainda mais profunda porque inerente à própria vida. Talvez seja esta a verdadeira vocação – a do apelo ao que é humano, pois vital, e assim ganha respeito entre os seus pares e o seu compromisso com a causa que defende, num

---

<sup>61</sup> As políticas de integração têm sido uma preocupação do governo norueguês, que, em Outubro de 2006, apresentou um plano de acção para a integração e inclusão da população imigrante. Este plano inclui medidas de auxílio à procura de trabalho, assumindo as autoridades locais um papel chave no estabelecimento e integração dos imigrantes recém-chegados. Uma das iniciativas contempladas no plano em apreço refere-se à canalização de 42,6 milhões de coroas norueguesas (aproximadamente 4,5 milhões de euros) para o ensino da língua norueguesa aos requerentes de asilo que aguardam o processamento do seu pedido. É suposto que os requerentes de asilo que permanecem em instalações de recepção comuns devam receber até 250 horas de ensino de Norueguês (Governo norueguês, 2013).

exercício de *soft power* genuíno. Refira-se, a este propósito, o lançamento do *No Hate Speech Movement*, um movimento dirigido a jovens lançado a 22 de Março de 2013, que se estendeu até 2014, fruto da mobilização da Noruega contra o discurso do ódio *online*, tendo em vista tomar medidas contra o discurso do ódio *online* em todas as suas formas, salvaguardando o respeito pela liberdade de expressão. O *No Hate Speech Movement* é baseado na educação em Direitos Humanos, na participação dos jovens e na literacia mediática. Este movimento resulta de uma parceria estratégica que envolve o Conselho da Europa, sendo financiado pelos Fundos da Noruega e pelos Fundos da EEA – *European Economic Area* e reveste-se de interesse ao ilustrar a importância que a Noruega, um país não-comunitário, atribui às relações com os países comunitários, numa aproximação suave e diplomática pela convergência de políticas e de conceitos da Noruega e da UE, acrescentando-se que essa participação é reforçada pelo contributo significativo para o seu orçamento através de Fundos como o da EEA. De resto, as declarações da Primeira-Ministra Erna Solberg no âmbito das acções a desenvolver, a 27 de Agosto de 2015, sublinham a responsabilidade da Europa na protecção aos refugiados e a vontade da Noruega em fazer a sua parte, ainda que não seja um Estado membro da União Europeia.

Não fora a recente crise de refugiados que assolou a Europa e estes argumentos não teriam sido suficientes para proceder à alteração da implementação das políticas de imigração e de refugiados em vigor desde 2010. Assim se justifica que, em menos de meio ano, de finais de Agosto de 2015 ao início de Janeiro de 2016, a Noruega tenha alterado a sua abordagem de acolhimento a todos os refugiados que, oriundos da Grécia, se dirigiam para o país nórdico, onde pretendiam fixar-se, para uma outra, caracterizada pela intenção de fazer retornar a países da União Europeia cerca de quatro mil a cinco mil destes cidadãos, reconhecida a incapacidade de garantir a todos – e, antes de mais, aos seus próprios nacionais - as melhores condições, caso assim não seja, devido à ruptura das instituições. Mesmo assim, os cidadãos sírios continuam a ser positivamente discriminados, já que a taxa de retornos a outros países europeus é inferior à de nacionais de outros Estados, como outro componente da ajuda que a Noruega tem vindo a fornecer àquele país, já que, em

2014, o país tinha doado 460 milhões de coroas norueguesas (cerca de 49 milhões de euros) destinados a ajuda humanitária à população síria.

O conflito que grassa na Síria parece longe de ver o seu fim. A intervenção militar de forças internacionais no território, mormente dos Estados Unidos e da Rússia, apoiados por outros actores como a França, tem conduzido a alguns recuos recentes do grupo terrorista Estado Islâmico, permitindo às forças ainda leais a Bashar Al-Assad avançar em direcção a zonas que se encontram sob o domínio da organização terrorista em apreço. No entanto, a presença de uma miríade de outros grupos armados, com lealdades diversas, concorre para intensificar a complexidade da teia de actores em jogo no terreno, tornando de extrema exigência as conversações de paz que decorreram primeiro em Genebra e, desde Novembro de 2015, em Viena, e em que se sentam à mesma mesa representantes do governo do Presidente Assad e de alguns grupos da oposição – os que aceitaram o convite de nelas participar.

Tendo em conta que a promoção da resolução de conflitos pela via pacífica é um dos principais pilares da política externa norueguesa e considerando que a União Europeia não tem desempenhado um papel activo no capítulo da resolução do conflito sírio, poder-se-ia reflectir sobre os motivos pelos quais a Noruega não aceitaria capitalizar o facto de ser um país europeu que não faz parte da União Europeia, fazer valer tal característica como uma eventual vantagem junto dos contendores e lançar-se como protagonista nas negociações de paz do conflito sírio, porventura numa tentativa de diluir o fracasso das negociações de paz no Sri Lanka, como atesta o desfecho deste conflito, já antes abordado neste documento.

Uma análise possível poderia considerar que o balanço do envolvimento da Noruega nestas negociações ou em qualquer acção tendente à resolução do conflito sírio pudesse resultar negativo para o país. Desde logo, a neutralidade norueguesa face à União Europeia poderia não ser percebida por todos os actores com assento à mesa de negociações, dada a complexa teia de lealdades e desconfianças. De imediato, a Noruega veria os seus interesses tornados alvo do terrorismo internacional de matriz islamista, no interior e no exterior do seu território. Acresce que o acesso a recursos naturais da região não é suficientemente atractivo, porquanto o Alto Norte é prioritário para o país neste aspecto. E ainda que a região ártica também o seja para

os EUA e para a Federação Russa, implicados no conflito sirio num registo de *hard power*, mais propenso a que ambos se tornem alvos mais atractivos para agentes daquela ameaça, diferem, em muito, na dimensão face à Noruega.

A Noruega opta, pois, por uma abordagem mais defensiva e porventura preventiva, tendo em vista debelar desafios de segurança como a deslocação de cidadãos nacionais ou nacionais de países terceiros residentes no país para palcos de conflito jihadista, bem como o problema que constitui o seu potencial regresso a território norueguês ou a potencial infiltração de indivíduos associados a organizações terroristas em fluxos de migrantes chegados ao país neste momento crítico em que vive a Europa, assunto que tem vindo a revelar-se fracturante para este continente.

Neste momento singular, a Noruega faz, assim, sobressair a sua discrição intrínseca, apostando, outrossim: na canalização de apoio financeiro para países como a Grécia<sup>62</sup> e para organizações internacionais como a ONU<sup>63</sup>, para aplicação em programas de apoio e de acolhimento a refugiados; e no reforço da aposta no conhecimento e na investigação e desenvolvimento, factores potencialmente garantes de um posicionamento vantajoso na arena mundial globalizada competitiva em que o conhecimento é poder. E as forças profundas continuam a fazer-se sentir...

---

<sup>62</sup> Aquando da elaboração da proposta de Orçamento do Estado para 2016, a Primeira Ministra Erna Solberg referiu a canalização de 47 milhões de coroas norueguesas (cerca de cinco milhões de euros) para a União Europeia a reencaminhar para a Grécia como ajuda directa destinada ao acolhimento e apoio de refugiados.

<sup>63</sup> O Orçamento do Estado norueguês para 2016 prevê a doação de cerca de 6 milhões de coroas norueguesas (cerca de 633 mil euros) para ajuda humanitária adicional a programas de apoio aos refugiados.

### CAPÍTULO III: A NORUEGA E A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS DO ÁRTICO

Discutir a geopolítica e a geoestratégia da Noruega também significa, necessariamente, discutir os recursos do Ártico. E abordar o Ártico implica, certamente, um enquadramento em que assumem particular ponderação as alterações climáticas. Assim, no presente capítulo, é abordada a importância dos recursos desta região - que compreende a totalidade das áreas a Norte do Círculo Polar Ártico, *i.e.*, o Ártico circumpolar (Figura 10) -, para a Noruega, porquanto influem na modelação das relações deste país com os demais actores com interesses na região do Alto Norte e condicionam, em última análise, o posicionamento regional e global do país.



**Figura 10 - Mapa político da região do Ártico em 2012**  
(Fonte: University of Texas Libraries, 2015)

Suave, porém, evidentemente, as alterações climáticas fazem reflectir no Ártico claros sinais do seu curso. Uma massa de gelo polar em rápida retracção abre perspectivas de um futuro novo, modelado pela perspectiva da abertura de novas rotas de transporte marítimo.



**Figura 11 - Mapa das duas principais rotas de transporte marítimo do Ártico em 2012**  
(Fonte: United States Geological Survey, 2012)

Até recentemente, a travessia do Ártico apenas tomava lugar durante um curto período de tempo durante o Verão, através de duas rotas marítimas, uma junto à costa canadiana, outra junto à russa (Figura 11), requerendo o acompanhamento de cada embarcação por um navio quebra-gelo, escassos em número e de elevados custos de operação. No entanto, num relatório elaborado pelo Conselho do Ártico, cientistas estimam que, em 2030, o Ártico esteja permanentemente livre de gelo durante o Verão, o que tornará possível a travessia do Ártico durante todo o ano, sem os serviços de um navio quebra-gelo.

A perspectiva da permanente abertura da passagem entre a Europa e a Ásia permite a cenarização de actividades de transporte marítimo mais diversificadas, já que fica, assim, reduzida para metade a distância entre estes continentes e em muitos milhões de dólares os custos inerentes a cada viagem. Encetam-se, assim, novas dinâmicas, que se expandem do abastecimento de comunidades e do transporte de mercadorias ao turismo, com efeitos sobretudo no sector das viagens de cruzeiro e mesmo às actividades piscatórias, já que também é expectável que a maior acessibilidade das águas árticas permita a migração do bacalhau para regiões mais setentrionais.

Novos factores intervenientes na criação das novas circunstâncias são, ainda, a descoberta de reservas substanciais de gás, de petróleo e de outros recursos naturais que a região alberga.



Dados da *United States Geological Survey* (2008) revelam que é aqui que se encontrarão cerca de 13% das reservas convencionais mundiais de petróleo ainda por descobrir, das quais mais de 70% situadas em cinco províncias: o Alasca Ártico, a Bacia Américo-asiática, as Bacias do Desfiladeiro da Gronelândia Oriental, as Bacias de Barents Oriental e a Gronelândia Ocidental-Canadá Oriental. A mesma fonte refere que a região albergará, ainda, cerca de 30% das reservas convencionais mundiais de gás, mais de 70% ocorrer nas três províncias árticas da Bacia Siberiana Ocidental, das Bacias de Barents Oriental e do Alasca Ártico. A estas reservas acrescem, ainda, os depósitos não convencionais de ambos recursos mencionados<sup>64</sup>.

Para além do petróleo e do gás, estima-se, ainda, existirem no Ártico reservas de minério de ferro, bem como de zinco, níquel, ouro, urânio e de outros minerais. A este propósito, importa salientar que a maior mina de zinco do mundo está situada no Alasca Ártico e que a correspondente de níquel se localiza na região ártica da Rússia, valendo, sozinha, mais de 2 triliões de dólares (CNN, 2012). De resto, já em 2001 eram desenvolvidas actividades industriais em torno destes recursos (Figura xx).

As propriedades destes minerais tornam-nos importantes recursos económicos e estratégicos. A título ilustrativo, refira-se o caso do níquel, muitas vezes eleito em detrimento de outros minerais, porquanto, comparativamente com esses, oferece: melhor resistência, no geral, e à corrosão, em particular; maior força, quer a temperaturas baixas, quer elevadas; bem como uma vasta gama de propriedades magnéticas e electrónicas especiais.

Segundo dados patentes no relatório *Nickel in Society* (2015), cerca de 65% do total de níquel produzido é utilizado na manufactura de aços inoxidáveis, aproximadamente 20% na produção de outras ligas de aço e não-ferrosas - frequentemente utilizadas em aplicações industriais, aeroespaciais e militares altamente especializadas -, 9% em revestimentos e 6% em usos diversos, incluindo em moedas, na área da electrónica, em baterias para equipamentos portáteis e em carros híbridos. A mesma fonte realça a importância do níquel ao referir que a presença do níquel milita em materiais presentes nos mais variados aspectos do quotidiano, ao mesmo tempo que destaca o facto de este mineral não ser substituível em muitas

---

<sup>64</sup> Designadamente, hidrocarbonetos presentes em xisto ou hidratos de metano existentes no fundo marinho.

destas aplicações sem que tal implique a redução da *performance* dos produtos ou o aumento dos custos que lhes estão associados.

O níquel é, ainda, frequentemente considerado uma plataforma de inovação, porquanto a sua aplicação desempenha um papel capacitador de tecnologias inovadoras em sectores tão diversos como o dos catalisadores, das comunicações, detergentes, refinação de petróleo e meios ópticos, para citar alguns exemplos.



**Figura 12 - Mapa da actividade industrial e das reservas de petróleo e de gás no Ártico em 2001**  
(Fonte: CAFFs Arctic Flora and Fauna, 2015)

Igualmente forte é o apelo à exploração das reservas de gás e de petróleo por descobrir no Ártico, cujo eco ressoa junto das companhias petrolíferas<sup>65</sup>. No entanto, no que diz respeito a este aspecto, e ainda que já existam acções em curso envolvendo parcerias entre empresas de Estados diversos<sup>66</sup>, o facto de 84% do seu total se encontrar *offshore* não augura rapidez a este processo (Figura 12).

Com efeito, afigura-se demorado e lento o processo de extracção de petróleo do Ártico, dada a manifesta falta de infra-estruturas necessárias à construção de poços de petróleo e ao movimento de crude como *pipelines*, portos de águas profundas, faixas aéreas e alojamento. A tal acresce, ainda, o risco de esmagamento

<sup>65</sup> Desde a norueguesa Statoil, a holandesa Shell e a britânica Cairn Energy às americanas Chevron e Exxon Mobil e à russa Rosneft (CNN, 2012).

<sup>66</sup> A título de exemplo, a Exxon Mobil conseguiu estabelecer um acordo com a russa Rosneft para perfurar ao largo da costa siberiana e a britânica Cairn Energy já perfurou ao largo da costa ártica da Gronelândia.

do tradicional equipamento de campo de petróleo que decorre das pressões exercidas por massas de gelo massivas ou a possibilidade de um iceberg em movimento nas águas menos profundas ao largo do Alasca poder obliterar estruturas como *pipelines* ou os topos dos poços.

A cereja em cima deste bolo de desafios é composta por uma série de disputas sobre que recursos pertencem a cada zona. Na verdade, as alterações climáticas não surgem isoladas, mas concomitante e dialecticamente com alterações do ambiente geopolítico. Reside nestes bens o trampolim que relançou o Ártico para o palco do debate político internacional, num jogo em que se inter cruzam recursos naturais, domínio estratégico, espaço geográfico e os interesses individuais e colectivos de diversos actores na região.

Bens comuns a todos, apetecíveis para muitos, com interesse directo para a Noruega e para mais alguns: Canadá, Dinamarca - incluindo a Gronelândia e as Ilhas Faroé -, Estados Unidos da América, Finlândia, Islândia, Rússia e Suécia. No seu todo, os designados oito Estados do Ártico, que se perfilam como actores principais na reivindicação destes recursos, e que se projectam gradualmente, à medida do reforço da sua presença na região, em função da cada vez maior navegabilidade da região, tornando claro um aumento dos desafios ao *status quo* e à ordem ali estabelecida. Reivindicação prudente, porém, pontuada por uma legitimidade auto-percepcionada mais ou menos velada, em nome de uma tragédia dos comuns a evitar e, seguramente, de um estado de paz a manter, não obstante a extrema importância em termos económicos, de segurança e de defesa que o território representa.

Interesses inegáveis, mas não exclusivos, já que partilhados com uma diversidade de actores, estatais e não-estatais, para os quais a região corresponde, não apenas, a poder e riqueza, mas também a um aspecto integrante do seu *modus vivendi*. Compõem este conjunto de actores as autoridades locais e regionais, *players* do sector empresarial privado que têm por objectivo o desenvolvimento de actividades comerciais em torno dos recursos naturais ali existentes, organizações não-governamentais que visam a promoção da protecção ambiental, e bem assim, por último, mas não menos importantes, as populações indígenas.

Em nome da necessidade reconhecida de debate, de cooperação e de articulação entre todos os actores com interesses, directos ou indirectos, no topo norte do globo, é criado o Conselho do Ártico.

### **III.1. O CONSELHO DO ÁRTICO**

O Conselho do Ártico foi formalmente estabelecido através da Declaração de Ottawa de 1996 como um fórum intergovernamental de alto nível que visa promover a cooperação, coordenação e interacção entre os Estados do Ártico e conta com o envolvimento das comunidades indígenas e de outros habitantes da região na procura de consenso sobre questões comuns das suas agendas, nomeadamente no que se refere a matérias relativas ao desenvolvimento sustentável e à protecção ambiental. A segurança militar encontra-se explicitamente excluída do mandato do Conselho do Ártico, tal como definido pelo articulado que consta da Declaração de Ottawa.

O Conselho do Ártico é composto pelos oito Estados do Ártico e por seis Participantes permanentes em representação das comunidades indígenas do norte circumpolar<sup>67</sup>, todos sentados em torno de uma única mesa, dotados de plena capacidade de consulta e de participação activa. A estes somam-se, ainda, actualmente, 32 entidades com o estatuto de observadores, um compósito de Estados não-árticos<sup>68</sup>, organizações intergovernamentais e interparlamentares, globais e regionais<sup>69</sup>, bem como organizações não-governamentais<sup>70</sup>.

Tal panorama atesta a importância do Conselho do Ártico enquanto fórum pan-Ártico de maior relevo, assim percepcionado pela maioria dos actores que nele participam, bem como pela ênfase colocada pela China e pela União Europeia na

---

<sup>67</sup> Aleut International Association, Arctic Athabaskan Council, Gwich'in Council International, Inuit Circumpolar Council, Russian Association of Indigenous Peoples of the North e o Saami Council.

<sup>68</sup> Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Polónia, Reino Unido e Singapura.

<sup>69</sup> International Federation of Red Cross & Red Crescent Societies; International Union for the Conservation of Nature; Nordic Council of Ministers; Nordic Environment Finance Corporation; North Atlantic Marine Mammal Commission; Standing Committee of the Parliamentarians of the Arctic Region; United Nations Economic Commission for Europe; United Nations Development Programme e United Nations Environment Programme.

<sup>70</sup> Advisory Committee on Protection of the Seas; Arctic Institute of North America; Association of World Reindeer Herders; Circumpolar Conservation Union; International Arctic Science Committee; International Arctic Science Committee; International Arctic Science Committee; International Arctic Social Sciences Association; International Union for Circumpolar Health; International Work Group for Indigenous Affairs; Northern Forum; University of the Arctic e World Wide Fund for Nature – Global Arctic Programme.

obtenção do estatuto de observadores permanentes deste fórum, não obstante serem várias as plataformas de cooperação em torno de assuntos do Ártico, desde as de cariz inter-regional<sup>71</sup> às de cariz global<sup>72</sup>. Ainda que as decisões tomadas naquela sede não sejam vinculativas, o que impede que lhe seja atribuído um papel directo na governança da região, o Conselho do Ártico não pode deixar de ser entendido como um fórum pródigo na construção de uma base de conhecimento no campo da regulação e na facilitação do aprofundamento da cooperação em áreas específicas como a das buscas e salvamentos.

A presidência do Conselho do Ártico é rotativa a cada biénio, tendo sido regra a realização de uma reunião ministerial que assinala o final de cada presidência e a passagem de testemunho ao país que assegurará o desenvolvimento das actividades do fórum durante o biénio seguinte.

Releva, aqui, analisar a forma através da qual a Noruega preparou o caminho para a sua primeira presidência do Conselho do Ártico, que assumiu no período compreendido entre 2007 e 2009, logo após, em Dezembro de 2006, ter divulgado a Estratégia Norueguesa para o Alto Norte, tendo em vista maximizar o seu papel a favor da sua afirmação discreta, quer global, quer regionalmente.

### **III.2. A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NORUEGUESAS DO ALTO NORTE**

O Alto Norte corresponde à região do Ártico europeu que inclui: as porções dos países nórdicos e da Rússia que fazem parte da região euro-atlântica de Barents; o Mar de Barents; o Mar da Noruega e as áreas meridionais do Oceano Ártico. Para além do significado geopolítico de que o Alto Norte se reveste para a Noruega e para os Estados cuja localização física lhes confere uma implicação mais directa, também outros actores, geograficamente mais distantes, percebem as oportunidades vantajosas que a região proporciona. Importa, pois, garantir o seu lugar ao sol – e ao gelo que derrete...

Data de Dezembro de 2006 a divulgação da Estratégia Norueguesa para o Alto Norte, cujo objectivo global visa o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis da região, norteado pelos princípios orientadores da presença, actividade e conhecimento,

---

<sup>71</sup> Centradas em regiões específicas como, por exemplo, a cooperação no Mar de Barents.

<sup>72</sup> Como, de resto, o trabalho relativo ao Ártico no âmbito da Organização Marítima Internacional.

aplicados ao reforço da cooperação internacional no domínio da exploração de recursos e gestão e investigação ambiental, através de um diálogo activo com países vizinhos, parceiros e aliados. No documento, as prioridades políticas estabelecidas são sete, atinentes: ao exercício da autoridade no Alto Norte de modo credível, consistente e previsível; à presença na linha da frente dos esforços internacionais para desenvolver conhecimento na e sobre a região; à presença norueguesa no Alto Norte como melhor promotor do desenvolvimento e de recursos naturais; a proporcionar um enquadramento adequado à continuação do desenvolvimento de actividades petrolíferas; à salvaguarda dos modos de vida, tradições e culturas das populações indígenas e ao desenvolvimento da cooperação entre elas; e ao fortalecimento da cooperação com a Rússia.

À Estratégia Norueguesa para o Alto Norte segue-se, em Março de 2009, o documento *New Buiding Blocks in the North*, que actualiza o primeiro numa maior concretização das medidas a tomar em áreas que considera prioritárias, mas mantém, de uma maneira geral, os mesmos objectivos, preconizando métodos idênticos para os alcançar, nomeadamente através: do desenvolvimento de conhecimento acerca do ambiente e das alterações climáticas; do reforço da vigilância, preparação para emergências e segurança marítimas; do encorajamento ao desenvolvimento sustentável do petróleo e dos recursos renováveis; do contributo para um desenvolvimento baseado na terra; do desenvolvimento de infra-estruturas; da continuação de uma afirmação assertiva da soberania e do robustecimento da cooperação transfronteiriça; e da salvaguarda da cultura e do modo de vida das populações indígenas. Este novo documento apresenta, ainda, uma definição mais dinâmica do conceito de Alto Norte, enfatizando que uma cooperação internacional mais aprofundada o tornará um sinónimo de “Ártico Circumpolar” e não apenas de uma correspondência geográfica significativa com o Mar de Barents.

A divulgação da Estratégia Norueguesa para o Alto Norte no período que antecede o início da presidência norueguesa do Conselho do Ártico e a do documento *New Buiding Blocks in the North* no período que antecede o seu final pode ser percebida como parte integrante do processo de afirmação formal das pretensões da Noruega relativamente ao Alto Norte, já que nada tem de casual, mas antes de propositado. Com efeito, o *timing* escolhido para disseminar tais publicações sugere o

interesse da Noruega em torná-los documentos de referência que espelham o seu empenho na defesa dos seus interesses estratégicos, porquanto não só suportam o trabalho desenvolvido pelo país nesta matéria, mas também o reforçam. Para este aspecto, concorre sobremaneira a capitalização das vantagens oferecidas pela presidência norueguesa do Alto Norte, designadamente no que diz respeito à visibilidade que lhes proporcionou e que atinge o seu auge em Abril de 2009, em Tromsø, aquando da realização da reunião ministerial bienal que assinalou o final da presidência desta fórum pela Noruega<sup>73</sup>.

A reunião em apreço foi profícua em termos de recomendações quanto a projectos desenvolvidos em torno de alterações climáticas, do Ano Polar Internacional, do ambiente marinho do Ártico e do transporte marítimo, saúde e desenvolvimento humanos, energia, contaminantes e biodiversidade, a que acresceram recomendações associadas a matérias como salvamentos e buscas, operação de embarcações nas águas geladas do Ártico e regulamentos obrigatórios garantes da sua segurança e protecção ambiental, causas de alterações climáticas não associadas ao dióxido de carbono, bem como conselhos relativos à gestão de ecossistemas oceânicos.

A opção pelo tema das alterações climáticas como ponto central da agenda desta reunião ministerial bienal, que a Noruega fez preceder de uma conferência proferida por Al Gore<sup>74</sup>, cingida à temática do degelo glacial, foi, certamente determinante para garantir a visibilidade referida *supra*, atestando-a simultaneamente. É que, se, por um lado, a natureza do tema escolhido e das linhas de trabalho resultantes da reunião sublinham bem a vertente de feminilidade que subjaz ao temperamento norueguês, por outro, o evento representa também uma manifestação da capacidade de afirmação discreta do país, destacada pelo enquadramento do tema num contexto propício à capitalização mediática do evento, efeito potenciado pela realização da conferência proferida por Al Gore, um dos galardoados com o prémio Nobel da Paz em 2007, galardão que, de *per si*, já reforça o *soft power* da Noruega.

De resto, o elevado número de delegados, observadores e de convidados presentes nesta reunião do Conselho do Ártico tornou-a a mais participada até então,

---

<sup>73</sup> E a subsequente passagem de testemunho à Dinamarca.

<sup>74</sup> Laureado com o Prémio Nobel da Paz em 2007, atribuído conjuntamente com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC).

facto que, segundo a Noruega, se confirma como sinónimo do grande interesse que a reunião despertou junto da comunidade internacional e da sua correspondente sensibilização para as temáticas em debate. Tal corrobora o papel dinamizador do país como actor que faz sobressair uma atitude construtiva e protectora do bem comum, suavizando a projecção das suas ambições individuais na região e preparando caminho para futuras reivindicações sobre o que de riqueza a região tem para oferecer.

Ainda que os resultados globais da reunião ministerial de Tromsø tenham sido globalmente positivos, há, no entanto, a assinalar a ausência de consenso relativamente à concessão do estatuto de observador permanente do Conselho do Ártico à China, Coreia do Sul, Itália e União Europeia, que se mantiveram como observadores *ad hoc*<sup>75</sup>, já que a decisão foi procrastinada até à reunião ministerial de 2011, acolhida pela Dinamarca. E se esse estatuto já hoje se aplica a qualquer dos países mencionados, a que acresce o Japão, a candidatura da União Europeia à obtenção do estatuto de observador permanente continua sem deferimento. Este caso, pelo interesse de que se reveste enquanto exemplo de relevo em termos geopolíticos e geoestratégicos na condução de políticas que visam o Alto Norte, será analisado à frente na presente dissertação (*vide* Capítulo IV, Secção IV.2).

Em 2010, no âmbito do processo de desenvolvimento da política norueguesa para o Alto Norte e perante a relevância estratégica crescente desta região, o governo norueguês criou um grupo de peritos sobre as matérias do Alto Norte, no sentido de dotar o Ministério dos Negócios Estrangeiros de um corpo consultor capaz de identificar oportunidades, sobretudo centradas na cooperação internacional na região de Barents com parceiros nórdicos, com a União Europeia e com os Estados do Ártico. O grupo de peritos em apreço é composto por 18 pessoas oriundas de sectores transversais à sociedade, desde a área empresarial à política, passando pela área cultural e pela área académica, e constitui mais um exemplo claro do carácter holístico presente na abordagem norueguesa ao tratamento de diversas questões. Este carácter, visível na forma como gere problemáticas associadas à resolução de conflitos através dos estudos para a paz, desta feita aplicada a matérias do seu interesse directo, é uma *nuance* que porventura confirma, não só, o traço de essencial de feminilidade da

---

<sup>75</sup> Estatuto que difere do dos observadores permanentes na medida em que necessitam submeter uma candidatura prévia para que possam assistir às reuniões do Conselho do Ártico.



personalidade norueguesa, bem como um modo de preparação para uma melhor gestão do controlo da incerteza, o que lhe garante, simultaneamente, uma via que lhe é natural no processo tendente ao reforço da sua capacidade de resiliência. E resiliência é fundamental num mundo globalizado em voraz mutação.

### **III.3. UM IMPERATIVO DE DIPLOMACIA OU DE GLOBALIZAÇÃO?**

É evidente o ritmo acelerado a que se sucedem as alterações na paisagem ártica, proporcional à intensificação da prossecução de interesses comerciais por parte de grandes empresas do sector energético, muitas delas estatais, do sector das pescas, do transporte marítimo, do sector mineiro e do turismo, a médio-longo prazo. Este previsível desenvolvimento de actividades alterou a importância estratégica do Ártico, sendo disso indicadores os investimentos de Estados árticos e não-árticos na região, o que, por sua vez, aporta particular complexidade à rede de interesses em jogo. O impacto da interacção destes actores poderá ser decisivo na definição da face geopolítica do Alto Norte nas próximas décadas, tornando o estudo da dialéctica entre o desenvolvimento dos assuntos relativos ao Ártico e aspectos específicos das relações internacionais uma matéria de principal interesse para a Noruega.

Da globalidade dos actores que compõem a constelação geopolítica do Alto Norte, a Suécia, a Rússia e os Estados Unidos da América (EUA) são considerados de particular relevância para o presente trabalho, em face dos antecedentes históricos que ligam a Suécia à Noruega, bem como, no caso da Rússia e dos EUA, do papel que assumem enquanto Estados de grandes dimensões com interesses no Ártico, sobretudo na lógica de globalização que caracteriza o mundo de hoje, tornando-os actores incontornáveis na discussão em torno destas matérias. É este o ponto de partida para a análise que se segue, rumando em direcção a um denominador comum a estes quatro países: documentos oficiais de assumido pendor estratégico, publicados sobretudo de 2005 a esta parte, explícita manifestação do seu interesse no Ártico, consolidada também através da explanação das linhas estratégicas gerais nacionais.

No que se refere aos EUA, o *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [2014], publicado pela Marinha norte-americana, ramo das Forças Armadas que

desempenha um papel directo na defesa dos interesses norte-americanos na região ártica, destaca-se de entre a profusão de documentos que lançam as linhas de orientação política e que enformam a acção estratégica do país no Ártico. O *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [2014] apresenta os interesses estratégicos americanos na região, actualizando a edição publicada em 2009 por aquele mesmo ramo das Forças Armadas, num tom de legitimidade que decorre do discurso de uma entidade que se considera revestida de propriedade para levar a cabo a discussão destas matérias. Nesta medida, constitui prova de consolidação conceptual porquanto agrega e desenvolve elementos abordados em documentos estratégicos publicados anteriormente por diversos organismos, entretanto revistos ou elaborados, de que sobressaem: a *National Strategy for the Arctic Region*, lançada pelo Presidente Barack Obama, em Maio de 2013 e o respectivo Plano de Implementação, publicado em Janeiro de 2014, com a publicação da *Department of Defense Arctic Strategy* de permeio<sup>76</sup>, em Novembro de 2013.

Com efeito, o *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [2014] preconiza, reiterando desde logo, dois interesses americanos de fundo patentes na *National Security Strategy*: a segurança do país, dos seus cidadãos, dos seus aliados e dos seus parceiros, bem como uma ordem internacional – sob a liderança dos EUA – que promova a paz, a segurança e a oportunidade de responder a desafios globais através de mecanismos de cooperação mais profundos. É sobre este pano de fundo, e em articulação com estas premissas, que a Marinha estende duas linhas de esforço já defendidas na *National Strategy for the Arctic Region* de 2013: a do avanço dos interesses de segurança dos EUA e a do reforço da cooperação internacional. Note-se que estas orientações se encontram alinhadas com o objectivo de garantir a segurança e com o de proteger e promover a cooperação no âmbito da defesa constantes da *Department of Defense Arctic Strategy* (2013), que contém, ainda, um terceiro objectivo: o da prossecução da preparação para desafios e contingências diversos, que

---

<sup>76</sup> De entre directivas e outros documentos relevantes, muitos outros poderiam ser apontados: *Defense Strategic Guidance: Sustaining the U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* (JAN2012); *Executive Order 13547: Stewardship of the Ocean, Our Coasts, and the Great Lakes (National Ocean Policy)* [JUL2010]; *National Security Strategy* (MAI2010); *Quadrennial Defense Review* (FEV2010); *National Security Presidential Directive – 66/Homeland Security Presidential Directive – 25: Arctic Region Policy* (JAN2009); *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower 2007* (OUT2007).

deixa antever um contorno ambivalente, que pode ser enquadrado quer no domínio da *safety*, quer no da *security*, criando margem para projecções distintas quanto à natureza em que radica e aos fins verdadeiramente em vista. Neste mesmo documento, o Departamento de Defesa tinha propugnado as seguintes acções como forma de alcançar os objectivos propostos: exercer o exercício da soberania proteger o país; envolver parceiros dos sectores público e privado, no sentido de aprofundar a sua sensibilização para factores susceptíveis de ter impacte na segurança, na economia e no ambiente na região do Ártico; preservar a liberdade dos mares no Oceano Ártico; desenvolver infraestruturas e capacidades na região ártica consistentes com as condições em alteração; apoiar acordos já firmados com aliados e parceiros, à medida que são desenvolvidos novos acordos que visam construir relações de confiança com parceiros regionais considerados chave; providenciar apoio às autoridades civis, segundo as directrizes existentes; estabelecer parcerias com outros departamentos, agências e países, tendo em vista o apoio à segurança humana e ambiental; e apoiar o desenvolvimento do Conselho do Ártico e de outras instituições internacionais que promovam a cooperação regional e no primado da lei.

Em face do que precede, a Marinha afirma, no *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [2014], que o objectivo da segurança nacional, tido numa asserção abrangente da expressão, é o da construção de uma região ártica segura e estável, em que os interesses nacionais dos EUA estão avançados e o território nacional protegido. Para tal, a Marinha requer acesso ao Oceano Ártico, tendo em vista apoiar e proteger os interesses nacionais na região ártica, quer independentemente, quer em conjunto com outras entidades dos EUA e com parceiros internacionais.

Recentemente, novos dados vêm reforçar a pertinência da inclusão, no discurso oficial americano, da importância da utilização do Ártico para garantir a segurança do território nacional dos EUA, designadamente no âmbito da prevenção da ameaça terrorista que impende sobre solo americano. Com efeito, se esta relação já constava da versão oficial espelhada no Roteiro da Marinha, à data de Fevereiro de 2014, tal tese encontra, após Junho de 2014, já no período pós-auto-proclamação do grupo terrorista Estado Islâmico, uma outra congruência, que sustenta a apologia da

governança com segurança feita pelos EUA. A este propósito, as notícias veiculadas pela comunicação social que dão conta da deslocação de elementos associados a grupos terroristas para países europeus no seio destes fluxos migratórios e as recentes notícias que referem a detecção de novas rotas de refugiados afegãos - e mesmo sírios – que passam a Norte, por Storskog, na fronteira da Noruega com a Rússia, consubstanciam este ponto enquanto foco de preocupação.

No sentido de eficazmente assegurar a preparação das forças navais dos EUA para operar no Ártico, para melhor defender os interesses norte-americanos sempre que necessário, o Roteiro em apreço foi desenvolvido pela Marinha com base em três factores estratégicos primários que poderão ser determinantes da extensão e do *timing* de potencial actividade marítima e naval na região do Ártico, sendo eles: as condições ambientais; os interesses económicos e recursos estratégicos; e a dinâmica geopolítica. Nesta sequência, vale a pena abordar, ainda que de modo sintético, as considerações tecidas em torno de cada um destes factores.

No que concerne às condições ambientais, releva para os EUA o aumento da temperatura, que se regista a um ritmo mais acelerado no Ártico do que em qualquer outra parte do mundo, e a consequente redução do gelo no Oceano Ártico, que terá atingido um mínimo histórico em 2012, segundo dados do *National Snow and Ice Data Center* (2012) [Figura 13]. O impacte produzido por esta alteração reflectiu-se na intensificação das actividades humanas na região, nomeadamente nos sectores das pescas, extracção de recursos e turismo. Se, por um lado, a perspectiva de uma nova dinâmica nas actividades que se levam a cabo no Ártico, por outro, é exposta a ideia de que qualquer empreendimento na região deverá pressupor o contornar de obstáculos ambientais que deverão surgir nas próximas décadas, à medida que se assiste ao aumento da temperatura aumenta e à dinâmica de recessão do gelo.



**Figura 13 – Mapa comparativo do mínimo de cobertura de gelo no Ártico em 2012 e da média da mínima extensão de gelo registada dos últimos 30 anos**  
(Fonte: United States Navy, 2012)

Neste aspecto particular, e ainda que seja tido por muito incerto o impacto da recessão das massas de gelo polar nos padrões das condições meteorológicas do Ártico, é feita menção à possibilidade de um contraste térmico mais acentuado entre a água do mar nas épocas em que este está livre de gelo e as superfícies geladas do mar no Outono poder conduzir ao desenvolvimento de ciclones mais frequentes e mais intensos no Ártico, bem como ao aumento da probabilidade de ocorrência de nevoeiro, afectando negativamente as condições de navegabilidade, por exemplo.

No capítulo dos interesses económicos e recursos estratégicos, os EUA referem a importância que a região ártica voltou a adquirir desde o final da Guerra Fria, coincidente com a altura em que uma maior retracção das massas de gelo polar veio abrir a possibilidade de extracção de recursos, sobretudo energéticos. Novas potencialidades no campo do transporte e do comércio são consideradas como possibilidades futuras, em função da esperada máxima recessão de gelo polar e consequente abertura de rotas como a Rota do Mar do Norte, da Rota Transpolar e da Passagem Noroeste, que oferecerão trajectos marítimos mais curtos entre portos do Pacífico e do Atlântico (Figura 14).



**Figura 14 - Mapa das rotas árticas previstas sobrepostas após avaliação consensualizada da extensão mínima de gelo realizada pela United States Navy (Fonte: United States Navy, 2012)**

O final da Guerra Fria volta a ser um marco a assinalar pela Marinha norte-americana no capítulo da dinâmica geopolítica, já que se encontra associado a um decréscimo significativo da ameaça militar na região do Ártico. Incentivos de índole económica poderão justificar, em parte, a razão pela qual os Estados árticos se sentem impelidos a preservar a histórica estabilidade do ambiente desta região, cujo pendore não-contencioso é tido como favorável ao desenvolvimento comercial. Por este motivo, o envolvimento das forças navais norte-americanas na região deverá pautar-se por missões de busca e salvamento, em apoio à Guarda Costeira, entre outras operações de cariz civil ou de emergência civil.

O Conselho do Ártico é percebido, também pelos EUA, como fórum que promove a cooperação, coordenação e a interação entre parceiros, adequado à gestão de diferendos através do recurso a mecanismos internacionais estabelecidos. Com efeito, e ainda que não tenham acedido à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Roteiro da Marinha refere que os EUA a tomam como uma peça fulcral neste domínio, considerando que esta reflecte o direito internacional comumente aplicado, concretamente no que diz respeito às provisões relativas aos tradicionais usos dos oceanos, que estabelece o enquadramento legal dos principais

direitos e deveres no Oceano Ártico, incluindo o delinear dos limites exteriores da plataforma continental, protecção do ambiente marinho, liberdade de navegação, vigilância militar e investigação científica marinha na região. A este propósito, é mencionado que, em Maio de 2008, os Estados que apresentam fronteira marítima com o Oceano Ártico - *i.e.*, EUA, Canadá, Gronelândia, Noruega e Federação Russa – assinaram a Declaração Ilulissat, na qual se conclui que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece a moldura legal adequada à cooperação internacional e à resolução pacífica de disputas marítimas no Ártico. A título ilustrativo da implementação de políticas que evidenciam a prevalência da cooperação entre Estados Árticos costeiros, mesmo no que concerne a matérias sensíveis como o mapeamento da plataforma continental, refira-se o caso do acordo de delimitação fronteiriça assinado em 2010 entre a Rússia e a Noruega relativamente ao Mar de Barents e ao Mar Polar, zona em que se estima existirem significativas reservas de petróleo. Este caso é, de resto, apontado como paradigmático da resolução pacífica de conflitos no *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [2014].

Outros exemplos em que se consubstancia esta abordagem são a assinatura, pelo Conselho do Ártico, em Maio de 2011 do Acordo de Busca e Salvamento do Ártico e, em Maio de 2013, da do Acordo de Cooperação para Preparação e Resposta no Ártico pelo Estados que compõem o Conselho em apreço, numa acção que manifesta um atitude cooperativa tendente ao melhoramento dos procedimentos ambientais e de segurança no Oceano Ártico. Neste ponto, acresce, ainda, o aumento do número de países e organizações que requereram o estatuto de observador do Conselho do Ártico, o que demonstra, a um só tempo, o interesse internacional crescente na região e a gradativa importância do Conselho do Ártico.

A estabilidade regional do Ártico surge, pois, como um interesse que não é exclusivo dos EUA, mas antes comum aos diferentes actores, que os secundam no forte apoio à moldura legal e institucional da governança do Alto Norte e do Ártico, como também revelam os resultados preliminares de um programa de estudos sobre o Alto Norte conduzido pelo *Norwegian Institute for Defense Studies* (IFS, na sigla em Norueguês), publicados em Janeiro de 2011, corroborando dados já apurados em 2009 e que se traduzem, em termos práticos, numa agenda política para o Ártico marcada

pela sobreposição da cooperação à competição motivada por interesses paralelos que surgem naturalmente entre os diversos *players*.

Por seu turno, a Rússia adoptou, em Setembro de 2008, e publicou, em Março de 2009, *The Fundamentals of state policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond*, documento em que estabelece a sua política para o Ártico e que consagra como objectivo último a transformação do Ártico na mais significativa base estratégica de recursos naturais da Rússia em 2020 e, a longo prazo, a manutenção do papel da Rússia como um dos principais actores do Ártico. Segundo o documento, a importância estratégica do Ártico para a Rússia reside, sobretudo, nas suas vastas reservas energéticas e de metais e minerais estrategicamente importantes, sendo ainda apontado como uma das principais fontes de riqueza do país, primariamente resultante da produção de energia e do transporte marítimo, crucial ao desenvolvimento social e económico russo e à competitividade da Rússia nos mercados globais.

A delimitação dos limites exteriores da plataforma continental do Oceano Ártico surge definida como uma das prioridades máximas dos esforços a desenvolver pela Rússia, com resultados projectados para o ano de 2015, sendo clara a intenção do governo russo de que o processo se desenrole no estrito respeito pelo direito internacional e estratégica a sua prioridade em desenvolver mecanismos de cooperação com outros Estados polares nesta matéria.

A Rússia assume, ainda, como um dos seus principais interesses na região o desenvolvimento da Rota do Mar do Norte, que pretende elo de transporte integrado e elemento central das ligações marítimas entre a Europa e a Ásia. A importância desta rota para a Rússia é atestada por uma abordagem que apresenta nuances denotadoras de uma postura desafiadora, de que são exemplo: a afirmação de que a Rússia pretende a Rota do Mar do Norte elo de transporte integrado e elemento central das ligações marítimas entre a Europa e a Ásia; a apresentação desta Rota como uma “rota de transporte nacional” sob a jurisdição da Federação Russa; e a afirmação de que a navegação através deste canal deverá ser balizada pelo cumprimento da legislação russa e dos acordos internacionais de que o país é signatário. A Rússia não deixa, porém, de reconhecer a necessidade de desenvolvimento de infra-estruturas



modernas e de um sistema de gestão de comunicações relativamente a esta rota, de modo a tornar seguro o trânsito que nela decorre e, assim, colmatar lacunas colocadas pela crescente actividade económica e assegurar a reestruturação do volume de carga marítima.

O documento, que menciona, ainda que residualmente, a política de defesa russa para a região, não deixa, porém, de sublinhar a importância que a Rússia confere à presença de formações militares especiais no Ártico, com o intuito de garantir a protecção dos interesses nacionais russos. Importa destacar, contudo, que o mesmo não deixa de colocar a tónica na necessidade de preservar o Ártico como uma zona de paz e de cooperação, para o que será vital o papel da cooperação bilateral e multilateral.

Um aspecto que encontra paralelo entre a Rússia e os EUA diz respeito à importância do papel que o Ártico pode desempenhar na garantia da segurança nacional, vista a partir de uma perspectiva mais lata. Os desafios colocados à segurança por ameaças assimétricas como o terrorismo marítimo ou outras ameaças que derivam, por exemplo, do contrabando e de fluxos migratórios ilegais são, igualmente, focos de atenção do governo russo, que, no seu caso, atribui a unidades de guarda fronteiriça associadas aos serviços de informações – e concretamente ao FSB, serviço de informações responsável pela segurança interna - a protecção dos interesses nacionais na região, acto sintomático de uma forma de estar particular.

A Suécia foi o último dos Estados do Ártico a adoptar uma estratégia para a região. Fê-lo em Maio de 2011, no mesmo dia em que assumiu a presidência do Conselho do Ártico e publicou o seu programa de actividades para este fórum para o biénio 2011-2013, na senda de crescente pressão doméstica e internacional.

O estatuto de Estado fundador do Conselho do Ártico não condiz com a aparente falta de interesse da Suécia no Ártico, traduzida nas até então raras declarações políticas emitidas quanto à região e a questões do Norte<sup>77</sup> e na organização, pelo *Swedish Institute of International Affairs* e pelo *Stockholm International Peace Research Institute*, já em 2011, da primeira conferência sobre desafios emergentes no Ártico e sobre como promover este fórum de cooperação

---

<sup>77</sup> De que se destaca as de Carl Bildt, em 2009, então Ministro dos Negócios Estrangeiros sueco, quando menciona os assuntos-chave da agenda sueca.

internacional. Nem condiz, tão pouco, com os fortes laços históricos suecos ao Ártico<sup>78</sup>, quer geográficos, quer demográficos, e do papel significativo que diz desempenharem na construção da identidade nacional, que a Suécia alega na estratégia que aprovou.

Segundo o governo sueco, os dois principais argumentos apontados para a necessidade de delinear uma estratégia para o Ártico prendem-se com o aquecimento global e com as condições de vida das populações indígenas.

A estratégia sueca enuncia a boa articulação de mecanismos de cooperação multilateral como principal prioridade do país. Neste conspecto, nela se destaca de entre os fóruns de cooperação nos quais a Suécia participa como membro activo: o Conselho do Ártico; a União Europeia; o fórum de cooperação nórdica<sup>79</sup>; o fórum de cooperação da região de Barents; a ONU e respectivas convenções, agências e organismos com relevo neste escopo; os cinco Estados costeiros do Oceano Ártico; e organismos de cooperação transnacional Sami, em particular o Conselho Parlamentar Sami.

Neste aspecto, se, por um lado, a colocação da boa articulação de mecanismos de cooperação internacional no topo das prioridades suecas para o Ártico parece configurar uma inovação porquanto aplicada, pela primeira vez, à cooperação internacional moderna em torno do Ártico, por outro, integra-se no que tem sido a sua política de participação activa da Suécia em organizações internacionais, prosseguida desde longa data. Tal prioridade poderá, porém, sugerir que a acção sueca se encontra dirigida e não meramente desinteressada, já que a estratégia é publicada em 2011, ano em que a Suécia assume a presidência do Conselho do Ártico. Tal ênfase na cooperação internacional parece, pois, configurar um elemento de reforço da projecção do país no palco mundial e, sobretudo, regional, numa óptica de maximização das vantagens oferecidas pelas circunstâncias, à semelhança do que aconteceu com a Noruega aquando da sua presidência do Conselho do Ártico, no período compreendido entre 2007 e 2009. Tal análise encontra, ainda, apoio no facto de as áreas prioritárias que constam do programa da presidência sueca do Conselho do

---

<sup>78</sup> Como, por exemplo, as viagens de Carl Linnaeus e de outros exploradores à Lapónia ou o contributo sueco, mais que centenário, para a investigação polar de que é exemplo a criação da *Abisko Scientific Research Station*, no início do século XX.

<sup>79</sup> Incluindo o Conselho de Ministros Nórdico.

Ártico – “Ambiente e Clima”; “As pessoas” e “Um Conselho do Ártico mais Forte” - se encontrar em linha com as prioridades enunciadas na Estratégia da Suécia para o Ártico. Com efeito, a estratégia sueca identifica como áreas prioritárias as seguintes três: clima e ambiente; desenvolvimento económico e a dimensão humana, entendida como o conjunto dos povos que habitam a região e das suas condições de vida.

No capítulo do clima e ambiente, a investigação em torno destes campos, a protecção ambiental e a biodiversidade são indicados como aspectos a endereçar, sendo objectivos do país: reduzir as emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa; assegurar que as alterações climáticas no Ártico e o seu impacto são aspectos abordados em negociações internacionais sobre o clima; promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade na região ártica; e investir no projecto de alcançar os países que já atingiram a liderança no campo da investigação científica sobre o clima, o ambiente e o impacto das alterações climáticas na espécie humana.

A segunda prioridade, a do desenvolvimento económico, caracterizada por uma tónica que enfatiza o comércio livre e a uma política industrial - porquanto se dirige, sobretudo, à área de comércio livre do Ártico e da região de Barents, respectivamente -, debruça-se sobre um largo espectro de interesses económicos e de áreas de negócio que apontam entre as sub-prioridades: a indústria mineira, a indústria energética e a florestação; transporte terrestre e infra-estruturas; segurança marítima e impacto ambiental do transporte marítimo; salvamento marítimo e aéreo; quebra de gelo; turismo; criação de renas; e outras actividades de que são exemplo as necessidades de educação e de investigação ou a tecnologia espacial. A promoção do desenvolvimento económica, social e ambientalmente sustentável na região e dos interesses comerciais suecos no Ártico encontram-se entre os objectivos delineados na estratégia sueca neste capítulo, bem como a sensibilização para o respeito pelo direito internacional na regulação da utilização dos recursos energéticos da região e a promoção da aplicação de especialização sueca desenvolvida no campo da tecnologia ambiental.

Refira-se que o destaque que o documento confere ao sector dos recursos energéticos como o gás e o petróleo, em detrimento do sector mineiro, que constitui uma pedra angular da indústria no Norte da Suécia, podendo indiciar o

desenvolvimento económico como uma prioridade de topo da política da Suécia para o Ártico.

A terceira prioridade – a dimensão humana, que inclui os povos e as suas condições de vida – sistematiza-se em seis sub-prioridades: a relação entre as condições geográficas no Ártico e a saúde humana; a relação entre as alterações climáticas e substâncias perigosas e a população; impacte nas culturas indígenas e nas respectivas indústrias; a sobrevivência das linguagens Sami; transferência de conhecimento; e um programa de investigação sobre a sociedade Sami. Neste domínio, a Suécia traça entre os seus objectivos o desenvolvimento de acções que visem: a projecção da dimensão humana no Conselho do Ártico – como a Convenção Sami; a promoção da preservação das linguagens Sami e de outras linguagens indígenas; apoiar iniciativas que promovam uma participação mais activa dos jovens e das mulheres nos processos políticos; e utilizar os fóruns de cooperação Nórdico e Ártico para promover a transferência de conhecimento entre as comunidades indígenas locais, a comunidade científica e outras comunidades do Ártico.

Em jeito de síntese, refira-se que a estratégia sueca, ainda que convencional, porém clara e concisa, não deixa de ser vista como espelhando o essencial de uma política moderna, que se encontra estruturada na decorrência e como resposta a significativas alterações que vêm sendo registadas no Ártico, bem como ao crescente interesse e pressão de outros Estados Árticos e de países de outras esferas geográficas. Não deixa, contudo, de ser curioso que a “Resiliência”, uma espécie de projecto-bandeira da presidência sueca do Conselho do Ártico não seja ponto de foco particular na estratégia do país para a região...

Em face de quanto precede relativamente às estratégias apresentadas pelos EUA, pela Rússia e pela Suécia, e dado próprio tom em que são explanadas, surge que a Rússia – logo seguida dos EUA – poderia ser entendida como o parceiro que mais preocupações suscita.

Na verdade, a aplicação da estratégia russa já tem efeitos práticos, concretizados em acções como a renovação da submissão, à ONU, de um pedido de reconhecimento de jurisdição russa sobre uma extensão de 1,2 milhões de quilómetros quadrados da plataforma ártica, reivindicação rejeitada pelos restantes

quatro países costeiros do Ártico – Noruega Dinamarca, Canadá e EUA. Esta renovação do pedido de reconhecimento de jurisdição russa é apresentada após, no final de 2014, um pedido semelhante ter sido indeferido por uma comissão da ONU por falta de provas científicas e que já tinha num pedido de 2001 o seu antecessor.

No entanto, e no sentido de melhor avaliar a convicção com que a Rússia procede a esta reivindicação e o ponto até onde o país parece quer demonstrar considerar ir na busca pelo alcance deste objectivo, importa referir que o novo pedido é apresentado uma semana após o reforço da presença naval russa no Ártico, explanada como sendo parte de uma nova doutrina militar, que, à data de 2014, e segundo declarações do Vice-Primeiro Ministro russo, Dmitry Rogozin, inclui, nos seus planos, uma nova frota de navios quebra-gelo e, tanto quanto se apurou, a realização de exercícios militares da Rússia no Ártico no início de 2015, os quais envolveram mais de 38 mil elementos, mais de 50 barcos e submarinos e 110 aeronaves.

Atente-se, em acréscimo ao exposto, que antes de ter apresentado a proposta de reconhecimento de alargamento das águas territoriais em 2014 mencionada *supra*, já Moscovo tinha dado indicações para assumir o controlo e a protecção do Mar de Okhotsk, através da presença, em posto, de patrulhas de fronteira na plataforma marítima nos seus limites expandidos reivindicados a partir de 01 de Julho desse ano, tendo o Ministério da Defesa russo ordenado às autoridades marítimas o alargamento da plataforma russa no Mar de Okhotsk para lá das habitualmente reconhecidas 200 milhas náuticas a partir de 01 de Dezembro. Recuando um pouco mais no tempo, chegados a 2007, registou-se, ainda, o lançamento de uma bóia com a bandeira russa no Oceano Ártico a partir de um submarino, acompanhando a altura da apresentação de uma reivindicação russa sobre águas árticas.

Perante tamanha ostensão, torna-se natural que um dos interesses centrais da Noruega resida na manutenção de boas relações com a Rússia, um dos actores cruciais no Alto Norte. Com efeito, na senda das premissas que enformam a abordagem tradicional norueguesa ao Alto Norte, e enquadrado numa busca, mais antiga, pela estabilidade no Alto Norte que a Noruega empreendeu durante a Segunda Guerra Mundial, através da promoção do diálogo e da cooperação com a Rússia, encontra-se o trabalho que a Noruega tem desenvolvido no sentido de promover uma política de envolvimento positivo da Rússia no maior número de arenas possível. Este trabalho

encerra o duplo objectivo de robustecer a relação entre ambos e de ampliar os seus proventos económicos, já que os mercados russos em expansão representam um grande potencial de negócio para as empresas norueguesas, graças ao rápido desenvolvimento que a Rússia conheceu nas últimas décadas, em razão de uma complexa interacção de factores internos e externos, de ordem económica, política, sócio-cultural e tecnológica.

No entanto, para a Noruega, Estado de pequena dimensão com interesses significativos no Alto Norte e no Ártico, a cultivação de boas relações com a Rússia é de grande importância, mas não é, por si só, suficiente para a prossecução do seu melhor interesse. Enquadra-se aqui o desenvolvimento de esforços diplomáticos tendentes ao desenvolvimento de uma relação de cooperação próxima relativamente aos EUA, o mais directo contrapeso à Rússia na região ártica, bem como no seio de organizações internacionais como, por exemplo, a NATO e aos seus Estados membros, no geral. O compromisso da Noruega com a NATO encontra-se, de resto, evidente no primeiro crescente e depois consistentemente significativo investimento realizado pelo país na área da defesa no passado recente, sobretudo durante os mandatos de Jens Stoltenberg à frente do governo norueguês, entre 2005 e 2013, bem como no contributo do país para diversas operações da Aliança, designadamente através do envio de contingentes militares para palcos onde a NATO se encontra presente.

Esta abordagem consubstancia uma das premissas da política norueguesa para o Alto Norte – a do equilíbrio - tornando positivas as perspectivas de desenvolvimento das linhas de cooperação e de diálogo, deixando antever os contornos da abordagem cooperativa que a Noruega deverá adoptar. A título ilustrativo, observa-se que, por um lado, se a cooperação bilateral entre a Noruega e a Rússia é considerada a mais prática, a abordagem de temas de tratamento obrigatoriamente multilateral como a gestão de *stocks* pesqueiros no Mar de Barents é realizada num enquadramento central, que é provavelmente o meio mais eficaz para a regulação do transporte marítimo no Ártico, é feito ao tornar compulsivo o cumprimento do Código Polar da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em Inglês). O equilíbrio pode, ainda, representar para a Noruega o desenvolvimento de acções que visem a manutenção do carácter pacífico – ou, por ocasiões, pacificado – das relações entre os EUA e a Federação Russa, a nível

global. Efectivamente, uma eventual escalada de tensões entre estes dois actores poderá, de forma mais ou menos directa, repercutir-se negativamente no Alto Norte - relembre-se, a este propósito, que os EUA são um país membro da NATO, circunstância de extrema sensibilidade para a Rússia, e um dos principais parceiros do seu vizinho norueguês -, o que, por seu turno, acabará por afectar a Noruega, tendo em conta a importância de que se reveste a região para este país.

Em lugar de destaque no contraditório, adquirem especial relevo as conclusões preliminares do programa de investigação conduzido e desenvolvido pelo IFS e divulgadas em Janeiro de 2011 sobre a importância política do Alto Norte. Estas conclusões sugerem que a importância geopolítica global da região é mais discutível do que o comumente percepcionado, o que poderia repercutir-se negativamente mediante a falta de um potencial sentido de urgência por parte dos Estados quanto ao desenvolvimento de um mecanismo de governança e de outras formas práticas de cooperação. Neste conspecto, relembre-se que se, por um lado, a Noruega conseguiu que a NATO dedicasse maior atenção a áreas e a assuntos que lhe são específicos – no fundo, do seu interesse nacional, por outro, não sucedeu que a mesma atenção fosse dedicada por Washington ou por outras capitais e instituições, que não percepcionam o Ártico como um dos focos prioritários da sua agenda na arena internacional imediata. Em face deste cenário, poderia dizer-se que será necessário um certo grau de alarmismo para que o Alto Norte e o Ártico permaneçam como objecto de continuado interesse internacional, para que se crie um *momentum* para a construção de um enquadramento de governança, entre outros aspectos. Nesta possibilidade, a Noruega vive um dilema, tendo em conta que tal antagoniza a mensagem “Alto Norte, baixa tensão”.

Por fim, dada a tendência de um desvio geopolítico em direcção ao Oriente, motivado pelo papel cada vez mais preponderante que a China assume na arena internacional, tornando-a um actor incontornável quando se trata de globalização, importa sublinhar que a Noruega não só reconheceu isso mesmo num relatório sobre política externa publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega (St. Meld nr. 15, citado por Tunsjø, 2011), ainda corria o mês de Março de 2009, mas fez também reflectir esta convicção num reforço da sua representação diplomática na Ásia

e da sua capacidade analítica, quer doméstica, quer externamente, tentando pro-activamente acompanhar as novas tendências no tabuleiro da geopolítica mundial, antecipar o seu curso e envolver-se nelas, no sentido de melhor lidar com a política de grandes potências e com um potencial novo sistema internacional (Tunsjø, 2011). Uma relação sinérgica é, pois, expectável num futuro próximo em que o Ártico disponha de novas rotas, a China se torne também um dos parceiros preferenciais da Noruega, a qual, por sua vez, enquanto actor estabelecido no Ártico, constituirá um actor de extremo valor com o qual a China poderá trocar impressões relativamente a matérias diversas, desde a economia ao ambiente, passando pela segurança (Tunsjø, 2011). À Noruega, esta relação poderá aproveitar do ponto de vista da afirmação da sua posição, marcar a diferença e ganhar influência em assuntos que digam respeito ao Ártico e aos sectores, da energia, do transporte marítimo, da cooperação em termos de segurança e de operações de manutenção da paz (Tunsjø, 2011). Tunsjø (2011) refere, ainda, que numa relação bilateral entre a Noruega e a China centrada na segurança, a primeira poderá desenvolver o papel de facilitador numa agenda marcada por um carácter mais cooperativo entre a China e o Ocidente, incluindo a NATO.



## **CAPÍTULO IV: UM OLHAR SOBRE O FUTURO**

Daqui para o futuro. Reconhecer o presente, os desafios do presente - um presente globalizado - de modo a projectar o futuro.

Neste último capítulo, e em face do que até agora foi referido, impõe-se um exercício de análise prospectiva da Noruega, tendo como pano de fundo o lugar que o país ocupa no palco mundial, com tudo o que isso comporta: de onde vem, onde se encontra e para onde vai ou pretende ir, na certeza de que a contingência das forças profundas que a moldam também a fixam, inexoravelmente, a uma escala temporal discrepante, anacrónica da inerente à acção do mundo de hoje, e determinam a forma como se relaciona com os demais *players* em cada momento.

### **IV.1. GLOBALIZADO E INCONSTANTE: UM MUNDO DE DESAFIOS**

Na inconstância do mundo, os desafios são permanentes. E intercomunicam com grande rapidez. A crise económico-financeira que, em 2008, abalou o mundo – e a Europa, em particular - é um dos acontecimentos marcantes da última década que afectou muitos, de várias formas, em diferentes extensões. A Noruega pertence ao grupo dos que lhe escaparam incólumes, escudada por uma economia dinâmica assente no sector energético do petróleo e do gás.

Com efeito, o papel crucial da indústria petrolífera e do gás no forte crescimento económico registado na Noruega nas últimas quatro décadas remonta a 1971, ano em que o país extraiu petróleo do Mar do Norte pela primeira vez. Desde então, a produção destes recursos energéticos granjeou à Noruega avultados lucros, os quais são acumulados no Fundo Global de Pensões do Governo (FGPG).

Inicialmente designado Fundo Norueguês do Petróleo, renomeado em 2008, o FGPG, propriedade do Ministério das Finanças norueguês e cuja gestão operacional é da responsabilidade do Banco Central, foi criado em 1990 com o objectivo de proteger o país

das flutuações voláteis comuns no mercado do petróleo e do gás, concretamente de compensar a previsão de decréscimo dos lucros provenientes do sector do petróleo na década seguinte. A descapitalização do Fundo será apenas equacionada caso o país venha a enfrentar dificuldades, não podendo, no presente, aproveitar de outro modo aos Noruegueses.

O caso deste Fundo tornou-se um caso paradigmático de sucesso, já que a sua estratégia de investimento daqueles lucros nos mercados financeiros conduziu à sua multiplicação, a ponto de, em Janeiro de 2014, o Norges Bank, o banco central da Noruega, ter divulgado que o fundo soberano de riqueza da Noruega tinha atingido o valor de 5,11 biliões de coroas – aproximadamente 828 mil milhões de dólares ou quase 739 mil milhões de euros -, fazendo de cada cidadão norueguês detentor teórico de quase 166 mil dólares, *i.e.*, de quase 148 mil euros. Este total deveu-se, ainda, à capitalização do Fundo devida ao aumento dos preços do gás e do petróleo durante a crise financeira de 2008. Refira-se, a este propósito, que em Março de 2012, o preço do barril de Brent, petróleo de referência na Europa, atingiu um máximo histórico de cerca de 126,36 dólares, valor inferior aos 147,5 dólares do máximo histórico alcançado em Julho de 2008 apenas devido a uma taxa de câmbio mais desfavorável do euro face ao dólar e não em resultado de um preço de transacção comparativamente reduzido.

O seu sucesso vai, porém, além do seu elevado saldo. Em 2008, o FGPG foi apontado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como um exemplo de fundo de riqueza soberano a seguir, devido a motivos outros, precisamente nos quais esse sucesso radica. A menção surge no âmbito do esforço que aquela organização internacional se encontrava a desenvolver no sentido de estabelecer um conjunto de princípios voluntários de orientação da acção dos fundos de riqueza soberanos, cada vez mais presentes nos mercados financeiros globais - e, por isso, sujeitos a uma necessidade crescente de escrutínio -, imputando ao FGPG norueguês o papel de modelo e de potencial contribuinte de relevo para este fim.

O que da menção do FMI ao Fundo se pode inferir é extremamente relevante, já que reitera aspectos estruturais, reflectindo as forças profundas que moldam a natureza da sociedade norueguesa – e o seu mais puro *soft power*. Segundo o próprio FMI, a sua acção é justificada por um mandato motivado pela preocupação suscitada pela influência da crescente importância dos fundos de riqueza soberanos e das estratégias de investimento activo na estrutura dos mercados financeiros internacionais e na modelação dos preços dos activos em transacção. Se, por um lado, o FMI considera que os horizontes estabelecidos *a la longue* e a ausência de reivindicações devidas a levantamentos iminentes de fundos são características que tornam os fundos de riqueza soberanos instrumentos auxiliares da estabilização dos mercados financeiros internacionais, já que tal fomenta a liquidez dos mercados e reduz a volatilidade dos preços dos activos, por outro, não deixa de os perceber como elementos exacerbadores da instabilidade dos mercados e potenciadores da sua volatilidade, em razão da dimensão significativa que estes fundos apresentam, do seu rápido crescimento e da potencial alteração abrupta das estratégias de investimento adoptadas, associados, em certos casos, a uma ausência de transparência e incerteza em torno do fim dos seus investimentos. O conjunto de princípios a desenvolver pelo FMI deve endereçar questões da esfera da governança pública, da transparência e da imputabilidade [*accountability*] e visa, não só, o fortalecimento das instituições e do enquadramento da política doméstica dos países nos quais estes fundos estão sedeados e facilitar os seus interesses financeiros e macroeconómicos, mas também desdramatizar as preocupações suscitadas nos países que recebem os seus investimentos e promover um sistema financeiro e monetário global aberto.

Para o FMI, o FGPG apresenta sete características que considera serem exemplares e, por isso, modelares a outros fundos de riqueza soberanos, desde logo: (1) o facto de o objectivo do Fundo ser o de apoiar as poupanças do governo e promover uma transferência de recursos intergeracional, ao permitir a gestão, a longo prazo, dos proventos governamentais resultantes do petróleo. O seu relevo no pré-financiamento de despesas com pensões públicas acentua-se em função do previsto envelhecimento da

população na Noruega; (2) o facto de o FGPG funcionar como um instrumento de política fiscal que, em articulação com as linhas de orientação fiscal que estabelecem em 4% dos activos do FGPG o limite do défice estrutural do governo central, limita a despesa pública. Com efeito, estas linhas orientadoras, que remontam a 2001, estabelecem que a taxa estimada de juro a longo prazo é 4%, o que, na prática, corresponde à preservação do capital real do fundo, sendo gastos apenas os juros que dele capitalizam; (3) o facto de o FGPG se encontrar completamente integrado no orçamento do Estado, uma vez que a alocação de fundos faz parte do próprio processo orçamental: o seu capital corresponde aos lucros do petróleo e as suas despesas a uma transferência para o orçamento fiscal destinada a financiar défice orçamental não associado ao petróleo. Este procedimento torna transparente o verdadeiro excedente fiscal orçamental e o uso que o Estado faz dos lucros do petróleo; (4) o facto de levar a cabo uma estratégia de investimento de grande transparência, patente: nos relatórios regulares do Ministério das Finanças sobre o enquadramento de governança, os objectivos do FGPG, a estratégia de investimento, os resultados obtidos e as directrizes éticas; nos relatórios trimestrais e anuais atinentes à gestão do Fundo, incluindo a sua performance e uma lista anual de todos os investimentos; e a publicação detalhada de informação sobre a votação do Fundo em reuniões de accionistas; (5) o facto de os seus investimentos serem realizados exclusivamente no estrangeiro, estratégia que garante a diversificação do risco<sup>80</sup>, bons retornos financeiros e proporciona à economia não associada ao petróleo uma almofada de amortização de choques que possam ocorrer no sector petrolífero e que possam pressionar a taxa de câmbio; (6) o sucesso da sua estratégia de investimento de risco moderado e de alto retorno, que, à data de 2008, se preparava para ajustar o seu *portfolio* de investimentos para o seu novo objectivo estratégico de atingir 60% de activos em equidades e 40% em rendimento fixo, bem como para, gradualmente, se dirigir para o ramo imobiliário, tendo em vista otimizar a relação risco-lucro<sup>81</sup>; e (7) o facto de um conjunto de orientações éticas presidir à gestão dos seus activos, as quais são estabelecidas pelo Ministério das

---

<sup>80</sup> No final de 2007, o FGPG detinha pequenas quotas médias de 0,6% em mais de 7000 empresas em todo o mundo, face ao máximo admitido de 5%.

<sup>81</sup> A estratégia de investimento produziu uma média anual de riqueza real que se cifrava em 4,3%, no período compreendido entre 1998 e 2008.

Finanças, com base em princípios internacionalmente aceites, desenvolvidos por organizações como a ONU e a OCDE. Existem dois instrumentos políticos para a promoção dos compromissos éticos do FGPG: o primeiro corresponde ao exercício dos direitos de propriedade do Fundo nas companhias na qual investe, no sentido de promover uma conduta adequada e responsável, caracterizada pelo respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente, sempre que tal seja consistente com os interesses financeiros do Fundo; o segundo, é a possibilidade conferida ao Ministério das Finanças de decidir pelo não investimento do Fundo em empresas cujas práticas coloquem o FGPG em risco de se tornar cúmplice de actividades inequivocamente desprovidas de ética.

O exposto torna claro que o reconhecimento do papel da Noruega na elaboração de um conjunto de princípios válidos para fundos de riqueza soberanos por parte do FMI é, assim, um reconhecimento do *soft power* norueguês. A importância atribuída ao Fundo enquanto instrumento de uma política fiscal enquanto modelo de gestão de políticas sustentáveis a longo-prazo por parte de outros países dotados de recursos não-renováveis confirma a influência de uma forma de actuar específica que passa a ser apresentada como boa-prática, fazendo estender o seu alcance. A tal acresce que a elevada transparência do FGPG não compromete nem a sua competitividade, nem o sucesso da sua estratégia de gestão de activos – em que se aposta em mercados que se encontram em baixa para reequilibrar os seus *portfolios*. Pelo contrário, esta transparência serve, ainda, de exemplo que abre estratégias que visam, não só, a produção de resultados financeiros, mas também potenciam a liquidez do mercado e a alocação de recursos financeiros, actuando como uma influência estabilizadora. Importa, igualmente, referir que a experiência norueguesa no campo das orientações éticas fornece provas adicionais de que o compromisso com o bem comum não antagoniza com elevados proventos. Este ponto espelha, claramente, e a um só tempo, o fruto da feminilidade, da ponderação com que o povo enfrenta e lida com a incerteza e da primazia da imputabilidade, bem arreigados no carácter norueguês

A experiência da Noruega na gestão do FGPG encontra-se na base do apoio explícito das autoridades norueguesas ao trabalho do FMI quanto aos fundos de riqueza soberanos, mais defendendo que não lhes devem ser dirigidas mais restrições do que aos demais investidores. A pertinência de tal posição acentuou-se particularmente desde que se tornou compulsivo para estes fundos provar que não exercem uma influência nefasta sobre os mercados – ao contrário do que acontece com fundos de investimento de alto risco. Cientes da importância destes fundos – e do FGPG, em particular, o que os coloca à mercê da parcialidade da posição de se ser juiz em causa própria - os Noruegueses não deixam de alertar, porém, para o facto de a restrição de investimentos em fundos de riqueza soberanos associados ao petróleo poderem redundar na redução da extracção petrolífera, o que pode ter um impacte desestabilizador nos mercados petrolíferos.

Em 2012, o país vivia, pois, uma situação confortável enquanto os restantes países europeus ainda se debatiam com a recessão originada pela grave crise financeira de 2008. No entanto, a situação alterar-se-ia quando, em 2014, o preço do barril de Brent encetou uma trajectória descendente que segue ainda hoje. Numa economia tão dependente do petróleo como é o caso da Noruega, os efeitos não se fizeram tardar e não apenas neste sector. Na verdade, uma boa parte da economia desenvolveu-se em torno da construção de infraestruturas necessárias à extracção de petróleo e de gás natural, bem como a *pipelines* que permitam o seu transporte a partir de zonas *offshore* para o continente e demais equipamentos associados, que serviram de apoio ao desenvolvimento de um sector terciário que passou a encontrar-se bastante dependente do segmento da população afecto à actividade do sector petrolífero e do gás natural propriamente dito. Uma queda do valor de transacção do Brent não poderia deixar de acarretar consequências numa economia desta natureza, tão exposta a riscos externos.

Entre as empresas que operam no sector, preocupadas em continuar a garantir a criação de valor num futuro próximo com os preços do barril de Brent já reduzidos a metade no final de 2015, tal panorama gerou, entre as consequências mais imediatas, uma reacção de contenção de custos que se traduziu, em primeiro lugar, na redução de

despesas com o pessoal, concretizada no despedimento de trabalhadores. A este propósito, refira-se que a Statoil, a empresa petrolífera estatal norueguesa, prevê que, em 2016, possa vir a extinguir cerca de 1500 postos de trabalho, confirmando a tendência de aumento da taxa de desemprego que, no pico da crise financeira, em 2009, ascendia aos 2,7%, mas que, segundo dados da OCDE (2016), à data de JAN2015, já se cifrava em cerca de 4%, ainda assim muito distante dos 11% da média europeia. Esta tendência está, entre outros factores, a conduzir a uma acção inédita: pela primeira vez, o Banco Central da Noruega pondera descapitalizar o FGPG de modo a fazer face a um défice governamental crescente, para o qual muito têm contribuído despesas cada vez mais significativas com o sistema de segurança social e com medidas de apoio aos desempregados. Note-se, todavia, que, já antes, a riqueza da Noruega permitia ao país a capacidade de prestar apoio aos seus cidadãos, o que poderá até ter desencorajado alguns de entre estes de empreender uma vida de trabalho activa, se se tiver em conta que um em cada cinco cidadãos noruegueses em idade activa recebe apoio social em vez de auferir um rendimento proveniente de actividade laboral.

A queda no preço do petróleo constituiu, pois, um sinal de alerta para a excessiva exposição da economia norueguesa a riscos externos, confirmada também através dos dados divulgados pela OCDE, no seu mais recente *OECD Economic Surveys: Norway 2016* (2016), que projectam uma perspectiva de crescimento económico lento no futuro próximo, de 1,7% em 2016 e 2,2% em 2017. Tal assinala uma nova era da economia norueguesa e uma nova forma de estar desta sociedade, até agora habituada a um elevado padrão de nível de vida, em que o bem-estar subjectivo, o equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional e um bom ambiente são mais-valias, resultados do modelo nórdico que, orientado por fortes valores sociais como a igualdade e a inclusão, bem como pela ênfase colocada na empregabilidade das mulheres e pelos elevados níveis de confiança na sociedade, tende a produzir reduzidos níveis de pobreza e de desigualdade. Manter este padrão é uma prioridade para os decisores políticos noruegueses, especialmente os que se centram na área económica.

No sentido de devolver à economia a flexibilidade, a competitividade e a produtividade necessárias para sustentar estes padrões, o lançamento do tema da diversificação da economia norueguesa para o centro da agenda político veio resultar no debate público actualmente em curso foi uma acção natural, que decorreu do decréscimo dos lucros provenientes do petróleo nos anos mais recentes e das previsões de desaceleração da actividade dos mercados de petróleo para a próxima década, bem como da perda de competitividade económica registada nos últimos 10-15 anos, primariamente causada pelo elevado custo da mão-de-obra face à média de valores registada internacionalmente, segundo dados da OCDE (2016).

Ainda que a descoberta de novos depósitos de petróleo no Mar de Barents em 2013 surja, numa primeira abordagem, como eventual factor potenciador da revitalização da indústria petrolífera norueguesa, declarações da Primeira-Ministra, Erna Solberg, proferidas durante uma conferência realizada perante a Confederação de Empresas Norueguesas, em Janeiro de 2014, apontam para a necessidade de preparação da Noruega para a era pós-petróleo. Nessa ocasião, Solberg reconheceu a importância do petróleo na construção da prosperidade actual do país, mas indicou, todavia, que o caminho para o futuro radica no conhecimento, tomando este como um factor crucial no desenvolvimento de uma economia forte e flexível, a par de uma gestão adequada da taxa de câmbio, gerando uma almofada amortecedora de choques externos e um crescimento mais equilibrado, à medida que são reduzidos os lucros provenientes do sector petrolífero.

Ainda nessa ocasião, a Primeira-Ministra Erna Solberg descreveu como medíocre o estado da arte no país, e tendo consciência de que não é possível alcançar a excelência em todas as áreas, propugnou, para o futuro da Noruega, um elevado nível de educação geral e a projecção de algumas das suas universidades para um lugar cimeiro a nível mundial. Com efeito, até há em pouco tempo, eram reduzidos os níveis de internacionalização do ensino superior e a própria produção científica do país. Este desafio surge em articulação com a implementação de uma Estratégia Nacional de Capacidades, projecto que torna a Noruega, de novo, um país pioneiro, entre os membros da OCDE, através do qual a



Noruega reconhece que necessita maximizar o seu capital humano e aprimorar as suas capacidades, visando expandir os horizontes de uma economia até agora dependente de recursos naturais e garantir crescimento inclusivo no futuro.

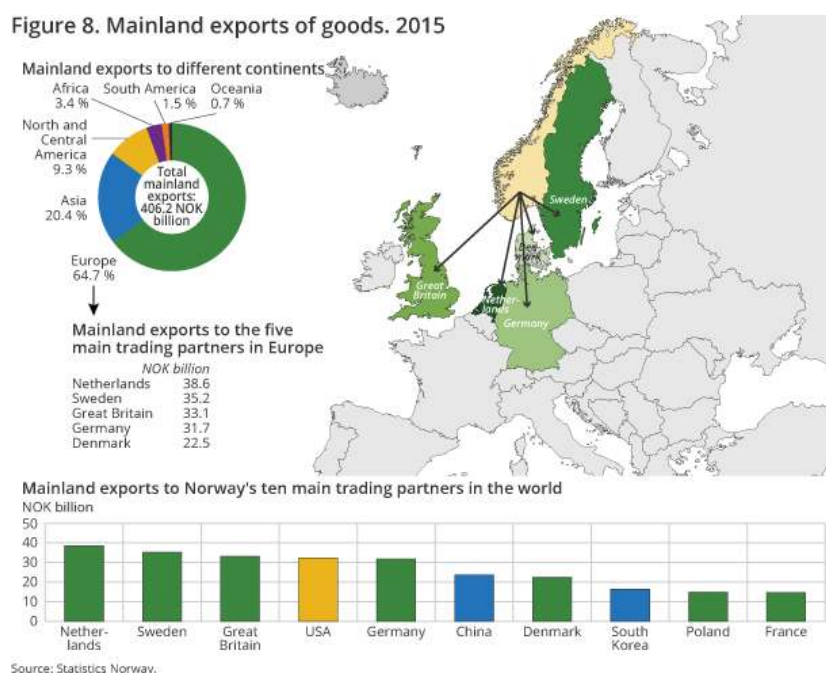
A Estratégia Nacional de Capacidades envolveu o estabelecimento de uma equipa interministerial, que contou com peritos oriundos da área da educação, trabalho, comércio e indústria, governo local e modernização, bem como da área das finanças. O projecto envolveu uma fase inicial de diagnóstico dos desafios com que se depara o sistema de desenvolvimento, activação e aplicação das competências no seu todo e em que participaram empregadores, sindicatos, operadores de ensino e estudantes em que foram realizados *workshops* interactivos em diferentes cidades e de que resultou a identificação de cinco acções principais a desenvolver pela Noruega e cuja implementação contribuirá para colmatar a necessidade do país de aumentar a produtividade, a inovação e a competitividade, sem deixar de estimular a inclusão social. Estas cinco acções são, tal como avançadas pela OCDE (2015): a criação da estratégia nacional propriamente dita, à qual preside uma abordagem transversal ao governo no seu todo; criação de um plano de acção de educação e formação contínuos; fortalecimento da relação entre o desenvolvimento das capacidades e o crescimento económico; construção de um sistema abrangente de orientação de carreira; criação de incentivos à ocupação de áreas de trabalho com falta de recursos humanos.

Mais uma vez, a evidência do carácter colectivo norueguês na modelação da estratégia de desenvolvimento e de afirmação da Noruega – e na base do *soft power* com que a tal procede.

#### **IV.2. ALINHAMENTOS E DIVERGÊNCIAS**

O pano de fundo ora apresentado domina o cenário a partir do qual a Noruega terá, necessariamente, de desempenhar o seu papel, antes de mais na região em que se insere.

Se, por um lado, o Ártico surge como uma zona de acentuado interesse para os variados actores, por outro, a manutenção da paz e de cooperação parece ser um denominador comum da posição de todos quantos ali contracenam, ainda que, como já antes visto, com algumas *nuances* nas linhas que orientam as suas acções. Deste modo, ainda que, por exemplo, a actual posição dos EUA relativamente ao Ártico surja após décadas de interesse morno, eventualmente em resposta à posição mais proeminente que a Rússia parece querer assumir na região, o potencial para a abertura de um conflito armado surge como relativamente limitado. A vontade em procurar sanar diferendos através do recurso a instrumentos legais internacionalmente reconhecidos é disso exemplo, o que também sugere que a busca de um modelo de governança específico para a região ártica não é uma prioridade, dando-se primazia à cooperação internacional centrada em matérias particulares de interesse.



**Figura 15 – Principais exportações de bens da Noruega continental em 2015**  
(Fonte: Statistics Norway, 2016)

A Noruega tem entre os seus principais parceiros comerciais alguns dos países com os quais partilha interesses, designadamente no Ártico. É o caso da Dinamarca e da Suécia – destacados entre os principais cinco parceiros comerciais europeus –, bem como

dos EUA – o quarto país, a nível global, que mais recebeu exportações oriundas da Noruega, cujo valor atingiu um total de 32,2 biliões de coroas norueguesas (cerca de 3,4 mil milhões, o mais alto valor de comércio desde que há registos, um aumento face ao valor de 27,9 biliões alcançado em 2014, também parcialmente impulsionado pela circunstância de um dólar forte (Figura 15).

Todavia, este paralelismo não é uma constatação possível relativamente a todos os Estados árticos, como é actualmente o caso da Rússia, de contornos muito particulares. Em 2015, as exportações da Noruega para a Rússia decresceram cerca de um terço, tendo atingido um valor de apenas 1,7 mil milhões de coroas norueguesas (pouco mais de 180 milhões de euros) contra os 5,2 mil milhões de coroas norueguesas (cerca de 552 milhões de euros) transaccionadas em 2014. Na base de tal diminuição encontra-se, em boa parte, um ano completo de sanções impostas pela Rússia a países europeus, proibindo a importação, neste caso concreto, de marisco e de outros produtos alimentares noruegueses, em resposta à imposição de sanções de países ocidentais à Rússia, na sequência da sua intervenção militar na Ucrânia. A este propósito importa mencionar, porém, que estes produtos noruegueses continuam a chegar às mesas de refeição russas – apenas com mais quilómetros percorridos desde a origem. Tal decorre de um vazio legal que as empresas norueguesas capitalizam e que lhes permite ultrapassar o obstáculo da proibição de produtos europeus pela Rússia, exportando para países como, por exemplo, a Bielorrússia, um dos países a partir do qual os produtos noruegueses encontram uma porta de entrada em território russo. O gesto político que se traduz numa deterioração das exportações da Noruega com destino à Rússia não parece, no entanto, encontrar paralelo noutros aspectos, colocando em xeque a verdadeira natureza da escolha por essa tomada de posição. Veja-se, neste ponto, que as importações norueguesas com origem na Rússia aumentaram em 2015 em cerca de 12,7%, ascendendo a um total de 11,2 mil milhões de coroas norueguesas, *i.e.*, cerca de 1,2 mil milhões de euros (OCDE, 2016).

Também a China é, a par com a Rússia, outro país dos BRICS que viu crescer o seu total de exportações para a Noruega em 2015, que atingiram um valor de 64 mil milhões

de coroas norueguesas (cerca de 6,8 mil milhões de euros), o correspondente a um aumento de 20,4%, sobretudo de vestuário, calçado, maquinaria e equipamento de transporte – telemóveis e computadores incluídos. Sublinhe-se que, no caso da China, esta ocupa agora o sexto lugar na lista dos maiores importadores de produtos noruegueses, pela primeira vez desde que há registos. Este lugar era, em 2014, ocupado pela Dinamarca, destronada em resultado de um aumento de 17,7% nas exportações destinadas ao “Império do Meio” (OCDE, 2016).

O caso da União Europeia é um caso particular. A União Europeia é o principal parceiro comercial da Noruega, segundo dados avançados pela Statistisk Sentralbyrå (2016), destino de 64,7% dos bens exportados<sup>82</sup>, correspondentes a 406,2 mil milhões de coroas norueguesas (cerca de 43 mil milhões de euros) em 2015, contra os 386,7 mil milhões de coroas norueguesas (pouco mais de 41 mil milhões de euros) exportados em 2014. Este aumento nas exportações replicou-se nas importações com origem na União Europeia, que viram em 2015 um incremento de cerca de 9,5% face a 2014, correspondendo a um valor recorde de 614,1 mil milhões de coroas norueguesas (aproximadamente 65,2 mil milhões de euros); sublinhe-se que uma taxa de câmbio particularmente desfavorável à coroa norueguesa relevou para estes totais – com efeito, em 2015, a moeda estrangeira foi vendida cerca de 10,5% acima do valor médio correspondente registado em 2014.

No entanto, e como adiantado *supra*, o paralelismo entre as relações comerciais e um interesse no Ártico adquire, no caso da União Europeia, alguns contornos peculiares. A União Europeia é um dos diversos actores externos que declararam o seu interesse na região. Como tal, surge como natural que empreenda esforços no sentido de influenciar o futuro a seu favor, visíveis, de resto, no interesse manifestado em desenvolver uma política para o Ártico no passado recente. O facto de a União Europeia colocar as questões do Ártico no seio do processo político europeu antes mesmo de proceder ao

---

<sup>82</sup> Todas as mercadorias, à excepção de combustíveis minerais, lubrificantes e materiais associados.

estudo das relações intra e inter-institucionais entre a Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu denotam a dimensão das suas ambições na região.

Entre as razões externas apontadas pela União Europeia para a criação de uma política para o Ártico são apontadas: a importância económica e ambiental crescente da região; o desenvolvimento de políticas para o Ártico por parte da Noruega, dos EUA, do Canadá e, posteriormente, pela Rússia, a par do activismo russo ali registado e do encaminhamento da Gronelândia para a independência. Internamente, esta acção radica em causas como: a necessidade da presença da União Europeia em todas as partes do mundo; fricções entre o Parlamento Europeu, a Comissão e a Alta Representante da União Europeia; ou a dúvida sobre o que a Rússia pretende verdadeiramente da região e sobre o que a Gronelândia vai conseguir gerir. Ainda a nível interno, importa salientar dois outros – não menos importantes - factores: por um lado, as lutas institucionais pelo Ártico, envolvendo instituições como a União Europeia, o Conselho do Ártico, a NATO e a ONU, entre outras; por outro, a alusão à reflexão sobre o sucesso do Alto Norte enquanto política que coloca a Noruega numa posição de charneira entre a EEA, o arquipélago de Svalbard e o Mar de Barents, sinónimo do reconhecimento da Noruega enquanto actor de relevo nesta região por parte da União Europeia e, bem assim, para a prossecução quer dos interesses que lhes são comuns, quer dos seus próprios interesses. Neste binómio poderá, na verdade, residir a dualidade que caracteriza a relação entre a União Europeia e os Estados árticos, e em que se enquadra, de igual modo, a relação da União Europeia com a Noruega em particular. Analisemos, pois, estes aspectos com maior detalhe.

Os primeiros passos dados pela União Europeia em direcção a um envolvimento no Ártico receberam pouca atenção. Atente-se no ano de 1999, o do lançamento da *Northern Dimension*, uma iniciativa conjunta da União Europeia, Noruega, Islândia e Rússia, que se articula em torno de políticas externas e transfronteiriças que abrangem, geograficamente, o Noroeste da Rússia, o Mar Báltico e as regiões árticas, incluindo a região de Barents, centradas nos desafios e oportunidades aí surgidas. Esta iniciativa visa o aprofundamento do diálogo e da cooperação entre a União Europeia e os seus Estados membros, os países nórdicos associados à União Europeia ao abrigo da EEA – caso da

Noruega e da Islândia – e a Rússia. Renovada em 2006, a *Northern Dimension* coloca particular ênfase na subsidiariedade e em assegurar a participação activa de todos os actores no Norte, incluindo organizações regionais, autoridades regionais e locais, comunidades académicas e empresariais, bem como a sociedade civil.

Figuram entre as áreas identificadas como prioritárias para o diálogo e cooperação no âmbito da *Northern Dimension*: economia, negócio e infraestrutura; recursos humanos, educação, cultura, investigação científica e saúde; ambiente, segurança nuclear e recursos naturais; cooperação transfronteiriça e desenvolvimento regional; e justiça e assuntos internos. A cooperação no seio da iniciativa desenrola-se segundo o modelo do estabelecimento de parcerias, existindo, neste momento, quatro, a saber: NDEP – *Northern Dimension Environmental Partnership*, NDPHS – *Northern Dimension Partnership in Public Health and Social Well-being*, NDPTL – *Northern Dimension Partnership on Transport and Logistics* e NDPC – *Northern Dimension Partnership on Culture*. Actividades de outra natureza são desenvolvidas através do NDI – *Northern Dimension Institute* e do NDBC – *Northern Dimension Business Council*. O princípio do co-financiamento está subjacente a este fórum de cooperação, não só através de fundos alocados pelos países participantes, mas também dos instrumentos e programas de financiamento da União Europeia, entre outros.

O lançamento do conceito *Arctic Window*, pelo governo da Gronelândia, em 1999, foi uma das primeiras medidas desenvolvidas em sede da *Northern Dimension* no sentido de enfatizar a dimensão do Ártico nas políticas da União Europeia. O conceito foi inspirado na *Finland's Northern Dimension Initiative*, lançado no clímax da presidência finlandesa da União Europeia, e tem por objectivo a criação de pontes entre países árticos e não-árticos como meio de aprofundamento da cooperação e de contributos para a resolução de questões de interesse comum no Norte. O reconhecimento deste conceito por parte da União Europeia constitui a acção que primeiro marcou o seu envolvimento nos assuntos do Ártico. Porém, o sucesso e a repercussão da iniciativa foram muito limitados, a ponto de apenas uma menção ao Oceano Ártico constar da Estratégia Marítima Integrada da Comissão Europeia, de 2007.

Uma nova abordagem, caracterizada por um direccionamento da União Europeia para o Ártico, surge em Março de 2008, através da sugestão da criação de uma política para o Ártico proposta pela Alta Representante, bem como pelo documento da Comissão sobre as alterações climáticas e a segurança internacional. É nesta sequência que, em Outubro de 2008, o tema é debatido no seio do Parlamento Europeu, culminando na Comunicação da Comissão sobre a União Europeia e a região do Ártico (2008).

A Comunicação pugna não tanto pela criação de novos instrumentos, mas pelo reenquadramento da implementação de obrigações já existentes em novos contextos, adaptados às condições da região, bem como pela não exclusão dos países árticos que integram a União Europeia de quaisquer discussões - em cumprimento do disposto na Declaração Ilulissat - e pela integração do Ártico nas políticas e nas negociações da União Europeia. No documento, a Comissão Europeia propõe, entre outras acções: o acompanhamento estreito das negociações em curso, especialmente em sede de Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, na sigla em Inglês<sup>83</sup>); que a União Europeia adquira o estatuto de observador do Conselho do Ártico; fomentar projectos centrados, especialmente, nos domínios ambiental e energético, no âmbito da *Northern Dimension*; o desenvolvimento de novos programas e cooperação transfronteiriça, tendo em vista a criação de um novo possível enquadramento para a gestão dos ecossistemas; integrar a directiva de enquadramento da Estratégia Marítima Integrada na EEA; e explorar a ideia de um Centro Europeu de Informação do Ártico.

Neste cômputo, releva que as diferentes percepções e níveis de ambição das instituições europeias acabam por conferir particular destaque ao papel do Parlamento Europeu na elaboração da política interna e externa, o qual já tinha sido reforçado após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Ora, sendo as questões do Ártico parcialmente sobreponentes a ambos os domínios, interno e externo, da política europeia, o papel do Parlamento na definição da abordagem da União Europeia ao Ártico não deve ser subestimado. A este propósito, cumpre referir que o Parlamento Europeu propugna um envolvimento mais arrojado da União Europeia no Ártico do que o advogado pela

---

<sup>83</sup> De *United Nations Convention on the Law of the Sea*.

Comissão e pelo Conselho, que consideram esta ambição sobredimensionada, para lá dos limites de uma política europeia para a região, ainda em desenvolvimento. Outros constrangimentos institucionais internos constituem um óbice parcial ao processo de afirmação e de aceitação da União Europeia enquanto actor na região, desde logo o facto de a União Europeia não ser um actor unificado no Alto Norte, porquanto, por vezes divergem, os interesses de cada um dos Estados membros envolvidos, independentemente do potencial de harmonização inerente a iniciativas como a *Northern Dimension*. Na verdade, e a título ilustrativo, enquanto alguns se encontram primariamente interessados no transporte marítimo, para outros releva o sector das pescas, divergindo ainda estes do interesse da União Europeia no seu todo, à qual poderá interessar o potencial relativo à área dos transportes, enquadrado pela estratégia para o Ártico, em vista da proximidade dos laços económicos entre a Europa e a Ásia Oriental.

As conclusões preliminares do programa levado a cabo pelo IFS, já mencionado neste trabalho, apontam para que, no sentido de ultrapassar tensões entre as visões supranacionalista e intergovernamentalista no processo de elaboração de políticas europeias, a União Europeia deva centrar-se, antes de mais, nas questões relativas às posições dos Estados membros. Neste aspecto, o papel da Dinamarca é mencionado como assumindo especial sensibilidade, tendo em conta que lhe é exigida a conciliação dos seus papéis, interesses e responsabilidades enquanto Estado costeiro do Ártico e Estado membro da União Europeia. O mesmo estudo sublinha, ainda, o papel-chave que a Alemanha desempenha nos processos europeus relevantes, o que concorre para a sua importância neste programa, chegando mesmo a ser avançado o carácter único deste país enquanto actor com capacidade para empatizar com a Noruega e de solucionar questões de jurisdição que possam, entretanto, agudizar-se, o que também constitui prova da importância que a União Europeia atribui à Noruega enquanto actor no desenvolvimento das suas políticas para a aquela região. Note-se, porém, que esta empatia poderá não constar da lista de prioridades da Alemanha, já que o Ártico consta como uma questão de terceiro plano na sua agenda política.



Em linha com o disposto no estudo *supra* referido, o pacote aprovado pelo Parlamento Europeu comporta, pois, três projectos principais centrados: no potencial papel do Alto Norte na política energética da União Europeia, tendo em conta a actual preponderância dos interesses nacionais dos Estados membros, em detrimento de uma posição europeia comum; na política dos Estados membros relativamente a assuntos legais do Alto Norte e na perspectiva de uma posição europeia comum, com particular foco na zona de protecção pesqueira e na plataforma continental em redor de Svalbard; e na evolução da percepção da relevância da segurança militar do Alto Norte por parte da União Europeia e dos seus Estados membros, a par do diálogo entre a Noruega, a União Europeia e os Estados membros individuais.

Estes desígnios encontram expressão na Resolução do Parlamento Europeu sobre a governança do Ártico, adoptada a 09 de Outubro de 2008. Nela é mencionado o incidente com a bandeira russa, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), aspectos relacionados com o gás natural e o petróleo e o aquecimento global, bem como os efeitos deste fenómeno na vida das populações nativas e da vida selvagem do Ártico. A Resolução pretende, ainda, evidenciar os laços que unem a União Europeia ao Ártico, reforçando o assento, no Conselho do Ártico, de três Estados membros da União Europeia – Dinamarca, Finlândia e Suécia – e de dois Estados membros da EEA – Islândia e Noruega e sublinha a inexistência de normas e regulações específicas para a governança do Ártico, região cuja navegabilidade ou exploração comercial tinha antes sido equacionada. Expressando cuidado para com o ambiente, trânsito, e uma política de energia e de segurança no Ártico, o Parlamento Europeu: afirma a vontade de inscrever uma menção especial ao Ártico na Conferência sobre as Alterações Climáticas de Copenhaga<sup>84</sup>; sugere que a União Europeia diligencie no sentido da obtenção do estatuto de observador no Conselho do Ártico; delineia a base para a Comunicação da Comunicação Europeia sobre o Ártico; e propõe a criação de um tratado internacional para a protecção do Ártico a partir do Tratado da Antárctida.

---

<sup>84</sup> Que viria a decorrer a 17 e 18 de Dezembro de 2009.

A Comunicação da Comissão, datada de 20 de Novembro de 2008, intitulada “A União Europeia e o Ártico” é, a seu modo, mais um contributo que visa endereçar questões associadas aos desafios que o Ártico enfrenta, através da criação de uma política da União Europeia para o Ártico. Este instrumento deverá permitir uma melhor coordenação das políticas europeias em áreas como o ambiente, energia, investigação, pescas e relações externas, num registo que a Comissão propugna que seja marcado pelo espírito de diálogo aberto com os Estados árticos, com as populações que habitam a região ártica e demais actores de relevo. Serão três os principais objectivos desta política: promover o uso sustentável de recursos; contribuir para uma mais capacitada governança multilateral do Ártico, bem como a protecção e preservação do Ártico em uníssono com a sua população.

O desenvolvimento dos processos aqui citados tem sido, porém, objecto de contínuo desgaste, na medida em que a posição europeia encerra, em si mesma, uma multiplicidade de aspectos que se sabotam entre si e que comprometem o alcance dos objectivos propostos, designadamente o da obtenção do estatuto de observador permanente do Conselho do Ártico. As exigências consignadas na Política da União Europeia para o Ártico, adoptada pelo Conselho Europeu em 2008, foram mal acolhidas por alguns dos Estados que integram este fórum, designadamente pelo Canadá, e que continuam a opor-se à atribuição deste estatuto. Está em causa, por exemplo, a aprovação da proibição do comércio de produtos de foca pelo Parlamento Europeu, acção que o Canadá considera inadequada e desconcertante, argumentando que a mesma inflige danos ao modo de vida dos povos indígenas do Ártico. A oposição canadiana foi, de resto, explicitamente afirmada numa declaração emitida a 29 de Abril de 2009 por Lawrence Cannon, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá à data, na qual refere que *“(...) as long as this European Union doesn’t have the required sensitivity to the needs of northerners, I see no reason why they should be [...] a permanent observer on the Arctic Council”* e cuja possível intenção de dissuasão de uma aprovação da medida não surtiu qualquer efeito, porquanto a mesma tomou lugar a 05 de Maio de 2009.

A 08 de Dezembro desse mesmo ano, o Conselho Europeu divulga, ainda, as suas conclusões relativas a questões do Ártico, baseadas na Comunicação da Comissão de 2008, no que considera ser o passo seguinte no processo de “formulação gradual de uma política sobre assuntos do Ártico que endereça os interesses e as responsabilidades da União Europeia, ao mesmo tempo que reconhece os interesses e direitos legítimos dos Estados membros no Ártico”. O documento, que traça as linhas orientadoras para a formulação de uma política para o Ártico pela Comissão, desenvolve-se em 23 pontos, alguns de carácter geral, outros de reiteração de posições prévias, e ainda outros que consistem em propostas de acções concretas, que apoiam três objectivos principais da proposta de política já anteriormente apresentada pela Comissão, a saber: protecção e preservação do Ártico; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; e contribuição para uma governança capacitada.

No que diz respeito ao objectivo de protecção e preservação do Ártico, destaca-se a ênfase colocada na importância de apoiar o desenvolvimento sustentável das populações indígenas, incluindo através do apoio ao seu tradicional *modus vivendi*<sup>85</sup>; bem como o convite do Conselho endereçado aos Estados Membros e à Comissão para que apoiem os esforços de protecção aos ecossistemas do Ártico, encorajando os Estados Árticos a desenvolver áreas marinhas protegidas<sup>86</sup>, instando, ainda, a Comissão para que apresente um plano de trabalho visando a monitorização, investigação e restrição do uso e da destruição de químicos perigosos libertados no Ártico<sup>87</sup>. Quanto à utilização sustentável de recursos, o Conselho sublinha que a implementação de uma Política Marítima Integrada sobre a recolha de recursos marinhos vivos do Ártico deverá ser gerida com base em aconselhamento científico como parte integrante de uma perspectiva de ecossistema. Advoga, ainda, a proibição temporária de pescas nas águas árticas que ainda não se encontram abrangidas por um sistema internacional de conservação<sup>88</sup> e exorta a Comissão e os Estados membros a examinar as possibilidades de endosso das

---

<sup>85</sup> Ponto 3 do documento em referência.

<sup>86</sup> Ponto 5 do documento em apreço.

<sup>87</sup> Ponto 9 das Conclusões em apreço.

<sup>88</sup> Ponto 10 do documento em referência.

Linhas Orientadoras do Petróleo e do Gás do Conselho do Ártico de 2009<sup>89</sup>. No que se refere à governança, o Conselho apoia as candidaturas de Itália e da Comissão ao estatuto de observadores permanentes do Conselho do Ártico<sup>90</sup> e saúda a correcção da IMO às já existentes linhas orientadoras para a operação de embarcações em águas polares, bem como o acordo para o desenvolvimento de um novo instrumento obrigatório para estas mesmas embarcações<sup>91</sup>. No capítulo da governança, o Conselho reitera, ainda, os direitos e as obrigações relativas a bandeiras, portos e Estados costeiros consignados no Direito internacional no âmbito da liberdade de navegação, do direito à passagem franca e à passagem em trânsito, sublinhando que irá proceder à monitorização da sua observância<sup>92</sup>.

São muitas, pois, as boas intenções da União Europeia na concretização de uma política comum que reverbere junto dos que têm interesses directos no Ártico. Mais difícil, porém, será alcançar uma posição e uma voz únicas também neste domínio, tarefa que não se prevê de conclusão previsível nas décadas mais recentes, a menos que um evento natural de consequências drásticas com repercussões a nível global tome lugar e, aí, o veio humano e o engenho necessário à sobrevivência da espécie humana se sobreponham aos demais diferendos motivados pela defesa de interesses individuais dos Estados membros ou de um estatuto de defensor legítimo de princípios susceptíveis de colidirem com a acção coordenada e empática com todos quantos os que têm uma presença directa no Ártico, como é o caso da questão previamente mencionada envolvendo o Canadá.

A relação da União Europeia com a Noruega desenvolve-se, necessariamente, em torno de um eixo de cooperação, ancorado no facto de a Noruega ser um Estado ártico que pertence à EEA e ao qual interessa manter-se com algum grau de alinhamento com a União Europeia no que se diz respeito a assuntos vários: desde a imigração ao comércio, do ambiente à energia. No entanto, e no que se refere à energia em particular, esse papel

---

<sup>89</sup> Ponto 4 das Conclusões em apreço.

<sup>90</sup> Ponto 17 do documento em referência.

<sup>91</sup> Ponto 12 do documento em referência.

<sup>92</sup> Ponto 16 do documento em apreço.

é partilhado com a Rússia, actor-chave para a segurança energética da União Europeia, dada a incerteza quanto à dimensão da base de recursos nas zonas norueguesas na região. *Business as usual...*

#### IV.3. ANÁLISE PROSPECTIVA SOBRE A NORUEGA DO SÉCULO XXI

O Ártico representa um pólo de elevado interesse para a Noruega. O discurso de Vidar Helgesen, antigo Ministro da EEA e das Relações com a União Europeia, proferido em Bruxelas, a 15 de Junho de 2015, no âmbito de um seminário sobre investigação, invasão e tecnologia espacial no Alto Norte<sup>93</sup> é disto prova. Não é por acaso que Vidar Helgesen sublinha que: 10% da população norueguesa habita a Norte do Círculo Polar Ártico; 80% das áreas marítimas norueguesas se situam nessa região; 80% do tráfego marítimo atravessa águas norueguesas; cerca de 90% dos lucros resultantes das exportações resultam de recursos e de actividades económicas offshore; e que a taxa de crescimento económico na região ártica da Noruega é superior à registada no resto do país, sendo que, nos próximos anos, é esperado um incremento das exportações na ordem dos 6 a 7%.

Estima-se, pois, que a Noruega continue a colocar o Ártico como uma das suas prioridades de política externa. No discurso mencionado *supra*, Helgesen foi claro quanto à forma como o país perspectiva a região: terra de grandes oportunidades e de grandes responsabilidades, na qual a Noruega tem importantes interesses a salvaguardar.

O futuro próximo da Noruega poderá ser marcado pela intensificação da pressão decorrente de uma série de questões que carecem de resolução no Alto Norte, concomitante com a expansão das actividades económicas nesta região. Entre estas questões, refira-se, a título exemplificativo, a existência de oito diferendos fronteiriços bilaterais envolvendo os oito Estados do Ártico. Para a Noruega, são questões de especial sensibilidade as que envolvem a Rússia, como já previamente mencionado no presente trabalho, em particular as que envolvem a linha de delimitação marítima entre ambos os países e o diferendo que mantém quanto a alguns aspectos do Tratado de Svalbard, designadamente o da extensão mais setentrional das plataformas continentais do Ártico, assunto que ainda se encontra em aberto.

---

<sup>93</sup> Organizado pela delegação norueguesa na União Europeia em cooperação com o Conselho de Investigação da Noruega, o Centro Espacial norueguês e o Gabinete Europeu do Norte da Noruega.

Se, por um lado, a reiterada referência à assinatura do Tratado de Delimitação Marítima e de Cooperação entre a Noruega e a Rússia, em 2010, como paradigma da importância da existência de fronteiras claras e inequívocas e do sucesso da aplicação da lei internacional na resolução de disputas, designadamente territoriais, é uma pedra angular neste contexto, constituindo um sinal claro da intenção da Noruega em continuar a primar pela projecção de uma imagem em que o *soft power* é marca constante, por outro, esta marca não é única. Nuances outras há que a matizam de um pendor característico de posições mais duras. Neste conspecto, não é despiciendo o facto de, no passado recente, a Noruega se ter tornado um dos países membros da NATO com maior gasto *per capita* em defesa, nem o de as suas forças armadas terem sido objecto de um processo modernizador centrado, mormente, na sua capacitação com meios de destacamento de ponta. Tais factos tornam-se ainda mais significativos se articulados com o facto de terem tomado lugar sob a liderança de Jens Stoltenberg, actual Secretário-Geral da NATO<sup>94</sup> e outrora Primeiro Ministro da Noruega, já então comprometido com os desafios de segurança colocados ao território dos Aliados, designadamente através de frequentes apelos dirigidos à NATO para este foco. O Ártico estará, certamente, nele incluído.

No entanto, os dados disponíveis até aqui postos em perspectiva apontam para que, pelo menos no futuro próximo, o risco de conflito armado no Ártico permaneça reduzido. Assim o sugere a preferência manifestada pelos Estados árticos por uma abordagem cooperativa baseada no Direito Internacional para a resolução de diferendos e para a regulação das actividades desenvolvidas na região, sobretudo centrado em matérias de *soft security* e de *safety*, como atestado pela assinatura de acordos internacionais vinculativos em sede de busca e salvamento e a negociação de acordos internacionais sobre derrames de combustível e respectiva resposta. Contudo, se a forma e o formato de cooperação internacional de segurança a desenvolver no Ártico já foram objecto de debate, uma discussão exaustiva é ainda necessária em torno de pontos como uma moldura de segurança colectiva a aplicar pelos Estados árticos na emergência de

---

<sup>94</sup> Desde 01 de Outubro de 2014.

desafios regionais de segurança, na vertente *security*. Justificadas, assim, estão as declarações de Helgesen quanto à criação de uma política ambiciosa para o Ártico que encontra na paz, na estabilidade e na cooperação internacional âncoras fundamentais à necessária à criação de riqueza e ao desenvolvimento sustentável na região, assentes no Direito do Mar como moldura legal internacional e institucional reconhecida a aplicar na resolução de desafios que possam eventualmente surgir, indicando o trilho a seguir pela Noruega.

As próximas décadas testemunharão, com elevado grau de probabilidade, alterações ambientais e significativas no Ártico, que deverá tornar-se palco de acrescidas interações comerciais, humanas e inter-estatais com significativo impacto para a Noruega. A intensificação da exploração de hidrocarbonetos, o transporte marítimo e o ecoturismo são apenas algumas das actividades cujo desenvolvimento se prevê, paralelamente à criação de novas rotas de navegação em consequência do derretimento da massa de gelo polar a um ritmo que excede previsões científicas e climáticas prévias. Enquanto Estado ártico, a Noruega assumirá o duplo papel de observador e protagonista da concretização de um novo cenário.

Dados da Agência Internacional da Energia apontam para que as necessidades globais de energia aumentem 35 a 40% nas próximas duas décadas. Perspectiva-se que, nas próximas décadas, o sector energético continue a constituir um dos pilares sobre os quais assenta a economia norueguesa. O Ministro do Petróleo e da Energia da Noruega, Tord Lien, anunciou, a 24 de Abril de 2015, o início de negociações com a *European Surveillance Authority* (ESA), a autoridade de vigilância da *European Free Trade Association* (EFTA), tendo em vista a obtenção de apoio financeiro estatal para o desenvolvimento do campo Johan Casterberg<sup>95</sup>. Localizado no Mar de Barents, a cerca de 100 quilómetros a Norte do campo de gás Snøhvit, o campo Johan Casterberg destina-se à

---

<sup>95</sup> O apoio estatal a qualquer indústria é regulado através de acordos especiais e não pode ser automaticamente concedido a sectores como, por exemplo, o sector energético. O alívio fiscal atribuído à unidade de produção da Statoil Snøhvit LNGem Hammerfest, em 2001, é um exemplo de um projecto apoiado pelo Estado que foi questionado pela ESA.



construção das infra-estruturas necessárias ao transporte de petróleo desde esse local para um terminal costeiro em Hammerfest, a nova capital para o desenvolvimento do sector do petróleo e do gás na região norueguesa do Mar de Barents. A acentuada queda dos preços do petróleo registada em 2014 e em 2015 conduziu, porém, à suspensão do projecto de desenvolvimento. A viabilidade do campo viu-se, ainda, comprometida pela descoberta de uma quantidade de recursos inferior à estimada, insuficiente para a auto-sustentabilidade da manutenção das infra-estruturas de transporte e de armazenagem do campo em apreço, segundo declarações de Arne Sigve Nylund, vice-presidente executiva da Statoil para o Desenvolvimento e Produção, proferidas em 2014. O Ministro espera, assim, que a Statoil apresente um plano de desenvolvimento mais positivo, bem como a criação de mais postos de trabalho *onshore*. A continuação da aposta da Noruega no sector energético associado aos combustíveis fósseis encontra-se, ainda, plasmada no plano de construção de um terminal de petróleo em Veidnes, junto ao Cabo Norte, do qual se espera que contribua para a criação de cerca de 30 postos de trabalho directos e de aproximadamente de 90 indirectos. O avanço mais recente remonta a 14 de Março de 2016 e diz respeito ao início da produção de petróleo no campo de exploração *offshore* Goliat, operado pela italiana ENI em águas norueguesas. Estas são as primeiras instalações cilíndricas flutuantes para produção, armazenamento e descarregamento da plataforma continental norueguesa, tendo sido projectada à medida das condições árticas.

Por outro lado, este Ártico, cujas reservas energéticas pesam no todo do sector energético global, é o mesmo Ártico que se debate com crescentes necessidades energéticas para as extrair. No presente, a energia que abastece as povoações e diversos sítios de exploração de minérios no Ártico é produzida por geradores alimentados a combustível fóssil, processo de que não só resultam níveis substanciais de poluição, mas também tem em risco a sua sustentabilidade. Efectivamente, quanto maiores as necessidades energéticas, mais elevado o preço do combustível e, por conseguinte, do custo da produção energética.

A procura de soluções alternativas que garantam uma resposta eficaz e eficiente para os desafios energéticos do Ártico tem sido uma das questões abordadas pela

indústria associada às áreas de investigação e desenvolvimento, apostada em apresentar soluções que contemplam, simultaneamente, a protecção ambiental e a redução e racionalização dos custos associados à produção de energia. Esta era já uma preocupação da Noruega, que vai ao encontro dos desígnios do país para o futuro, entretanto plasmados na nova estratégia anunciada em 2014, a qual privilegia o reforço da aposta na inovação e na investigação e desenvolvimento como contributo para garantir a sustentabilidade dos elevados padrões de desenvolvimento humano alcançados nas últimas décadas, agora numa nova fase de reajustamento, de menor dependência do sector petrolífero, tendo em conta as flutuações indesejadas do preço de mercado, bem como a necessidade de reduzir a emissão de gases poluentes.

Na verdade, já em 2011, Tobias Boström, investigador no *Northern Research Institute*, em Narvik, dava conta dos avanços registados num projecto conjunto da Noruega, Suécia e Finlândia<sup>96</sup> centrado na construção de uma central de energia solar rentável a alta latitude, gizado após a constatação de que alguns locais junto ao Círculo Polar Ártico recebem mais horas de luz solar por ano do que locais situados em latitudes menos elevadas<sup>97</sup>. O desafio trata-se, na verdade, de maximizar a vantagem que resulta da relação do aumento da eficiência dos painéis solares com o decréscimo da temperatura ambiente, para contornar os obstáculos que representam as longas noites inverniais e a variação do trajecto estival do Sol típicos de latitudes elevadas, bem como os que ali decorrem da neve e do gelo<sup>98</sup>. Dados resultantes de detalhadas simulações computadorizadas são claros no potencial solar significativo que exibem, a ponto de uma empresa local que opera no sector da energia, a PiteEnergy AB, ter aderido ao projecto e aceitado a montagem da central junto às suas instalações, que se estima vir a produzir

---

<sup>96</sup> Envolvendo, concretamente, o Northern Research Institute (Noruega), o Kemi-Tornionlaakso Municipal Education and Training Consortium (Finlândia), a Luleå Technical University (Suécia) e a PiteEnergi AB (Suécia). O projecto é apoiado pelo Nordic Energy Research.

<sup>97</sup> É o caso da pequena vila de Piteå, na Suécia, situada a cerca de 100 quilómetros a Sul do Círculo Polar Ártico, junto ao Golfo de Bótnia.

<sup>98</sup> A solução passa pela utilização de um sistema de localização solar biaxial que movimenta os painéis de modo a que estes mantenham um ângulo recto face à luz solar incidente. Uma vantagem deste sistema consiste no facto de o efeito ser cada vez mais positivo com o aumento da latitude.

cerca de 28 MWh anuais, suficientes para preencher as necessidades energéticas dos escritórios da empresa.

A corrida é feroz, porém, e a Noruega terá de continuar a enviar empenhados esforços para criar vantagens competitivas em termos económicos e de inovação face aos demais Estados com interesses directos na região. Uma das últimas respostas aos desafios energéticos do Ártico vem da Rússia, pela mão da empresa russa OKBM, tem por nome “Akademik Lomonosov” e designa uma central flutuante de energia nuclear, dotada de dois reactores navais modificados<sup>99</sup>. Esta característica torna a embarcação capaz de produzir um total de 70 Megawatts (MW) de electricidade ou 300 MW de calor, valores que ultrapassam largamente os 26 MW da capacidade geradora da central da mina de ouro da Agnico Eagle Mining Ltd.’s Meadowbank, sita em Nunavut, e de longe os 12 MW da central de energia que abastece a cidade de Iqaluit. A entrega da embarcação russa ao porto de Pevek, na Sibéria, onde habitam cerca de 4000 pessoas, está prevista para 2016.

Uma solução do mesmo tipo foi também defendida por Peter Lang, presidente da Dunedin Energy Systems, empresa canadiana de Ontário que lidera o desenvolvimento de pequenas centrais nucleares flutuantes capazes de gerar, a baixo custo e sem emissão de gases poluentes, electricidade e calor destinados às indústrias de extracção de recursos e a comunidades radicadas em locais remotos e isolados. Num simpósio dedicado a temas do sector mineiro, ocorrido em 2015, na cidade de Nunavut, Peter Lang afirmou que a sustentabilidade da actual tecnologia de produção energética com base em combustível fóssil não se coaduna com a rentabilidade da exploração mineira no Ártico a uma maior escala de desenvolvimento, para cujo sucesso a energia nuclear - limpa, segura e portátil - é, na sua opinião, um factor-chave. Esta solução encerra, porém, elevado potencial para

---

<sup>99</sup> O conceito de colocar pequenos reactores a bordo de embarcações movidas a energia nuclear não é totalmente novo, já que o mesmo tem vindo a ocorrer desde o baptismo do USS Nautilus, em 1955. Também entre 1968 e 1976, um gerador nuclear de 10MW foi colocado a bordo da barça Sturgis, no Canal do Panamá, para fazer face à perda de geração hidroeléctrica devida ao desvio da água para que o canal pudesse comportar o aumento do tráfego de embarcações militares durante a Guerra do Vietname e o encerramento do Canal do Suez. A barça foi retirada em 1976, por receio da ocorrência de actos de violência durante negociações entre os EUA e o Panamá relativas a um tratado sobre o Canal em apreço.

contestação por parte da sociedade civil, pelo perfil que apresenta enquanto potencial alvo de atentados terroristas, bem como por parte de organizações de defesa do ambiente, tendo em conta os riscos de contaminação na sequência de eventuais incidentes nucleares, agravados pela insuficiência de infra-estruturas que permitam uma resposta eficaz, em tempo útil. Por outro lado, em compensação, a mesma solução contempla, concomitantemente, ampla margem de projecção para a Noruega e para o reforço do seu *soft power*, desde logo como país que empreende em soluções de bem-querer a toda a Humanidade como poderá ser o caso da central de energia solar. Com a vantagem da universalidade do Sol e da dificuldade que existe em restringi-lo por questões de conveniência geopolítica e geoestratégica, face a circunstancialismos geográficos outros, de outra natureza, já que o Sol quando nasce, nasce para todos...

O estabelecimento do secretariado do Conselho do Ártico em Tromsø, em 2012, é mais um passo em frente no sentido da afirmação da Noruega enquanto actor regional e no que se entende ser uma tendência a manter – a da participação em organizações internacionais. Estima-se, ainda, que a Noruega continue a privilegiar este fórum no que se trate de cooperação internacional em torno de questões atinentes ao Ártico. O alinhamento da Noruega com as prioridades estabelecidas pelos EUA aquando da assumpção da presidência do Conselho do Ártico, na reunião havida em Iqaluit, em Abril de 2015, são disso exemplo.

A gestão das relações diplomáticas entre a Noruega e os restantes Estados que compõem o Conselho do Ártico é, porém, mais complexa, sobretudo no actual enquadramento internacional, ainda marcado pela intervenção militar da Rússia na Ucrânia. As violações do Direito Internacional da Rússia na Ucrânia não deixaram à Noruega outra escolha senão só a do alinhamento com demais parceiros internacionais como a União Europeia, no sentido da aplicação de sanções contra o país infractor.

A relação com a Rússia tem sido frequentemente enaltecida pela Noruega em vários domínios. Inclui-se aqui o sector das pescas, com quem a Noruega partilha a responsabilidade pela sustentabilidade da maior reserva de bacalhau do mundo, no Mar de Barents, gerida com base em dados científicos, apontados como a única forma de a

tornar uma gestão idónea. Sublinhe-se que esta área de actividade representa um interesse maior para a Noruega: Helgesen refere que, de 2013 para 2014, o valor das exportações de bacalhau pescado em águas norueguesas aumentou cerca de 20%. No entanto, a opção pela implementação de medidas restritivas à Rússia era, para a Noruega, quase uma inevitabilidade, porquanto deveria à coerência enquanto actor promotor da paz e defensor da aplicação dos princípios básicos do Direito Internacional vigente na resolução de conflitos comuns, para além de que, a sua localização geográfica relativamente à Rússia, aguerrido vizinho, a impele a manifestar esta mesma apreciação, num provável ímpeto dissuasor de eventuais projectos de incursão sobre território e recursos noruegueses.

Argumentos como a preservação dos benefícios de iguais condições de concorrência e de iguais direitos de participação no mercado interno europeu que a Noruega obtém enquanto membro da *European Economic Area* (EEA) poderão, de igual modo, ter influenciado esta tomada de posição. Outros fóruns como o Conselho dos Estados do Báltico e o Conselho Euro-Ártico de Barents foram, ainda, adiantados por Helgesen como centros de cooperação a privilegiar para o futuro neste contexto. Por seu turno, a Noruega comprometeu-se a envidar esforços no sentido de agilizar a formalização do estatuto da União Europeia enquanto observador do Conselho do Ártico e, assim, tenha assento junto aos novos membros acolhidos com esse estatuto na reunião ministerial de 2013. A Noruega já reiterou a sua manifestação de apreço pelo interesse que o Ártico tem vindo a despertar junto de Estados não-árticos das mais diversas geografias, tentando granjear aliados no que poderia ser uma eventual adversa competição numa arena glacial que prefere ver como de cooperação entre a Europa, a Ásia e a América do Norte, fértil em novas oportunidades.

O apoio da Noruega à entrada de novos actores no palco ártico poderá constituir uma forma de suavização do papel que as grandes potências tradicionais desempenharão na região e uma manobra de sensibilização para a importância que considera continuar dever a ser dada às autoridades locais e regionais, organizações não-governamentais que promovem a protecção ambiental, bem como às populações indígenas, para que

continuem a desenvolver e a prosseguir as suas próprias agendas. O respeito pelo modo de vida e pela experiência existente no desenvolvimento do conhecimento científico é considerado pela Noruega como um factor de maior importância, pelo que a pulverização dos actores interessados poderá facilitar este processo.

As correntes do Atlântico Norte, bem como as condições de temperatura e de gelo tornam o Ártico uma região com condições ímpares para cada um dos Estados árticos, tornando desiguais as possibilidades que a cada um oferece. É do interesse norueguês a harmonização das actividades ali desenvolvidas, pelo que a palavra de ordem é cooperação e respeito para o desenvolvimento sustentável da região por parte de grandes empresas do sector energético, muitas estatais, do sector pesqueiro, em sectores com potencial de crescimento significativo, como é o caso das do sector do transporte marítimo, do segmento turístico, das pescas, dos minérios e da tecnologia espacial.

Na área da tecnologia espacial em particular, a Noruega advoga para o Ártico o papel de líder mundial, atribuindo mais-valias às elevadas latitudes do arquipélago de Svalbard e aos centros de investigação sitos na Noruega setentrional a designação de *cluster* de investigação espacial do país. De resto, um dos objectivos declarados por Helgesen é o de tornar o Ártico norueguês uma das regiões com maiores índices de inovação a nível global, tendo na União Europeia um dos principais parceiros, já de longa data, porquanto remonta há décadas atrás a presença de cientistas europeus em Svalbard, dadas as condições naturais favoráveis ali registadas, o fácil acesso do arquipélago e o desenvolvido sistema logístico e de infra-estruturas. É intenção expressa do governo norueguês o aprofundamento da coordenação e da partilha de infra-estruturas em Svalbard, no sentido de levar mais além o desenvolvimento do arquipélago como plataforma internacional de investigação em compromisso com a redução da pegada ecológica no ambiente, cada vez mais verde reflectindo na terra o verde boreal celeste...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Noruega, país de pequenas dimensões, tem-se revelado um actor discreto, porém influente, na arena internacional. Mar, montanhas, viagens, bravura, arrojo, eficiência, organização, ponderação, clareza, rigor, determinação, solidez, (re)conciliação, tolerância, prudência, paz, humanização, sensibilidade, sensatez, discrição, inovação e visão [*no sentido visionário do termo*] são exemplos de palavras que poderíamos associar ao país e ao seu carácter, atenta a sua História e o seu modo de estar, antes e agora.



É uma força profunda, o carácter de um povo. Também o é a sua religiosidade, a língua, desde a forma como cada um dos seus elementos sente no corpo a mobilização dos músculos para produzir sons inteligíveis com essa qualidade particular, reverberando em cada ser humano em sentimentos únicos, diversos dos gerados quando produz um discurso noutra língua, criando filtros adicionais singulares, moldando a sua forma de perceber, decodificar e interpretar o mundo. E também a geografia. Profundíssima.

O futuro da Noruega, ancorado no passado de uma força profunda como a geografia e no que esta proporciona, é feito de mar e da vontade de explorar, de inovar e de conseguir ir mais além fazendo do que se tem em cada momento uma vantagem – desta vez, é o Ártico um dos focos que recebe o privilégio da atenção deste país. O futuro da Noruega é também um futuro feito de terra, de montanhas e da vontade de se manter firme, coeso e preservante nas suas intenções como por diversas vezes, tem demonstrado conseguir ser. Discretamente avassalador na presença da sua afirmação. Paciente e compreensivo, como é tão necessário quando se trata de conversar, de negociar, de querer entender o outro e trazer o melhor de si e dos outros ao mundo, num registo de paz e de desenvolvimento, de cooperação a bem do bem comum e cuidadoso em evitar a sua tragédia – a sua e a de todos.

*Soft power* é palavra-chave. A Noruega não hesitará em continuar a fazer dele uma bandeira - não só como um objectivo, mas como um percurso. A orientação agregadora, sempre norteada pela capacidade de manter presentes os seus melhores interesses, certamente trará a todos resultados positivos e a convicção de que a paz prevalecerá. A vontade de se envolver activamente na arena global, alinhada com os actores que, em cada momento, percepcione de mais-valia num conhecimento mais apurado e aprofundado dos movimentos da teia internacional continuará a frutificar. O momento é exigente para todos, porém, também para a Noruega. A conjuntura internacional, conjugada com desafios internos actuais – alguns que dela decorrem – e futuros, resultantes de necessidades de reajustamento a situações mais adversas não tem sido propício ao envolvimento da Noruega nas mesas de negociações mais quentes no presente. O trabalho em prol da paz não deixará, todavia, de ser uma prioridade da política norueguesa e um gosto que preenche a natureza deste povo.



Acenar com a possibilidade de uma resposta a registar nos arquivos *de hard power* através de um alinhamento com parceiros e organizações internacionais directamente conotados com o recurso a acções que se inscrevem neste registo parece, no passado mais recente, ser uma opção. Crê-se que, sobretudo, como instrumento dissuasor da concretização de intenções anunciadas, de natureza paralela. Para uso em caso de emergência – e no pior cenário, apenas.

Atenta aos grandes e aos pequenos, procurando sinergias. Procurando inovação. Procurando aliar a tradição à modernidade na senda de oportunidades que não podem ser desperdiçadas, na criação de um povo culto, sábio e capacitado para vencer num mundo globalizado – e também em resultado disso - cada vez mais tendente à multipolaridade. Consciente dos desvios geopolíticos e também dos novos actores emergentes, independentemente da sua dimensão, cada vez mais bem-vindos na riqueza da sua diversidade. Consciente da necessidade de com todos estabelecer parcerias.

Um futuro grande e sustentável... certamente inspirado nas palavras de Fridtjof Nansen: *“The difficult is what takes a little time. The impossible is what takes a little longer.”*

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS IMPRESSOS

Alberoni, F et al, 1996. *O Altruísmo e a Moral*. Venda Nova: Bertrand Editora

Boniface, P et al, 2009. *Atlas das Crises e dos Conflitos*. Lisboa: Plátano Editora, S.A.

Cronin, H, 1991. *A Formiga e o Pavão – Altruísmo e Selecção Sexual de Darwin até Hoje*. São Paulo: Papirus Editora

Correia, P. P, 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I*. Coimbra: Edições Almedina, SA

Correia, P. P, 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II*. Coimbra: Edições Almedina, SA

D’Allones, M, 2008. *O Homem Compassional*. S.l: Lema d’Origem - Editora, Ld.ª.

Hofstede, G. H et al, 2010. *Cultures and Organizations – Software of the Mind: Intercultural Cooperation and Its Importance for Survival*. United States of America: McGraw Hill Education

Kaplan, R, 2012. *The Revenge of Geography*. New York: Random House

Kupchan, C, 2010. *How Enemies Become Friends – The Sources of Stable Peace*. New Jersey: Princeton University Press

Lourenço, O. M., 1988. *Altruísmo: Generosidade ou Competência Sócio-Cognitiva?* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica

Mendes, P et al, 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento

Nogueira, J, 2011. *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM

Sousa, F et al, 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE

Zolli, A et al, 2012. *Resilience: why things bounce back*. Great Britain: Headline

#### PARTES DE LIVROS IMPRESSOS

Alger, C. F, 2007. Peace studies as a transdisciplinary project. In: Webel, C e Galtung. J, 2010. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Estados Unidos da América (Nova Iorque) e Canadá: Routledge. Cap. 19

Bali, S, 2013. Population Movements. In: Williams, P.D. 2013. *Security Studies – an Introduction*. Reino Unido (Oxon), Estados Unidos (Nova Iorque) e Canadá: Routledge. Cap. 34

Bercovitch, J, 2007. Mediation in international conflicts: theory, practice and developments. In Zartman, I (2007). *Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques*. Ed. Revista. Washington: United States Institute of Peace. Cap 4

Galtung, J, 2007. Peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach. In: Webel, C e Galtung. J, 2010. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Estados Unidos da América (Nova Iorque) e Canadá: Routledge. Cap. 2

Galtung, J et al., 2007. Peace and conflict studies: looking back, looking forward. In: Webel, C e Galtung. J, 2010. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Estados Unidos da América (Nova Iorque) e Canadá: Routledge. Cap. 25

Hagelund, A, 2005. Why It Is Bad to Be Kind. Educating refugees to Life in the Welfare State: A Case Study From Norway. In: Finer, C. J, 2006. *Migration, Immigration and Social Policy*. Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália: Blackwell Publishing Ltd.

Kriesberg, L, 2007. The conflict resolution field: origins, growth and differentiation. In: Zartman, I (2007). *Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques*. Ed. Revista. Washington: United States Institute of Peace. Cap 1

Sampson, C, 2007. Religion and Peacebuilding. In Zartman, I (2007). *Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques*. Ed. Revista. Washington: United States Institute of Peace. Cap 7

Webel, C, 2007. Introduction: toward a philosophy and metapsychology of peace. In: Webel, C e Galtung. J, 2010. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Estados Unidos da América (Nova Iorque) e Canadá: Routledge. Cap. 1

Zartman, I. W, 2007. Introduction: toward the resolution of international conflicts. In: Zartman, I (2007). *Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques*. Ed. Revista. Washington: United States Institute of Peace. Introduction

## ARTIGOS IMPRESSOS

Cha, V, 2000. Globalization and the study of international security. *Journal of Peace Research*, 37, 391-403

Foster, M, 2011. Small states in peacemaking roles: applying the 'Norwegian model' of conflict resolution in Sudan. *Jackson School Journal of International Studies*, 2, 22-32

Haass, R. N, 2008. The age of non-polarity: what will follow U.S. dominance. *Foreign Affairs*, 87, 44-56

Jornal Público, 16 de Maio de 2013, p. 29. China obtém estatuto de observador no Ártico a pensar no degelo.

Pureza, J. M, 2000. Estudos sobre a paz e cultura da paz. *Nação e Defesa*, 95/96, 33-42

Pureza, J. M, 2005. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 05-19

Pureza, J. M, 2011. O desafio crítico dos estudos para a paz. *Relações Internacionais*, 32, 05-22

Skånland, Ø. H, 2010. 'Norway is a Peace Nation': A discourse analytic reading of the Norwegian peace engagement. *Cooperation and Conflict*, 45 (1), 34-54

Tunsjø, Ø, 2011. Geopolitical shifts, great power relations and Norway's foreign policy. *Cooperation and Conflict*, 46 (1), 60-77

## ARTIGOS ELECTRÓNICOS

Beckmann-Dierkes, N et al, 2011. *Immigration Country Norway – Demographic Trends and Political Concept*. [Em linha] Disponível em: [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_21872-544-2-30.pdf](http://www.kas.de/wf/doc/kas_21872-544-2-30.pdf) [Consult. 15Set. 2014]

Boström, T, 2011. *Solar Power at the Arctic Circle* [Em linha] Disponível em: <http://www.nordicenergy.org/articles/solar-power-at-the-arctic-circle/> [Consult. 15Mar. 2016]

Bousquet, Antoine, 2010. *The politics of potentiality: Problematising positive peace*. [Em linha] Disponível em: <http://www.readbag.com/psa-ac-uk-journals-pdf-5-2010-88-1122> [Consult. 10Abr. 2015]

Cravo, T. A, 2005. A Noruega, “superpotência da paz”: o exemplo do Sri Lanka. [Em linha] Disponível em: [http://janusonline.pt/dossiers/dossiers\\_2005\\_4\\_2\\_10\\_b.htm](http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_2_10_b.htm) [Consult. 22Set. 2014]

Giri, K, 2014. *Norwegian Mediation in Sri Lanka: Hard Lessons – Analysis*. [Em linha] Disponível em: <http://www.eurasiareview.com/25092014-norwegian-mediation-sri-lanka-hard-lessons-analysis/> [Consult. 12Abr. 2015]

Grewal, B. S, 2003. Johan Galtung - Positive and Negative Peace. [Em linha] Disponível em: [http://www.activeforpeace.org/no/fred/positive\\_negative\\_peace.pdf](http://www.activeforpeace.org/no/fred/positive_negative_peace.pdf) [Consult. 10Abr. 2015]

Gullikstad, E, 2012. Report on the Peace Building Fund. [Em linha] Disponível em: <http://www.norway-un.org/Statements/Archived-Statements/Statements-2012/Other-Statements/Peace-Building-Fund/#.VSg7pdzF-nc> [Consult. 10Abr. 2015]

Hanssen-Bauer, J, 2005. The Norwegian “model” for conflict resolution. [Em linha]  
Disponível em: [http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Jon%20Hanssen-Bauer\\_2005.pdf](http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Jon%20Hanssen-Bauer_2005.pdf)  
[Consult. 12Mai.2014]

Jeganaathan, J, 2011. Norway in Sri Lanka: A Tale of the Failed Peace Process. [Em linha]  
Disponível em: <http://www.ipcs.org/article/india/norway-in-sri-lanka-a-tale-of-the-failed-peace-3502.html> [Consult. 12Abr.2015]

Juchno, P *et al*, 2011. *Number of asylum applicants on the rise during the first quarter of 2011.* [Em linha] Disponível em:  
[http://www.emnbelgium.be/sites/default/files/publications/eurostat\\_asylum\\_q1\\_2011.pdf](http://www.emnbelgium.be/sites/default/files/publications/eurostat_asylum_q1_2011.pdf) [Consult. 10Abr. 2015]

Priyantha, R, 2006. *Norwegian Mediation in Conflict Transformation for a Sustainable Peace in Sri Lanka: Challenges Ahead* [Em linha] Disponível em:  
<http://ssrn.com/abstract=1094339> [Consult. 10Fev. 2014]

Stephenson, C, 2010. Peace Studies [Em linha] In *The International Studies Encyclopedia.* Disponível em:  
[http://www.isacompendium.com/subscriber/tocnode?id=g9781444336597\\_chunk\\_g9781444336597\\_ss1-21](http://www.isacompendium.com/subscriber/tocnode?id=g9781444336597_chunk_g9781444336597_ss1-21) [s.d.]

Wezeman, S, 2012. *SIPRI Background Paper - Military Capabilities in the Arctic* [Em linha] Disponível em: [books.sipri.org/files/misc/SIPRIBP1203.pdf](http://books.sipri.org/files/misc/SIPRIBP1203.pdf) [Consult. 10Abr. 2015]

Williams, G, 2011. Viking Religion [Em linha] Disponível em:  
[http://www.bbc.co.uk/history/ancient/vikings/religion\\_01.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/ancient/vikings/religion_01.shtml) [Consult. 05Fev. 2015]

## INFORMAÇÃO RETIRADA DE PORTAL/PÁGINA WEB

Arctic Council, 2015. [Em linha] Disponível em <http://www.arctic-council.org/index.php/en/> [Consult. 24Abr. 2015]

CIA *Factbook*, 2014. [Em linha] Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [Consult. 04Fev. 2015]

Geopolitics in the High North, 2015. [Em linha] Disponível em <http://geopoliticsnorth.org/> [Consult. 24Abr. 2015]

*Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.ssb.no/en/befolkning/statistikker/innvgrunn> [Consult. 12Jul. 2015]

The Nordic Page – Norway (14Jul.2012). Norway is to have 2000 more quota refugees every year. [Em linha] Disponível em: <http://www.tnp.no/norway/panorama/3061-norway-is-to-have-2000-more-quota-refugees-every-year> [Consult. em 14Abr. 2015]

*Northern Norway*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.nordnorge.com/en/more-northern-norway/?News=254> [Consult. 14Abr. 2015]

Norwegian Directorate of Immigration, 2013. [Em linha] Disponível em: <http://www.udi.no/newact#ASYLUMANDREFUGEES> [Consult. 05Jun. 2013]

Norwegian Institute for Defence Studies, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://ifs.forsvaret.no/en/Pages/default.aspx> [Consult. 24Abr. 2015]



Real Embaixada da Noruega em Portugal, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.noruega.org.pt/> [Consult. 16Fev. 2015]

Viking Culture, People and History, 2015 [Em linha] Disponível em: <http://www.visitnorway.com/en/About-Norway/History/The-vikings/> [Consult. 03Mar. 2015]

*World Economic Forum*, 2014. The Future Availability of Natural Resources A New Paradigm for Global Resource Availability. [Em linha] Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_FutureAvailabilityNaturalResources\\_Report\\_2014.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_FutureAvailabilityNaturalResources_Report_2014.pdf) [Consult. em 10Abr. 2015]

*World Economic Forum*, 2015. Global Competitiveness Report 2014-2015. [Em linha] Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2014-15.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2014-15.pdf) [Consult. em 10Abr. 2015]

*World Health Organization*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://apps.who.int/gho/data/view.main.MHSUICIDEv> [Consult. 10Abr. 2015]

Yale University, 2013. [Em linha] Disponível em: <http://news.yale.edu/2013/03/08/vikings-yale-historian-looks-myths-vs-history> [Consult. 05Jan. 2015]

#### FONTES COMPUTORIZADAS

*Aid, conflict, and peacebuilding in Sri Lanka 2000 – 2005*, 2005. [Em linha] Disponível em:

<http://siteresources.worldbank.org/SRILANKAEXTN/Resources/SLAidConflictPeace.pdf>

[Consult. 21Dez. 2014]

*Arctic Resources: The fight for the coldest place on Earth heats up*, 2015. [Em linha]

Disponível em: <https://www.rt.com/news/arctic-reclamation-resources-race-524/>

[Consult. 29Dez. 2015]

*Arctic Sea Ice Extent Settles at Record Seasonal Minimum*, 2012. [Em linha] Disponível

em: <http://nsidc.org/arcticseaicenews/2012/09/arctic-sea-ice-extent-settles-at-record-seasonalminimum> [Consult. 15Jan. 2016]

*Conflict and Aid – Enhancing the Peacebuilding Impact of International Engagement: A Synthesis of Findings from Afghanistan, Liberia and Sri Lanka*, 2001. [Em linha]

Disponível em:

[http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Conflict\\_and\\_Aid.pdf](http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Conflict_and_Aid.pdf) [Consult.

26Mai. 2014]

*Defining an Interest: The European Union and the High North*, 2012. [Em linha]

Disponível em:

[http://www.geopoliticsnorth.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6](http://www.geopoliticsnorth.org/index.php?option=com_content&view=article&id=6)

[2:defininf-and-interest-the-european-union-and-the-high-](#)

[north&catid=3&Itemid=73&showall=1&limitstart=](#) [Consult. 31Jan. 2016]

*Degelo do Ártico pode beneficiar Portugal no curto prazo*, 2015. [Em linha] Disponível

em: <http://sol.pt/noticia/125927> [Consult. 28Fev. 2015]

Encyclopedia of Earth, 2015. *Energy profile of Norway* [Em linha] Disponível em:

<http://www.eoearth.org/view/article/152516/> [Consult. 04Fev. 2015]

European Migration Network, 2011. *Practical Measures for Reducing Irregular Migration: The Case of Norway*. [Em linha] Disponível em: [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/european\\_migration\\_network/reports/docs/emn-studies/irregular-migration/28\\_norway\\_national\\_report\\_irregular\\_migration\\_final\\_version\\_sept2012\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/european_migration_network/reports/docs/emn-studies/irregular-migration/28_norway_national_report_irregular_migration_final_version_sept2012_en.pdf) [Consult. 10Abr.2015]

*Floating nuclear power stations for Arctic?*, 2016. [Em linha] Disponível em: <http://barentsobserver.com/en/energy/2015/04/floating-nuclear-power-stations-arctic-23-04> [Consult. 09Mar. 2016]

Governo norueguês, 2013. SOPEMI-report for Norway International Migration 2007-2008 [Em linha] Disponível em: [https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/aid/publikasjoner/rapporter\\_og\\_planer/2008/r2008\\_migration\\_sopemi.pdf](https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/aid/publikasjoner/rapporter_og_planer/2008/r2008_migration_sopemi.pdf) [Consult. 15Mai. 2013]

Governo norueguês, 2015a. White paper on Norwegian refugee and migration policy in an European perspective. [Em linha] Disponível em: [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_21872-544-2-30.pdf](http://www.kas.de/wf/doc/kas_21872-544-2-30.pdf) [Consult. 10Abr. 2015]

Governo norueguês, 2015b. *White paper on Labour Immigration*. [Em linha] Disponível em: [https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/jd/vedlegg/faktaark/migrasjonsmld\\_eng.pdf](https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/jd/vedlegg/faktaark/migrasjonsmld_eng.pdf) [Consult. 10Abr. 2015]

Governo norueguês, 2015c. *The Norwegian Immigration Act*. [Em linha] Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/immigration-act/id585772/> [Consult. 10Abr. 2015]

Governo norueguês, 2015d. *Globalisation and trade: Trade policy challenges and opportunities for Norway*. [Em linha] Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-29-20142015/id2413532/?ch=1> [Consult. 12Jul. 2015]

*How will the oil crash affect Norway?*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://ftalphaville.ft.com/2015/02/17/2119329/how-will-the-oil-crash-affect-norway/> [Consult. 16Jan. 2016]

*Human Development Report 2013 – The Rise of the South: Norway – Explanatory Note on 2013 HDR Composite Indices*, 2013. [Em linha] Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/NOR.pdf> [Consult. 10Jul. 2014]

*Human Development Report 2014: Sustaining Human Progress - Reducing Vulnerabilities and Building Resilience*, 2014. [Em linha] Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf> [Consult. 23Abr. 2015]

*Nickel in Society – Lasting Value, Innovative Solutions*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.nickelinstitute.org/~media/Files/MediaCenter/NilnSociety/NilnSoc-EN.ashx?la=en> [Consult. 25Out. 2015]

*Noruega e Canadá já sofrem com a queda do preço do petróleo*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.ionline.pt/408530> [Consult. 16Jan. 2016]

*Norway challenges EU on state support to Barents oil infrastructure*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://barentsobserver.com/en/energy/2015/04/norway-challenges-eu-state-support-barents-oil-infrastructure-24-04> [Consult. 24Abr. 2015]

*Norway - Economic forecast summary (November 2015)*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.oecd.org/economy/norway-economic-forecast-summary.htm> [Consult. 16Jan. 2016]

*Norway launches anti-refugee advertising campaign*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/norway/11975535/Norway-launches-anti-refugee-advertising-campaign.html> [Consult. 22Mar. 2016]

*Norway may ask refugees with savings to cover 'some' costs they incur*, 2016. [Em linha] Disponível em: <https://www.rt.com/news/330415-norway-refugees-cover-costs/> [Consult. 23Mar. 2016]

*Norway offers more aid to Syria*, 2014. [Em linha] Disponível em: <http://www.newsinenglish.no/2014/01/15/norway-offers-more-aid-to-syria/> [Consult. 22Mar. 2016]

*Norway 'paying' asylum seekers to return home as refugee crisis continues*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/norway-paying-asylum-seekers-to-return-home-as-refugee-crisis-continues-a6763496.html> [Consult. 22Mar. 2016]

*Norway to send up to 5,000 refugees to EU*, 2016. [Em linha] Disponível em: <http://www.thelocal.no/20160104/norway-to-send-up-to-5000-refugees-to-eu-countries> [Consult. 22Mar. 2016]

*Norway's Arctic Policy*, 2015. [Em linha] Disponível em: [https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/arctic\\_policy/id2422677/](https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/arctic_policy/id2422677/) [Consult. 15Mar. 2016]

*Norway's economy stagnates as oil plunge saps investments*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-08-20/norway-economy-nears-standstill-as-oil-plunge-saps-investments> [Consult. 16Jan. 2016]

*Norway's giants: The biggest oil fields on the Norwegian Continental Shelf*, 2014. [Em linha] Disponível em: <http://www.offshore-technology.com/features/featurenorways-giants---the-biggest-oil-fields-on-the-norwegian-continental-shelf-4191946/> [Consult. 23Abr. 2015]

*Norway's Oil Fund Shows the Way for Wealth Funds*, 2008. [Em linha] Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2008/pol070908a.htm> [Consult. 16Jan. 2016]

*OECD Economic Surveys: Norway 2016*, 2016. [Em linha] Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1787/eco\\_surveys-nor-2016-en](http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-nor-2016-en) [Consult. 16Jan. 2016]

*Oil: Only part of the Arctic's massive resources*, 2012. [Em linha] Disponível em <http://money.cnn.com/2012/07/17/news/economy/Arctic-oil/> [Consult. 18Out. 2015]

*Oil and the Norwegian economy – the challenges ahead*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.norges-bank.no/en/Published/Speeches/2015/27032015-Olsen-New-York/> [Consult. 16Jan. 2016]

*Party time is over for Norway's oil capital - and the country*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-norway-oil-slump-idUSKCNOSA11220151016> [Consult. 16Jan. 2016]

*Pawns of Peace – Evaluation of Norwegian Peace Efforts in Sri Lanka, 1997-2009*, 2011. [Em linha] Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/srilanka/49035074.pdf> [Consult. 10Abr. 2015]

*Preço do brent em máximo histórico*, 2012. [Em linha] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/economia/preco-do-brent-em-maximo-historico=f708565> [Consult. 16Jan. 2016]

*Refugee crisis: Norway is latest country to propose seizing asylum seekers' cash and valuables*, 2016. [Em linha] Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/refugee-crisis-norway-is-latest-country-to-propose-seizing-asylum-seekers-cash-and-valuables-a6832966.html> [Consult. 23Mar. 2016]

*Refugee crisis rolls into Norway*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.newsinenglish.no/2015/08/27/refugee-crisis-rolls-into-norway/> [Consult. 22Mar. 2016]

*Russia makes renewed bid for contentious Arctic regions*, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-33777492> [Consult. 29Dez. 2015]

*Sri Lanka: Post-Tsunami Recovery and Reconstruction: Joint Report of the Government of Sri Lanka and Development Partners*, 2005. [Em linha] Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTTSUNAMI/Resources/srilankareport-dec05.pdf> [Consult. 10Fev. 2014]

*State oil fund makes all Norwegians crown millionaires*, 2014. [Em linha] Disponível em: <http://rt.com/news/norwegians-become-crown-millionaires-349/> [Consult. 23Abr. 2015]

*Statoil Confirms 1,500 Potential Job Losses by 2016*, 2015. [Em linha] Disponível em: [http://www.rigzone.com/news/oil\\_gas/a/139140/Statoil\\_Confirms\\_1500\\_Potential\\_Job\\_Losses\\_by\\_2016](http://www.rigzone.com/news/oil_gas/a/139140/Statoil_Confirms_1500_Potential_Job_Losses_by_2016) [Consult. 16Jan. 2016]

United States Geological Survey, 2008. *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle* [Em linha] Disponível em: <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf> [Consult. 20Out. 2015]

United States Navy, 2014. *United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030* [Em linha] Disponível em: [http://www.navy.mil/docs/USN\\_arctic\\_roadmap.pdf](http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf) [Consult. 05Dez. 2015]

## IMAGENS E FOTOGRAFIAS ELECTRÓNICAS

Hofstede Center, 2015. Gráfico das seis dimensões do Modelo de Hofstede para o temperamento norueguês. [Em linha] Disponível em: <http://geert-hofstede.com/norway.html> [Consult. 10Abr. 2015]

Mapa comparativo do mínimo de cobertura de gelo no Ártico em 2012 e da média da mínima extensão de gelo registada dos últimos 30 anos. [Em linha] Disponível em: [http://www.navy.mil/docs/USN\\_arctic\\_roadmap.pdf](http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf) [Consult. 05Dez. 2015]

Mapa das rotas árticas previstas sobrepostas após avaliação consensualizada da extensão mínima de gelo realizada pela United States Navy. [Em linha] Disponível em: [http://www.navy.mil/docs/USN\\_arctic\\_roadmap.pdf](http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf) [Consult. 05Dez. 2015]

Mapa das duas principais rotas de navegação do Ártico [Em linha] Disponível em <http://money.cnn.com/2012/07/17/news/economy/Arctic-oil/> [Consult. 18Out. 2015]

Mapa das actividades industriais e das reservas de petróleo e de gás do Ártico [Em linha] Disponível em [http://library.arcticportal.org/1363/1/CAFF\\_Map\\_No\\_32\\_Industrial\\_activities\\_and\\_oil\\_and\\_gas\\_reserves\\_in\\_the\\_Arctic\\_2001.JPG](http://library.arcticportal.org/1363/1/CAFF_Map_No_32_Industrial_activities_and_oil_and_gas_reserves_in_the_Arctic_2001.JPG) [Consult. 24Out. 2015]

Mapa de relevo da Noruega [Em linha] Disponível em [http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/norway\\_rel96.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/norway_rel96.jpg) [Consult. 10Abr. 2015]



Mapa de relevo do Sri Lanka [Em linha] Disponível em [http://www.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/sri\\_lanka\\_rel00.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/sri_lanka_rel00.jpg) [Consult. 10Abr. 2015]

Mapa político da Noruega [Em linha] Disponível em [http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/norway\\_pol96.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/norway_pol96.jpg) [Consult. 08Jun. 2013]

Mapa político da Região do Ártico [Em linha] Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html> [Consult. 08Jun. 2013]

Real Embaixada da Noruega no Reino Unido, 2015. [Em linha] Disponível em <http://www.norway.org.uk/norwayandcountry/Current-Affairs/Norwegian-Politics/Norway-Celebrates-the-Centenary-of-Womens-Suffrage-/#.VSfMGtzF-nc> [Consult. 10Abr. 2015]

*Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway*, 2015. Motivos Subjacentes à Imigração no Seio da População Imigrante da Noruega entre 1990-2014. [Em linha] Disponível em: <http://www.ssb.no/en/befolkning/statistikker/innvgrunn> [Consult. 12Jul. 2015]

*Statistisk Sentralbyrå - Statistics Norway*, 2016. Principais exportações de bens da Noruega continental. [Em linha] Disponível em: <http://www.ssb.no/en/utenriksokonomi/statistikker/muh/aar-forelopige> [Consult. 12JFev. 2016]

## DOCUMENTOS LEGAIS

Assembleia da República, 2008. *Aprova a Lei de Segurança Interna* (Lei 53/2008 de 29 de Agosto), Lisboa: Diário da República

Conselho da União Europeia, 2002. *Relativa à luta contra o terrorismo* (Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho de 13 de Junho), Luxemburgo: Jornal Oficial das Comunidades Europeias

Comissão Europeia, 2008. *Relativa à União Europeia e à região do Ártico* [Comunicação da Comissão COM(2008) 763, de 20 de Novembro], Bruxelas: s.d.

#### ENTREVISTAS

Hirst, M e Winroth, A, 2013. *Vikings! On and Off Screen*. Entrevistados por Tom Ashbrook [rádio]. NRP, “On Point”, 01Mar. 2013, 10h00 [Em linha] Disponível em <http://onpoint.wbur.org/2013/03/01/vikings> [Consult. 22Jan. 2015]

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de relevo da Noruega .....	6
Figura 2 - Protestos nos Estados Unidos exigindo o direito de voto para as mulheres, em 1913.....	16
Figura 3 - Gráfico das seis dimensões culturais do Modelo de Hofstede para o temperamento norueguês .....	19
Figura 4 - Perspectiva global da performance da Noruega .....	21
Figura 5 - Avaliação das instituições públicas e privadas norueguesas .....	22
Figura 6 - Mapa político da Noruega e pormenor destacado da localização da cidade de Narvik .....	23
Figura 7 - Mapa político da Noruega e pormenor destacado da localização das cidades de Narvik, Trondheim e Bergen, bem como de Kiruna e Luleå, na Suécia .....	25
Figura 8 - Mapa de relevo do Sri Lanka.....	44
Figura 9 - Causas de imigração para a Noruega de 1990 a 2014 .....	49
Figura 10 - Mapa político da região do Ártico em 2012 .....	62
Figura 11 - Mapa das duas principais rotas de transporte marítimo do Ártico em 2012.....	63
Figura 12 - Mapa da actividade industrial e das reservas de petróleo e de gás no Ártico em 2001 .....	65
Figura 13 - Mapa comparativo do mínimo de cobertura de gelo no Ártico em 2012 e da média da mínima extensão de gelo registada dos últimos 30 anos .....	76
Figura 14 - Mapa das rotas árticas previstas sobrepostas após avaliação consensualizada da extensão mínima de gelo realizada pela United States Navy .....	77
Figura 14 – Principais exportações de bens da Noruega continental, 2015 ..	97

## ANEXO 1

### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO MODELO DE HOFSTEDE E HALL

O modelo de Hofstede e Hall providencia uma base de análise da cultura e do temperamento colectivo assente nas seguintes dimensões:

#### a) Distância ao Poder

Em que se trata da atitude cultural face às desigualdades individuais numa sociedade, ou seja, da extensão até onde os membros menos poderosos das instituições e das organizações de um país esperam e aceitam a distribuição desigual de poder. Nas sociedades em que a distância ao poder é curta, existe uma maior paridade entre a importância social de um indivíduo e a sua competência, por oposição àquelas em que a distância ao poder, elevada, torna as desigualdades sociais aceites como decorrentes do estatuto do indivíduo quando nasce.

#### b) Individualismo vs Colectivismo

A questão fundamental de que trata esta dimensão prende-se com o grau de interdependência que uma sociedade mantém entre os seus membros, espelhando-se no facto de a auto-imagem das pessoas ser definida em termos de “Eu” ou “Nós”. Nas sociedades individualistas, é suposto cada um cuidar apenas de si próprio e da sua família directa, ao invés do que se passa nas sociedades colectivistas, em que as pessoas pertencem a grupos bem posicionados que cuidam delas a troco da sua lealdade.

#### c) Masculinidade vs Feminilidade

Dimensão que aborda a motivação das pessoas, colocando-a em dois pontos distintos: se de quererem ser as melhores, se de gostarem do que fazem. As

sociedades masculinas são caracterizadas por uma forte dimensão competitiva, de realização e de sucesso, sendo este último directamente associado à vitória ou à excelência numa determinada área, num sistema de valores que é inicialmente transmitido em contexto escolar, continuando por todo o comportamento organizacional. Por outro lado, as sociedades com um elevado grau de feminilidade têm como valores sociais preponderantes o cuidado pelos outros e a qualidade de vida, considerada um sinal de sucesso, ao passo que a proeminência de entre a multidão não é considerada causa de admiração.

**d) Controlo da Incerteza**

Relaciona-se com o ponto até ao qual uma sociedade sente com desconforto ou como uma ameaça a ambiguidade ou o desconhecimento face ao futuro, bem como com os mecanismos criados para lidar com a ansiedade inerentes a esta vivência, seja através de crenças, seja de instituições.

**e) Organização do Tempo**

Esta dimensão descreve a forma como cada sociedade tem de manter alguns laços com o seu próprio passado enquanto lida com os desafios do presente e do futuro. As sociedades dão diferentes prioridades a estes dois objectivos existenciais: as sociedades normativas, com uma fraca organização do tempo, tendem a manter tradições enormes que vingaram ao longo do tempo, olhando com desconfiança alterações sociais. As sociedades que alcançam um elevado valor nesta dimensão, adoptam uma postura mais pragmática, encorajando a luta e o desenvolvimento de esforços num sistema de educação mais moderno, de modo a conseguir melhor preparação para o futuro.

**f) Organização da Informação**

Esta dimensão prende-se com o ponto até ao qual as pessoas tentam controlar os seus desejos e impulsos, de acordo com a forma como são educados, podendo as culturas ser classificadas como indulgentes ou castradoras.